Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pela **2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITABORAÍ**, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, caput e 129, III da CRFB, art. 25, IV da Lei Federal n. 8.625/93 e art. 34, VI da Lei Complementar Estadual n. 106/03, com fulcro na Lei Federal n. 7.347/85, na Resolução CNMP nº 174/17 e na Resolução GPGJ nº 2.227/2018 **RESOLVE** promover a instauração de **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, na forma que segue.

MPRJ nº: 2019.00978821	**Portaria nº: 171/2019**	**Prazo: 01 (um) ano**

Atribuição: Defesa e Proteção do Meio Ambiente.

Assunto/Ementa (Código: 10110): Meio Ambiente. Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias,* ***no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC****, em CD eletrônico*".

Origem: Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023.

Reclamante(s): De ofício.

Reclamado(s): PETROBRAS, INEA e Estado do Rio de Janeiro.

Observação: ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DO TAC I DO COMPERJ

Para tanto, **determina-se.**

1. Registre-se e autue-se (art. 15 c/c 70, I e art. 16, § 1º, Resol. GPGJ 2.227/18);
2. Registre-se no Sistema MGP (art. 1º, Resol. GPGJ/CGMP 02/2010);
3. Dê-se publicidade ao presente ato publicando-o em quadro próprio deste órgão ministerial pelo prazo de 15 dias (art. 23, §1º, I, Resol. 2.227/18);
4. Dê-se cumprimento às diligências determinadas no **relatório inicial de investigação**.

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí, RJ (CEP:24.800-113)
Tel. 2645-6950

Itaboraí, 12 de setembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

RELATÓRIO INICIAL DE INVESTIGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 171/2019

CONSIDERANDO que o MPRJ, presentado por esta Promotoria, ajuizou ação civil pública em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO (processo nº 0009919-12.2018.8.19.0023), questionando o licenciamento ambiental e seus impactos dos seguintes empreendimentos que compõem o COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro): (i) Unidade Petroquímica Básica – UPB (objeto do IC 314/09); (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09) e o abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba, Itaboraí, causado por veículos pesados que transitavam pelas vias locais em razão do COMPERJ, conforme apurado no IC 34/14; (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13);

CONSIDERANDO que, após o ajuizamento da citada ACP, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão do processo, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC. Assim, foram realizadas reuniões quase que diárias sobre o assunto durante um ano (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, da Promotoria, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC;

CONSIDERANDO que, finalmente, no dia 09/08/19, foi assinado o TAC no bojo da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Governador, do Presidente da Petrobras, do Procurador-Geral de Justiça e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo já foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no bojo da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023, no dia 13/08/2019;

CONSIDERANDO que o citado TAC possui mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento;

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução

entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), conforme promoção datada de 03/09/2019;

CONSIDERANDO que, assim, **o presente PA tem por objeto apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28, da cláusula segunda, do termo de ajustamento de conduta** pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023, que possui a seguinte redação:

> *"**CLÁUSULA SEGUNDA**: (...) 5.1.28) **Em relação à condicionante 28** – Apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico".*

CONSIDERANDO todos os demais elementos produzidos nos autos da ação civil pública especificada, bem como nos autos dos inquéritos civis públicos que ensejaram a sua propositura;

CONSIDERANDO que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*, sendo certo que *"para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade"*, nos termos do que dispõe o art. 225, *caput* e § 1º, inciso IV, da CRFB;

CONSIDERANDO que, segundo o art. 8º, I, da Resolução CNMP n.º 174/17 *"O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado"*;

CONSIDERANDO que, de acordo com o disposto no art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.º 2.227/18, *"O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado judicialmente"*;

CONSIDERANDO, destarte, o objetivo Institucional do Ministério Público em atuar na tutela dos interesses sociais e na defesa do ordenamento jurídico (art. 127, *caput*, CRFB/88);

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, inc. III, da

Constituição da República;

CONSIDERANDO que, a teor do que dispõem os arts. 127 e 129, III da CRFB/88, art. 173, inciso III, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e do art. 82, inciso I da Lei nº. 8.078/90, dentre outros, constitui função precípua do Ministério Público a salvaguarda dos valores aqui mencionados;

RESOLVE o Promotor de Justiça que a esta subscreve, instaurar o **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** em anexo, com a finalidade de obter informações sobre o efetivo cumprimento dos itens antes especificados do termo de ajustamento de conduta celebrado.

Após, **autuada, registrada e publicada** a portaria em anexo, proceda a Secretaria ao cumprimento das seguintes diligências:

I. **Autuar o presente**, com cópia do termo de ajustamento de conduta celebrado no bojo da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023, bem como da sentença judicial que o homologou, e da promoção em anexo, datada de 03/09/19;

II. **Oficiar à PETROBRAS,** dando ciência da instauração do presente procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, solicitando que, findo o prazo estabelecido na obrigação, cujo cumprimento ora se fiscaliza, qual seja, 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela;

III. Com a chegada da resposta ao item anterior, caso a PETROBRAS informe que atendeu à obrigação (encaminhando a documentação necessária), **oficie-se ao INEA/SEAS**, solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nas cláusulas 6.2.1, 6.2.2 da cláusula terceira do TAC;

IV. Com a chegada da resposta ao item II, ou findo o prazo para cumprimento da obrigação (30 dias), **remete-se o feito ao GATE**, via SEI, solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental;

V. **Remeter ao CAO Ambiente** cópia da presente Portaria, em cumprimento ao determinado pelo artigo 80, da Resolução GPGJ nº 2227/2018.

Itaboraí, 12 de setembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

I- DAS PARTES

1) **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.305.936/0001-40, presentado pelo Promotor de Justiça TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, matrícula 3226, titular da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, órgão de execução com sede na Rua Liajane Carvalho da Silva, Lote B, Quadra 22, Nancilândia – Itaboraí/RJ, Salas 103/104, CEP: 24800-000, doravante denominado de **MPRJ**, como compromitente;

2) **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, ente federativo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 42.498.600/0001-71, neste ato representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), com endereço na Avenida Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro - RJ, 20081-312, na pessoa da Secretária ANA LÚCIA DE SOUZA SANTORO e do Governador do Estado do Rio de Janeiro WILSON JOSÉ WITZEL, doravante denominado ERJ, como compromitente em relação à Petrobras e como compromissário em relação ao MPRJ;

3) **INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**, autarquia estadual inscrita no CNPJ/RJ 10.598.957/0001-35, com sede na Avenida Venezuela n. 110, Saúde, no Rio de Janeiro, representado por seu Presidente CLÁUDIO BARCELOS DUTRA, e pelo Diretor de Licenciamento Ambiental, ALEXANDRE CRUZ, doravante **INEA**, como compromitente em relação à Petrobras e como compromissário em relação ao MPRJ;

4) **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS**, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, com sede na Av. República do Chile, nº 65, Centro, Rio de Janeiro, representada pelo seu Presidente, ROBERTO IVA CUNHA CASTELLO BRANCO, com domicílio profissional nesta capital, doravante **PETROBRAS**, como compromissário;

MPRJSP2TCOITB 201900978821 050919 14:45:23

II- DA FUNDAMENTAÇÃO

CONSIDERANDO que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023, pelo MPRJ em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no dia 26/06/2018, questionando o licenciamento ambiental do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) e seus impactos, em especial os seguintes empreendimentos : (i) Unidade Petroquímica Básica – UPB (objeto do IC 314/09); (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09) e o abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba, Itaboraí, causado por veículos pesados que transitavam pelas vias locais em razão do COMPERJ, conforme apurado no IC 34/14; (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13);

CONSIDERANDO que a citada ACP foi ajuizada com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 314/09 (MPRJ 200800200748), Inquérito Civil n.º 132/13 (MPRJ 201301218630), Inquérito Civil n.º 161/15 (MPRJ 20150067759), Inquérito Civil n.º 126/13 (MPRJ 201301201999) e Inquérito Civil nº 34/2014 (MPRJ 201400277033);

CONSIDERANDO que a Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13) é um empreendimento que consiste na implantação da barragem no Rio Guapiaçu com vistas à ampliação da oferta de água para a Região do Leste Fluminense, localizado no município de Cachoeiras de Macacu, a pretexto da previsão do adensamento populacional da região por conta da implantação do COMPERJ e outros empreendimentos, cenário original que se reduzirá em decorrência da revisão do tamanho do empreendimento;

CONSIDERANDO que as partes concordam em não realizar a Barragem de Guapiaçu como uma medida mitigatória e compensatória decorrente do empreendimento COMPERJ, ao menos até eventual resultado do estudo do reforço hídrico;

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

I- DAS PARTES

1) **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.305.936/0001-40, presentado pelo Promotor de Justiça TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, matrícula 3226, titular da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, órgão de execução com sede na Rua Liajane Carvalho da Silva, Lote B, Quadra 22, Nancilândia – Itaboraí/RJ, Salas 103/104, CEP: 24800-000, doravante denominado de **MPRJ**, como compromitente;

2) **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, ente federativo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 42.498.600/0001-71, neste ato representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), com endereço na Avenida Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro - RJ, 20081-312, na pessoa da Secretária ANA LÚCIA DE SOUZA SANTORO e do Governador do Estado do Rio de Janeiro WILSON JOSÉ WITZEL, doravante denominado ERJ, como compromitente em relação à Petrobras e como compromissário em relação ao MPRJ;

3) **INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**, autarquia estadual inscrita no CNPJ/RJ 10.598.957/0001-35, com sede na Avenida Venezuela n. 110, Saúde, no Rio de Janeiro, representado por seu Presidente CLÁUDIO BARCELOS DUTRA, e pelo Diretor de Licenciamento Ambiental, ALEXANDRE CRUZ, doravante **INEA**, como compromitente em relação à Petrobras e como compromissário em relação ao MPRJ;

4) **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS**, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, com sede na Av. República do Chile, nº 65, Centro, Rio de Janeiro, representada pelo seu Presidente, ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO, com domicílio profissional nesta capital, doravante **PETROBRAS**, como compromissário;

II- DA FUNDAMENTAÇÃO

CONSIDERANDO que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023, pelo MPRJ em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no dia 26/06/2018, questionando o licenciamento ambiental do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) e seus impactos, em especial os seguintes empreendimentos : (i) Unidade Petroquímica Básica – UPB (objeto do IC 314/09); (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09) e o abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba, Itaboraí, causado por veículos pesados que transitavam pelas vias locais em razão do COMPERJ, conforme apurado no IC 34/14; (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13);

CONSIDERANDO que a citada ACP foi ajuizada com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 314/09 (MPRJ 200800200748), Inquérito Civil n.º 132/13 (MPRJ 201301218630), Inquérito Civil n.º 161/15 (MPRJ 20150067759), Inquérito Civil n.º 126/13 (MPRJ 201301201999) e Inquérito Civil nº 34/2014 (MPRJ 201400277033);

CONSIDERANDO que a Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13) é um empreendimento que consiste na implantação da barragem no Rio Guapiaçu com vistas à ampliação da oferta de água para a Região do Leste Fluminense, localizado no município de Cachoeiras de Macacu, a pretexto da previsão do adensamento populacional da região por conta da implantação do COMPERJ e outros empreendimentos, cenário original que se reduzirá em decorrência da revisão do tamanho do empreendimento;

CONSIDERANDO que as partes concordam em não realizar a Barragem de Guapiaçu como uma medida mitigatória e compensatória decorrente do empreendimento COMPERJ, ao menos até eventual resultado do estudo do reforço hídrico;

CONSIDERANDO que, como objeto específico da ACP em tela, foram formulados pedidos de medidas de compensação/reparação, mitigação e recuperação ambiental em razão dos fatos apurados no IC 126/13, ou seja, no entendimento do MPRJ há necessidade de revisão dos atos administrativos autorizativos, em especial no que toca: à adequação da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ;

CONSIDERANDO o acórdão prolatado pela Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, que, em sede de apelação, no dia 05/06/2019, julgou procedente o pedido do Ministério Público Federal para deslocar a competência do licenciamento ambiental do COMPERJ para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

CONSIDERANDO que, nos autos da ação nº 2013.02.01.006894-8 (CNJ 0000503-53.2008.4.02.5107), perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ficou decidida a *"...suspensão dos efeitos da sentença proferida nos autos da ação civil pública nº 0000503-53.2008.4.02.5107 (2008.51.07.000503-2), **até o trânsito em julgado da mesma ou do acórdão que julgar recurso de apelação se interposto";***

CONSIDERANDO que, em razão da controvérsia judicial quanto à competência, o IBAMA realizou a delegação cautelar do licenciamento ambiental do COMPERJ para o INEA, na forma do art. 1º, § 2º, da IN 8/2019, e arts. 4º, inciso V, e 5º, ambos da Lei Complementar nº 140/2011;

CONSIDERANDO que o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC tem como finalidade pôr fim à ACP 9919-12.2018.819.0023, e contempla todas as obrigações necessárias ao adimplemento das obrigações do licenciamento ambiental dos empreendimentos em tela e outras medidas mitigatórias e compensatórias, excluindo-se aquelas as quais a Compromissária logrou êxito em comprovar já ter cumprindo, bem como alguns pedidos correlatos de outras ACPs que versam sobre o COMPERJ, conforme expressamente ressalvado nas cláusulas seguintes;

CONSIDERANDO que o TC-Restauração nº 3/2011 foi celebrado tendo como objeto a formalização dos compromissos e condições visando a restauração florestal e outras atividades relacionadas, decorrentes das medidas mitigatórias e compensatórias do empreendimento COMPERJ, dando cumprimento às condicionantes 8.4, 23, 24 e 30.1 da LP nº FE013990; às condicionantes 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 da ASV 009/2008 e Cláusulas do TCA celebrado com o IEF/RJ (atual INEA), Cláusula Segunda (Item 1), Cláusula Terceira (itens 1,3,5,6,7,9,10, 16 e 17), Cláusula Quarta (Itens 1 e 2) e Cláusula Quinta (Item 1) do licenciamento ambiental do COMPERJ que concerne às medidas necessárias à execução do programa de Restauração, bem como às obrigações relacionadas à condicionante 30.1 da LP nº nº FE013990 constantes do Termo de Referência – TR, criado pela Portaria INEA nº 43/2009;

CONSIDERANDO que a PETROBRAS foi comunicada sobre a rescisão unilateral do TC Restauração nº 3/2011, por meio do Ofício SEA/SE nº 292/2018, onde foi proposto um TAC;

CONSIDERANDO que, em resposta ao Ofício SEA/SE nº 291/2018 a PETROBRAS propôs que fosse celebrado um Termo de Compromisso de Restauração Florestal (TCRF), conforme Carta SMS/LA 0030/2018 protocolada em 24/08/2018;

CONSIDERANDO que a PETROBRAS, SEAS e INEA entendem pela possibilidade de ser feita a adesão ao mecanismo financeiro previsto na legislação vigente para viabilizar a restauração florestal;

CONSIDERANDO a Lei nº 6.572, de 31/10/2013, que dispõe sobre a compensação devida pelo empreendedor responsável por atividade de significativo impacto ambiental no estado do Rio de Janeiro, institui a contribuição por serviços ecossistêmicos nos termos da Lei Federal 9.985/00 e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução SEAS nº 12/2019, em especial seu art. 6º, § 1º, que regulamenta o mecanismo financeiro de compensação florestal previsto nos arts. 17, § 1º, da Lei federal nº 11.428/2006, e 3º-B da Lei estadual nº 6.572/2013;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta SEA/INEA nº 654 de 23/10/2017, que estabelece procedimentos para a celebração de TCRFs para cumprimento da obrigação referente à compensação de que trata o art. 3º-B da Lei nº 6.572/2013, introduzido pela Lei nº 7.061/2015, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o Parecer 59/09/2018 – EABM-ASJUR/SEA da Assessoria Jurídica da SEAS concorda em monetizar, utilizando o mecanismo financeiro, para cumprimento das condicionantes e que o Ministério Público excepcionalmente, no caso concreto, concorda com a proposição desde que sejam feitas medidas adicionais de revegetação, realizadas majoritariamente em áreas internas do COMPERJ as quais a PETROBRAS possa ter gestão;

CONSIDERANDO que, em que pese os diplomas normativos acima mencionados que criam e autorizam o uso do TCRF, a 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, de forma geral, não concorda com a tese de monetização da obrigação de revegetação, eis que entende que todo e qualquer empreendedor (portanto, o empreendedor-poluidor-pagador) deve realizar diretamente e *in natura* toda a sua obrigação de restauração. Assim, o MPRJ entende que qualquer legislação infraconstitucional que substitua aprioristicamente a obrigação do empreendedor de promover a revegetação *in natura* por obrigação de pagar quantia certa (ainda que seja depósito no FECAM com utilização necessária em restauração florestal) viola o art. 225 da Constituição da República e desnatura os princípios constitucionais ambientais. Ocorre que, no caso concreto, diante do amplíssimo objeto da ACP e do presente TAC, tendo vista que os Compromissários, em sede de acordo, concordaram com diversas teses do MPRJ, esta Promotoria (repete-se: apenas neste caso concreto) flexibilizou seu entendimento jurídico sobre a possibilidade de monetização da revegetação do COMPERJ, e isso só foi possível diante da assunção de novo compromisso adicional por parte da PETROBRAS de plantar e/ou manter mais 660 hectares, conforme cláusulas seguintes, em especial item 5.1.11.2;

CONSIDERANDO que nos anos de 2012 e 2013 foram apresentados aos órgãos ambientais relatórios do "*Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos do Impacto do COMPERJ sobre os Municípios da Região de Influência*", em atendimento às condicionantes 8.6 e 8.13 da Licença Prévia nº FE013990;

CONSIDERANDO que nos citados estudos, em que se realizou diagnóstico do sistema de coleta e tratamento de esgoto de Itaboraí e Maricá, restou confirmado que, ante a carência na infraestrutura de saneamento destes dois municípios e os incipientes esforços do Poder Público em implantar melhorias nesse sistema e a previsão de incremento e adensamento populacional decorrentes da instalação e da operação do

COMPERJ, se fazia necessária a adoção de medida compensatória, tal como constou do Parecer do INEA que subsidiou a emissão da Licença de Instalação nº IN001540[1];

CONSIDERANDO que em 30.03.2012 foram celebrados, entre a PETROBRAS, a Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, o INEA e a Fundação Bio-Rio, os convênios 6000.0074451.12.4 e 6000.0074452.12.4, tendo como objeto a implantação de sistemas de esgotamento sanitário nos municípios de Itaboraí e Maricá, respectivamente. Esses convênios foram iniciados quando da sua assinatura e foram encerrados por decurso de prazo em 01.11.2014, para o município de Maricá, e 30.01.2015, para o município de Itaboraí, sem a conclusão do objeto e com saldo remanescente. Também em 30.03.2012, foi celebrado, entre a PETROBRAS, SEA, INEA e Fundação Bio-Rio, o convênio 6000.0074450.12.4 para a construção da Barragem de Guapiaçu. Este convênio foi iniciado quando da sua assinatura e encerrado por decurso de prazo em 23.01.16, sem a conclusão do objeto e com saldo remanescente, tendo sido realizado apenas o projeto, e cujas obras não foram iniciadas, devido a não emissão da licença de instalação pelo órgão ambiental;

CONSIDERANDO que se encontra em trâmite na 5ª Vara de Fazenda Pública a ação de cobrança proposta pela PETROBRAS, e ainda tendo o Juízo da Vara Regional da Ilha do Governador declinado a sua competência para o aludido Juízo Fazendário, no entendimento de que a SEAS e o INEA deveriam integrar o polo passivo da referida ação;

---

[1] Confira-se o que constou do aludido estudo:
"[...] entre os anos 2000 e 2012, o município de Itaboraí apresentava o índice de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de esgoto de, respectivamente, 0,00% e 1,94%, o que representa uma pequena melhora, sendo inferiores ao índice dos municípios estudados do Conleste - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (20,06%) e muito distante de atingir sua meta de 20,00%. Além das obras de captação e distribuição de água, a Prefeitura também está implantando rede de águas pluviais em algumas ruas.
Nas áreas não atendidas do município, a solução é a ligação no sistema de águas pluviais ou o lançamento direto nas ruas ou nos cursos d'água. É importante ressaltar que, como não existe tratamento na rede de águas pluviais, não se pode considerar que no município exista rede mista (sistema unitário) ".
"[...] entre os anos 2000 e 2012, o município de Maricá apresentava o índice de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de esgoto, respectivamente 3,95% e 10,68%, que é muito baixo, mas representa uma pequena melhora, e inferiores ao índice dos municípios do Conleste estudados (20,06%) e, distante de atingir sua meta de 23,16%".

CONSIDERANDO que a aludida ação de cobrança se refere à prestação de contas no âmbito dos Convênios para construção do sistema de esgotamento sanitário em Itaboraí, do sistema de esgotamento sanitário em Maricá e da Barragem de Guapiaçu – Reforço Hídrico (Processo nº 0286071-57.2016.8.19.0001) e de uma reconvenção neste referido processo;

CONSIDERANDO que a condicionante nº **32** não possui a redação contida na petição inicial[2], mas sim a redação dada pela Deliberação CECA 6.019/2016, que determinou ao INEA a revisão e a unificação das condicionantes 32 e 34 estabelecidas na Averbação nº AVB001306 da Licença de Instalação nº 001540/2009, ora transcrita: *"32 - Executar e concluir as intervenções previstas nos convênios 6000.0074452.12.4 e 6000.0074451.12.4, referentes à implantação dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de Maricá e Itaboraí, incluindo escopo adicional relativo a Maricá e Itaboraí, de acordo com estudo de concepção a ser apresentado pela SEA, com posterior repasse pela SEA dos ativos aos titulares dos serviços de saneamento básico que serão os responsáveis pela operação dos sistemas, bem como contribuir para a viabilização da implantação da Barragem de Guapiaçu, objeto do Convênio 6000.0074450.12.4, obedecendo o limite máximo de R$ 410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais), resultante da readequação das anteriores condicionantes 32 e 34 para os investimentos citados nesta condicionante, computados os valores já aplicados naquelas condicionantes, e os custos diretos e indiretos a serem suportados pela PETROBRAS";*

CONSIDERANDO que o Esgotamento Sanitário de Itaboraí e Maricá é a ação prioritária e fundamental porque já foram iniciadas e seu abandono se traduziria em dano ao erário e que são a condicionante 21 da LP 013990[3];

CONSIDERANDO o que dispõe a condicionante 33: *"Utilizar nos processos industriais do COMPERJ exclusivamente água de re-uso originárias de Estações de*

[2] A condicionante 32 na forma posta na petição inicial, possuía a seguinte redação: "32- Aplicar R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na construção da Barragem para regularização da vazão do Rio Guapiaçu visando o incremento da vazão do Rio Macacu em mais 5 m3/s, em período seco, incluindo o custeio das desapropriações necessárias e implantação de um Plano de Proteção da Área de Entorno do Reservatório, conforme projetos que serão fornecidos pela SEA/INEA", conforme Deliberação CECA/CLF 5.386, de 16/08/2011.

[3] Condicionante 21 da LP FE 013990: "Considerar no licenciamento do emissário submarino a implantação de sistema de esgotamento sanitário para atender a região que será cortada pela parte terrestre do emissário".

Tratamento de Esgoto - ETE, à exceção daqueles processos que comprovadamente não possam usar água de re-uso" e que apesar do contrato firmado em 25/11/2013 com a CEDAE – Companhia de Água e Esgoto do Rio de Janeiro, para que esta, através da Estação de Tratamento de Água – ETA do Guandu forneça para a PETROBRAS a água de reuso inicialmente prevista, não estará disponível para fornecimento para a partida da UPGN (Unidade de Processamento de Gás Natural), cuja previsão de início de operação é ao final de 2020,bem como para os anos posteriores;

CONSIDERANDO que, em 01/08/2017, a Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, por meio da DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.102, suspendeu a validade da condicionante 33, determinando que a PETROBRAS apresente ao INEA, um Estudo Hídrico Complementar abordando possíveis soluções para o suprimento de água do COMPERJ, o que também é postulado na ACP;

CONSIDERANDO a necessidade de prazo para elaboração do estudo suficiente pela PETROBRAS após a aprovação do Termo de Referência pelo INEA;

CONSIDERANDO que em 27/10/2017 a PETROBRAS protocolou no INEA a Carta PRGE/SGP/LA 154/2017 apresentando o Termo de Referência de Estudo Hídrico Complementar, em atendimento à Deliberação CECA Nº 6.102;

CONSIDERANDO que em 16/07/2018 foi recebido pela PETROBRAS a Notificação do INEA GELIRHNOT/01094464 solicitando revisão do referido Termo de Referência e que em 20/07/2018 a PETROBRAS protocolou no INEA a Carta PRGE/SGP/LA 112/2018 apresentando as revisões solicitadas;

CONSIDERANDO que em 22/11/2018 foi recebida pela PETROBRAS a Notificação do INEA GELIRHNOT/01096952 solicitando nova revisão do aludido Termo de Referência e que em 05/12/2018 a PETROBRAS protocolou no INEA a Carta SMS/LARE/ 0001/2018 apresentando as revisões solicitadas;

CONSIDERANDO que em 09/04/2019 foi recebida pela PETROBRAS a Notificação do INEA GELIRHNOT/01096952, aprovando o Termo de Referência, conforme parecer Técnico nº 142/2019/SEORH;

CONSIDERANDO que os efeitos da condicionante 33 estão suspensos até a manifestação formal do INEA com relação as conclusões obtidas no referido estudo;

CONSIDERANDO que as partes concordam com a utilização provisória da outorga de água já existente do Rio Guandu, atualmente sob titularidade da REDUC, nos exatos termos das cláusulas que seguem e desde que: (i) haja prestação de contas periódica sobre o volume de água utilizado pela REDUC e pela UPGN do COMPERJ, a fim de que se possa fiscalizar que não haverá utilização de água acima do volume permitido na outorga; (ii) de fato que tal utilização de água do Rio Guandu seja provisória, até que sejam implementadas as medidas do Estudo Hídrico Complementar abordando soluções para o suprimento de água do COMPERJ, de maneira que, nos prazos previstos em tais estudos aprovados pelo órgão ambiental e pelo MPRJ, haja a substituição de utilização de água do Rio Guandu por água prioritária de reuso para o suprimento de água de todos os processos industriais possíveis do COMPERJ, prevendo o reuso dos efluentes dos processos industriais e efluentes sanitários, quando possível[4],(iii) seja concedida pelo INEA a renovação da outorga do rio Saracuruna à PETROBRAS para sua utilização até dezembro de 2023;

CONSIDERANDO que, em 14/03/2008, foi assinado entre PETROBRAS e CEDAE o Convênio para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Porto das Caixas, na vazão de 100 litros por segundo, visando ampliar a capacidade de produção de água tratada (potável) do sistema de abastecimento do Município de Itaboraí, bem como atender à demanda necessária de água tratada (potável) durante as obras de implantação do COMPERJ, o que já viabilizou reforço hídrico na região;

CONSIDERANDO que o referido Convênio previa que a PETROBRAS arcaria com todos os recursos necessários à consecução de seu objeto e que ao término das obras, os ativos resultantes da execução do objeto foram transferidos à CEDAE;

CONSIDERANDO o ajuste no sentido de que em contrapartida à transferência de ativos à CEDAE, os investimentos realizados pela PETROBRAS, cerca de R$ 75 milhões, foram convertidos em volume de água potável para o COMPERJ (até 50 litros por segundo);

[4] Destaca-se que a condicionante 33 da UPB prevê: " Utilizar nos processos industriais do COMPERJ exclusivamente água de re-uso originárias de Estações de Tratamento de Esgoto – ETE, **à exceção daqueles processos que comprovadamente não possam usar água de re-uso.**

CONSIDERANDO que também em contrapartida à transferência de ativos à CEDAE e à obra realizada pela PETROBRAS, houve reforço hídrico de água potável para a população de Itaboraí de 50 litros por segundo;

CONSIDERANDO a necessidade de uma solução de fornecimento de água que viabilize a partida da UPGN em 2021 e por consequência permita o aumento da produção dos campos do Pré-Sal;

CONSIDERANDO que, em 20/05/2010, foi emitida Licença de Prévia Nº IN001543 para a concepção e localização da via principal de acesso rodoviário ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, com 7,8 km de extensão, interligando o complexo à BR-493;

CONSIDERANDO que a Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ é um empreendimento que consiste na construção da via principal de acesso rodoviário ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, com 7,8 km de extensão, interligando o complexo à BR-493;

CONSIDERANDO que antes desta Estrada ser construída e mesmo após, vinha e vem sendo utilizada, prioritariamente, a Estrada Sul, que substituiu a utilização da Estrada S, onde moradores relataram problemas com o trânsito de veículos pesados das empresas que prestavam serviços ao COMPERJ tendo, inclusive, segundo os moradores, havido abalo na estrutura de alguns imóveis, conforme IC 34/14;

CONSIDERANDO que, em atendimento à condicionante 5.4[5], mencionada na ACP equivocadamente na peça inicial como condicionante 6.7 da LP da EAP IN001543, que versa sobre cronograma de desapropriações, que este foi apresentado dentro do Programa de Desapropriação, cap. 5.5 do Plano Básico Ambiental, e protocolado quando da solicitação da Licença de Instalação da Estrada de Acesso Principal do COMPERJ, sendo necessário um tempo para resgate de tais informações;

CONSIDERANDO que a PETROBRAS apresentará em cumprimento ao TAC o cronograma de efetivação das desapropriações em 300 (trezentos) dias contados da homologação, pois será necessário realizar um resgate destes dados, já que parte foi feita extrajudicial e outra parte judicialmente;

---

[5]- *Apresentar na ocasião do requerimento de LI:*
5.4 – Cronograma para a efetivação das desapropriações que se fizerem necessárias à implantação da rodovia;

CONSIDERANDO que a Estrada para Transporte de Equipamentos Especiais, denominada UHOS (Ultra Heavy Over Size, objeto do IC 314/09 e IC 161/15) é um empreendimento que consiste em uma via destinada ao tráfego de veículos pesados, possuindo aproximadamente 18 quilômetros de extensão, atravessando várias comunidades que compõem o Complexo do Salgueiro, no Município de São Gonçalo. A Estrada UHOS interliga o "Píer de atracação localizado na Praia da Beira (Município de São Gonçalo)" à via projetada para acesso ao COMPERJ, a qual intercepta a Rodovia Federal BR-493 na altura do km 7, no Distrito de Itambí (Município de Itaboraí), fazendo parte do denominado "Sistema UHOS";

CONSIDERANDO que a PETROBRAS procurou dar atendimento à condicionante 12[6] da LP IN 019084 realizando um convênio com o Município de São Gonçalo onde estava prevista a transferência do SISTEMA DE UHOS para o Município;

CONSIDERANDO que através da Carta AB-PGI/COMPERJ 0018/2015 realizou a transferência de posse da Infraestrutura da UHOS para a Prefeitura de São Gonçalo e que cabe mencionar ainda, que conforme Convênio de Cooperação celebrado com o Município de São Gonçalo para a viabilização da implantação da via, estava previsto no item 2.1.4 o repasse da via ao Município:

> *"Repassar para o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO após a implantação da Via de transporte dois Equipamento Especiais do COMPERJ a infraestrutura que será realizada neste Município pelo Projeto PETROBRAS, em conformidade com o objeto do presente CONVÊNIO, para que seja adequada e ampliada, visando à implantação do Projeto Porto da Praia da Beira;"*

CONSIDERANDO que o Município de São Gonçalo e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, emitiram os Decretos nº 115/2011 e 43.472/2012, respectivamente, Declaração de Utilidade Pública para fins de construção da via, evidenciando o interesse público pela via;

---

[6] *"doar ao poder público, como medida socioambiental, o conjunto de obras e instalações do pier, retroporto e rodovia de acesso, após atendidas as necessidades relativas à movimentação de equipamentos pesados para implantação do COMPERJ, conforme condições específicas estabelecidas em Termo de Compromisso a ser celebrado com o Estado, em até 180 dias após a emissão da Licença de Instalação*

CONSIDERANDO que a PETROBRAS e empresas locais ainda possuem interesse na utilização da referida Estrada UHOS para passagem de equipamentos pesados, bem como considerando o interesse do Município de São Gonçalo no Prédio denominado de Centro de Integração, localizado na Av. Presidente Kenedy 765, Estrela do Norte, em São Gonçalo, que resultou de um investimento de cerca de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões reais) pela PETROBRAS;

CONSIDERANDO que a eventual destruição da Estrada UHOS não resolveria o problema de segurança pública no local, pois o trajeto já era utilizado para tráfego pelo tráfico, sendo certo que as partes concordam na substituição deste pedido por outros pedidos que tornem viável uma utilização da mencionada estrada que atenda ao interesse público (itens 5.6.1 até 5.6.4 deste TAC), bem como no estabelecimento de medidas compensatórias adicionais pela PETROBRAS em favor do Município de São Gonçalo, em razão da construção da Estrada UHOS, no valor total de R$ 30.750.000,00 (trinta milhões, setecentos e cinquenta mil reais), conforme itens 5.6.3, 11.1, 11.2 e 11.3 deste TAC;

CONSIDERANDO que em atendimento à condicionante 21, a PETROBRAS realizou a implantação dos dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos, de modo a minimizar o risco de ocorrência de acidentes durante a realização das obras e que a empresa contratada para a realização da obra da estrada UHOS reportava mensalmente as evidências de atendimento através do relatório do Plano Ambiental da Construção as atividades de Gerenciamento de Tráfego Durante as Obras, informadas ao INEA trimestralmente através do PGA Cap. 6.7 (Plano de Gerenciamento de Tráfego durante as obras), inclusive com relatório fotográfico;

CONSIDERANDO que em atendimento à condicionante 23, a PETROBRAS atendeu as normas municipais quanto ao tráfego de veículos durante as obras e que a empresa contratada para a realização da obra da estrada UHOS atuava para o Gerenciamento de Tráfego (conforme reportado no Capítulo 6.7 do Plano de Gerenciamento de Trafego durante as obras) através do Plano de Gestão Ambiental protocolado trimestralmente no órgão ambiental estadual, assim como no atendimento aos requisitos legais aplicáveis, dentre eles os municipais;

CONSIDERANDO que em 2016 houve um incêndio em um prédio administrativo do COMPERJ sendo que foram perdidos os últimos Planos de Monitoramento Epidemiológico, razão pela qual a PETROBRAS se comprometerá a apresentar os

resultados obtidos que se refiram até o ano de 2014, que foram os quais conseguiu resgatar. Além disso, os planos de monitoramento epidemiológico deverão ser atualizados até 2017;

CONSIDERANDO que as partes que firmam este TAC esclarecem que o Município de Cachoeiras de Macacu não figura como beneficiário no presente TAC de obrigações de fazer e, sobretudo, das obrigações referentes a novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares. O motivo de Cachoeiras de Macacu não ter sido contemplado no presente TAC é que o empreendimento que seria construído no território de Cachoeiras de Macacu (a chamada "Barragem do Guapiaçu") em decorrência do COMPERJ, não o será mais implantado como medida compensatória do empreendimento, sendo certo que o presente TAC estabeleceu a obrigação da PETROBRAS de realizar estudos para o reforço hídrico da região. Caso futuramente seja escolhido e executado algum empreendimento com este objetivo de reforço hídrico da região no Município de Cachoeiras de Macacu pelo Estado do Rio de Janeiro, o MPRJ, no exercício de suas funções institucionais, diligenciará para acompanhar e fiscalizar o processo de licenciamento ambiental do novo empreendimento;

CONSIDERANDO o aumento de recolhimento de royalties e participações especiais para a União, Estados e Municípios, decorrente da partida da UPGN em 2021 e do crescimento econômico associado a operação do empreendimento COMPERJ, em especial para o Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que a SEAS e o INEA são os órgãos ambientais legalmente competentes do Estado do Rio de Janeiro para o licenciamento e para fiscalização do empreendimento COMPERJ;

CONSIDERANDO que, após o ajuizamento da presente ACP, o MPRJ oficiou à PETROBRAS para dar notícia do ajuizamento das ACPs e, em resposta, a PETROBRAS, manifestou seu interesse em tentar celebrar TAC, o que foi aceito, razão pela qual o MPRJ pleiteou ao juízo a suspensão do feito. A partir de então, foram realizadas diversas reuniões entre MPRJ, PETROBRAS, SEAS e INEA que culminaram na celebração do presente TAC que ora é submetido à homologação do Judiciário;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1°, c/c art. 5°, parágrafo 6°, da Lei Federal n° 7.347/85;

CONSIDERANDO todos os demais elementos produzidos nos autos do Inquérito Civil Público n. 239/2017;

CONSIDERANDO que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida"*, entendido esse como o *"conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"* (art. 225, caput, da CF/88 e art. 3°, I, da Lei n° 6938/81);

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público e da coletividade a defesa e a preservação do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que os art. 1°, inciso I, art. 2°, *caput*, art. 3°, art. 4° e art. 5°, inciso I, e §6°, da Lei 7.347/1985, dispõem que:

> *Art. 1° Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as **ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados**: (Redação dada pela Lei n° 8.884, de 11.6.1994)*
> ***I - ao meio-ambiente;***
> *(...)*
> *Art. 2° As ações previstas nesta Lei serão **propostas no foro do local onde ocorrer o dano**, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.*
> *(...)*
> *Art. 3° A ação civil poderá ter por **objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.***
> *Art. 4°**Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente**, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO). (Redação dada pela Lei n° 10.257, de 10.7.2001)*
> *Art. 5° **Têm legitimidade** para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei n° 11.448, de 2007).*
> ***I - o Ministério Público;** (Redação dada pela Lei n° 11.448, de 2007).*
> *(...)*

> *§6º - Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.*

CONSIDERANDO que, o MPRJ é, segundo disposições das Leis 7347/87, arts. 1º e 5º, e 8078/90, arts. 81, 82 e 91, legitimado à promoção de ação civil pública e celebração de termo de ajustamento de conduta para a defesa coletiva dos direitos e interesses meta individuais, entre eles os relativos à proteção do Meio Ambiente;

RESOLVEM, com fundamento no disposto no *art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85*, celebrar **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, para pôr fim à ACP nº 9919-12.2018.819.0023, na forma que se segue.

III- DAS DISPOSIÇÕES

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) tem como objeto chegar a um acordo sobre a integralidade dos pedidos feitos na ACP 9919-12.2018.819.0023 em tela, havendo o ajustamento de conduta com aquelas obrigações as quais a Compromissária não cumpriu ainda ou são por meio do presente TAC alteradas.

Parágrafo primeiro - Além disso, são objeto do presente TAC os seguintes pedidos:

(i) ACP 0009884-52.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil n.º 95/2011) – Emissário terrestre e Submarino: pedidos 4.2.1, 4.2.2, 4.3.1, 4.3.2, 10;

(ii) ACP 0009859-39.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil n.º 102/2011) – Linhas de Transmissão: pedidos 4.3, 4.4.4, 4.4.5, 10.

(iii) ACP 0009869-83.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil n.º 01/2013) - UPGN ULUB: pedidos: 4.2.3.a, 4.2.3b, 4.2.3c, 4.2.3d, 10.

(iv) ACP 0009897-51.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil nº 106/2010) – Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ: pedidos C.3f, C8, C9, C10, C11, C12, C14, C16, 10.

Parágrafo Segundo - O presente TAC põe fim e se traduz em termo final a todos os pedidos da ACP 9919-12.2018.8.190023, bem como aos pedidos elencados no parágrafo primeiro (anterior ao presente), o qual deverá ser devidamente homologado por sentença judicial, que tramita perante a Justiça Estadual de Itaboraí, fazendo coisa julgada material.

Parágrafo Terceiro – As partes declaram estar cientes do julgamento dos recursos de apelação interpostos nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, em trâmite perante o Juízo da 2ª Vara Federal de Itaboraí/RJ, que deslocou a competência do licenciamento ambiental do COMPERJ para o IBAMA. Declaram, ainda, estar cientes de que foi deferida a suspensão de execução de sentença nº 2013.02.01.006894-8, movida pelo ERJ, determinando a suspensão dos efeitos da aludida decisão até o trânsito em julgado da mesma ou do acórdão que julgou os recursos de apelação. Finalmente, as partes declaram estar de acordo de que o presente TAC não trará qualquer prejuízo para a coletividade ou para o meio ambiente, nem inviabilizará ao MPF e ao IBAMA o exercício de suas atribuições legais, na medida em que, caso haja o deslocamento superveniente da competência do órgão ambiental para licenciar os empreendimentos em questão por força de decisão judicial transitada em julgado, vigorarão as condicionantes impostas pelo INEA e as obrigações previstas neste TAC até que o IBAMA conceda nova licença com suas próprias condicionantes, além de restarem preservadas as licenças que já estejam exauridas. Assim, o MPF e/ou o IBAMA poderão, se assim entenderem conveniente, aderir total ou parcialmente aos termos deste TAC, inclusive fiscalizando seu cumprimento, na hipótese de o ajuste ainda estar vigente, eis que o presente instrumento regulariza as pendências ambientais do empreendimento em relação aos fatos narrados na inicial, mantendo o IBAMA o seu poder de autotutela e resguardada ao MPF a sua atribuição/legitimidade de acompanhar e fiscalizar os licenciamentos ambientais em questão;

Parágrafo Quarto - Após a conclusão do Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro previsto no item 2 da cláusula segunda, que incluirá a avaliação acerca das alternativas para abastecimento hídrico na região do Comperj, caso haja confirmação da implantação da Barragem de Guapiaçu como melhor opção, com as devidas e prévias alterações no EIA/RIMA próprio considerando o teor do estudo

referido no mencionado item 2, ou outra solução que fora apontada pelo Plano, o Compromissário Estado do Rio de Janeiro deverá elaborar o projeto, obra e desapropriações, servindo dos recursos previstos na cláusula segunda, item 3, como apoio à sua implementação.

Parágrafo Quinto – As partes declaram que o presente TAC está sendo celebrado considerando que o COMPERJ terá futuramente em operação apenas a UPGN e a Refinaria (TREM 1), não sendo consideradas as demais Unidades inicialmente previstas, tendo em vista o redimensionamento para menor do empreendimento.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS

CLÁUSULA SEGUNDA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a promover as obrigações de fazer e de pagar abaixo especificadas e a apresentar no bojo do processo de licenciamento ambiental e nos autos da presente ação civil pública ao MP e a este Juízo, o que segue, nos prazos constantes do Cronograma de Execução das Ações, que é o ANEXO 1, parte integrante do presente instrumento.

1) A PETROBRAS se compromete a apresentar, em até **16 (dezesseis) meses** após a aprovação do Termo de Referência do INEA (o qual deverá contar com prévia manifestação do MPRJ), Estudo Hídrico Complementar, em atendimento à Deliberação CECA Nº 6.102, com vistas a avaliar alternativas de águas de reuso para o Comperj, devendo tal estudo abordar possíveis soluções para o suprimento de água para todos os processos industriais do COMPERJ, inclusive para a UPGN e Trem 1, sendo certo que o estudo a ser apresentado deve prever e priorizar o reuso dos efluentes nos processos industriais em que isto for possível.

2) A PETROBRAS se compromete a depositar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, a importância de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, para que seja elaborado pelo ERJ o Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro, a partir de sua Subsecretaria de Recursos Hídricos e Sustentabilidade da SEAS, que deverá contemplar capítulo específico acerca do abastecimento da região do Leste Fluminense, incluindo a

avaliação da Barragem de Guapiaçu e alternativas para abastecimento da região, com regular análise das alternativas locacionais e tecnológicas, visando à indicação de uma opção que atenda à demanda hídrica esperada. O Termo de Referência a ser feito pelo INEA/SEAS para tal plano deverá ser apresentado ao MPRJ, para fins de prévio e imprescindível consenso técnico antes de sua execução. Tal estudo deverá abordar todos os itens da conclusão da IT nº 239/2017 do GATE/MPRJ, inclusive sugerindo as alterações necessárias no projeto inicial da Barragem do Guapiaçu, a fim de tornar o projeto viável do ponto de vista ambiental e social. No momento seguinte, o órgão licenciador deverá observar a adequada avaliação dos impactos ambientais e sociais, além da justa e prévia indenização pela desapropriação (quando for o caso). Caso o valor do estudo seja inferior à importância depositada, o recurso sobressalente será utilizado em ações que aumentem a segurança hídrica do estado do Rio de Janeiro.

3) A PETROBRAS se obriga a depositar no INEA ou na SEAS, em duas contas específicas a serem indicadas pelo beneficiário e referendadas pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, respectivamente, as importâncias remanescentes de: (i) R$ 98.642.130,83 (noventa e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e trinta reais e oitenta e três centavos), para atender à finalidade de término das obras de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, incluindo escopo adicional; e (ii) R$ 131.952,702,96 (cento e trinta e um milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dois reais e noventa e seis centavos) para ações de execução do reforço hídrico da região (a ser definido a partir do estudo do item 2 anterior, sendo certo que na hipótese de eventual estudo apontar pela necessidade de implantação da Barragem do Guapiaçu, a efetiva intervenção somente será realizada pelo ERJ, com os recursos aportados, após o consenso técnico entre o INEA e o MPRJ acerca da proposta, sendo que ambos os valores serão sempre depositados em 3 (três) parcelas trimestrais iguais e sucessivas contados da homologação do TAC, sendo a primeira parcela em 60 dias contados da homologação do instrumento, em atendimento à condicionante 32 conforme redação dada pela Deliberação CECA 6.019/2016[7].

[7] *Os valores discriminados neste item constam na memória de cálculo abaixo, elaborada pela Petrobras que não possui efeito jurídico liberatório, os quais foram obtidos levando em consideração os valores efetivamente pagos pela Petrobras à Fundação Bio-Rio e os valores remanescentes pendentes de pagamento, em cumprimento às condicionantes 32 e 34. Os valores pagos foram apresentados pela Petrobras por meio dos extratos bancários dos respectivos convênios. A SEAS/INEA, a quem cabia a entrega de relatórios da aplicação dos recursos, poderá estabelecer processo regular de apuração, no qual se perquirirá, inclusive, a aplicação dos recursos já recebidos e sua correção, com a finalidade, entre outras, de prestar as informações respectivas*

3.1) A título de atualização monetária dos valores acima referidos para esgotamento sanitário e reforço hídrico, a PETROBRAS se compromete ainda a depositar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, nas mesmas contas mencionadas acima (a serem indicadas pelo INEA ou pela SEAS e referendadas pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 – trinta e cinco – dias), a importância de R$ 30.753.172,38 (trinta milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e trinta e oito centavos), que será utilizada da seguinte maneira: (a) a importância de até R$ 13.744.020,00, para gerenciamento das ações de execução do reforço hídrico da região; e (b) a importância de até R$ 12.903.617,28, para o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário.

3.2) O saldo remanescente desta atualização monetária, que soma R$ 4.105.535,10 (quatro milhões, cento e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e dez centavos), será depositado em 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, devendo ser utilizado como medida compensatória, para fortalecimento das ações de licenciamento e fiscalização ambiental no COMPERJ.

---

ao MPRJ, nos termos deste TAC, bem assim de esquadrinhar, se for o caso, responsabilidades por eventuais irregularidades. Não é objeto do presente TAC fazer juizo de valor e atestar o cumprimento dos convênios anteriormente firmados para a execução das obras.

MEMÓRIA DE CÁLCULO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE ITABORAÍ E MARICÁ E REFORÇO HÍDRICO			
Rubricas	**Valores Previsto**	**Valores aportados à Fundação Rio Rio**	**Referência**
Valor do convênio barragem de Guapiaçu	250.000.000,00	26.919.000,00	Condicionante 34: Convênio de esgot. Itaboraí nº 6000.0074451.12.4 Condicionante 34: Convênio de esgot. Maricá nº 6000.0074452.12.4 Condicionante 32: Convênio barragem Guapiaçu nº 6000.00.74450.12.4 (Averbação Nº AV8001906 da LI Nº IN001540)
Valor do convênio esgotamento sanitário Itaboraí	99.446.000,00	94.997.822,80	
Valor do convênio esgotamento sanitário Maricá	60.554.000,00	57.488.343,41	
Total	410.000.000,00	179.405.166,21 *	
Saldo dos convênios de esgotamento e barragem	290.994.833,79		410.000.000,00 - 179.405.166,21
Este saldo foi subdividido no TAC conforme abaixo:			
Total orçado pela CEDAE para conclusão do escopo remanescente do esgotamento sanitário de Itaboraí e Maricá	98.642.130,83	Não aplicável	Orçamento da CEDAE encaminhado em 12/09/2018
Remanescente será aplicado em ações de Reforço hídrico	131.952.702,96	Não aplicável	Saldo dos 3 convênios menos orçamento da CEDAE
Ademais, foram inseridos os valores a serem pagos a título de atualização monetária do saldo dos convênios de esgotamento e barragem (índice: IPCA)	30.753.172,38	Não aplicável	Valores a serem pagos a título de atualização monetária (IPCA), conforme item 3.1 da cláusula segunda do TAC do Comperj: R$ 13.744.020,00: gerenciamento das ações de execução do reforço hídrico; R$ 12.903.617,28: gerenciamento das obras de esgotamento sanitário; R$ 4.105.535,10: medida compensatória para fortalecimento das ações de licenciamento e fiscalização ambiental no Comperj;

* Este valor não considera a atualização monetária. O valor atualizado efetivamente pago, conforme extratos apresentados pela Petrobras, foi de R$ 193.489.115,00.

4) A PETROBRAS poderá utilizar a outorga já existente do Rio Guandu (atualmente destinada à Refinaria Duque de Caxias - REDUC), para fornecimento de água para a UPGN e utilidades necessárias à sua operação, enquanto não for possível o fornecimento de água de reuso, que depende da conclusão do Estudo Hídrico Complementar e da implementação da solução apontada pelo referido Estudo, conforme item 1 anterior, desde que:

(i) haja prestação de contas periódica (trimestralmente) sobre o volume de água utilizado pela REDUC e pela UPGN do COMPERJ, a fim de que se possa fiscalizar se não haverá utilização de água acima do volume permitido na outorga;

(ii) a utilização de água do Rio Guandu seja efetivamente provisória, até a implementação da solução apontada pelo referido Estudo Hídrico Complementar para o suprimento de água do COMPERJ, de maneira que, nos prazos previstos neste estudo aprovado pelo órgão ambiental e pelo MPRJ, haja a substituição de utilização de água do Rio Guandu preferencialmente por água de reuso para o suprimento de água para os processos industriais do COMPERJ que forem possíveis, prevendo o reuso dos efluentes de todos os processos industriais e efluentes sanitários possíveis;

(iii) seja concedida pelo INEA a renovação da outorga do rio Saracuruna à PETROBRAS para sua utilização até dezembro de 2023.

(iv) A licença de operação do COMPERJ somente será emitida após a comprovação da utilização de 100% de água de reuso para o suprimento de todos os processos industriais do COMPERJ, à exceção daqueles processos que comprovadamente não possam usar água de reuso.

5.1) No que concerne à Licença Prévia FE013990 (AVB000621) que autoriza a localização do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ):

5.1.1) Em relação à condicionante 6.9 – Apresentar o Projeto da estrada de acesso interna que ligará a área à RJ-116, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.2) Em relação à condicionante 6.16 – Apresentar o Plano Logístico de Transporte, contemplando o transporte de material e de pessoal e medidas para a

minimização dos impactos a serem gerados no tráfego, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.3) Em relação à condicionante 6.17 – Apresentar o Inventário, incluindo registro fotográfico, das vias principais, secundárias e marginais que foram utilizadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.4) Em relação à condicionante 6.20 – Apresentar o estudo de projeções populacionais apresentado no Anexo 2 da Parte 1 – Atendimento às Condições de Validade da LP no Plano Básico Ambiental (PBA), no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.5) Em relação à condicionante 7.4 – Apresentar comparativo de alterações do projeto de tratamento de efluentes, em decorrência do redimensionamento para menor do COMPERJ, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

5.1.6) Em relação à condicionante 7.9: (i) Apresentar o Estudo Regional de Caracterização Hidrogeológica e Determinação de Fluxos de Água Subterrânea, já realizado, em 30 dias, contados da homologação do TAC, em CD eletrônico; (ii) Realizar estudo de "Background geoquímico" complementando as informações dos estudos hidrogeológicos já existentes na área de influência do COMPERJ a ser apresentado no prazo de 24 (cinte e quatro) meses contados da homologação do TAC; (iii) atualizar o Cenário Hidroquímico e Avaliação com base na Resolução CONAMA 420/2009, incluindo - se for o caso - a definição da solução mitigadora e/ou compensatória de redução das concentrações das Substâncias Químicas de Interesse (SQI) para a hipótese de ser identificada alteração na qualidade do aquífero, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da homologação do TAC, em CD eletrônico; (iv) considerar como condicionante da licença de operação a realização de monitoramento analítico ao longo de dois ciclos hidrogeológicos, por 24 (vinte e quatro) meses, considerando os resultados dos itens (ii) e (iii).

5.1.7) Em relação à condicionante 7.11 – (i) Apresentar ao MPRJ o Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macro Drenagem (MD-6000.67-8000-113-HBQ-001) e no Desenho (DE-6000.67-8000-182-HBQ-004) que contempla o levantamento detalhado de áreas susceptíveis a inundações e áreas encharcadas, com as soluções

propostas para a viabilização das construções e utilização da área, em 30 dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.8) Em relação à condicionante 7.12 – (i) Apresentar os estudos geológicos da região (capítulo 4.2.3 do EIA/RIMA), no qual está anexo o mapa de erodibilidade da Área de Influência Direta (anexo 5_Erodibilidade_AID); e levantamento geotécnico do terreno que consta do Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macro Drenagem (MD-6000.67-8000-113-HBQ-001) e desenhos DE- 6000.67-8000-114-HBQ-001 à 009, que contemplam as investigações geotécnicas citadas no referido Estudo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

5.1.9) Em relação à condicionante 8.1 – (i) Apresentar o Programa de Monitoramento de Qualidade da Água no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico; (ii) Apresentar os relatórios dos monitoramentos já realizados até 2015, levando em consideração a fase de obras de implantação da Unidade de Petroquímicos Básicos (UPB – Infraestrutura de Urbanização), a Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ e a Via de Acesso de Equipamentos Especiais (UHOS), conforme determinado nas condicionantes 8.1 da licença LP nº FE013990, 24 e 26 da licença LI nº IN021327, 37 e 40 da licença LI nº FE014032, 7.3 da licença LP nº IN019084 e 5.16 da licença LP nº IN001543, e os demais relatórios dos monitoramentos realizados com a retomada das obras em 2018, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico; (iii) executar novas medidas mitigadoras adicionais e medidas de recuperação ambiental, caso seja necessário, para redução das concentrações das substâncias mencionadas na Resolução CONAMA nº 357/2005 e/ou medidas compensatórias, dentro da área intermuros do COMPERJ, sendo que estas ações deverão ser consideradas como condicionantes da licença de operação;

5.1.10) Em relação à condicionante 8.3 – Apresentar o Programa de Monitoramento da Biota Aquática, os relatórios de acompanhamento com conclusões técnicas de avaliação dos parâmetros dos monitoramentos da Biota Aquática já realizados, de acordo com a condicionante 23 da LI IN021327, em 30 dias da homologação do TAC, em CD eletrônico; (ii) Dar continuidade ao Programa de Monitoramento da Biota Aquática e aos Relatórios de acompanhamento com conclusões técnicas de avaliação dos parâmetros dos monitoramentos da Biota Aquática até a emissão da Licença de

Operação da UPGN; (iii) Apresentar trimestralmente os relatórios, em CD eletrônico, a partir de 3 meses da homologação do TAC até o término do prazo de sua vigência.

5.1.11) Em relação à condicionante 8.4 - (i) Celebrar Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF com a INEA/SEAS, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do TAC, desde que o INEA já tenha: (i) informado à PETROBRAS as áreas que foram quitadas, com termo de quitação; (ii) enviado a minuta do TCRF antes da celebração do presente instrumento, com pagamento em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira em 60 (sessenta dias) após a homologação do TAC e a segunda em março de 2020, monetizando pelo mecanismo financeiro as obrigações não dadas por quitadas pela SEAS relativas à: (i) obrigação de restaurar 5.005,8[8] ha, dando cumprimento às condicionantes 8.4, 23, 24 e 30.1 da LP nº FE013990; às condicionantes 2.1, 2.2, 2.3, 2.4; 2.5 e 2.6 da ASV 009/2008 e Cláusulas do TCA celebrado com o IEF/RJ (atual INEA), Cláusula Segunda (Item 1), Cláusula Terceira (itens 1,3,5,6,7,9,10, 16 e 17), Cláusula Quarta (Itens 1 e 2) e Cláusula Quinta (Item 1) do licenciamento ambiental do COMPERJ que concerne às medidas necessárias à execução do programa de Restauração, bem como às obrigações relacionadas à condicionante 30.1 da LP nº nº FE013990 constantes do Termo de Referência – TR, criado pela Portaria INEA nº 43/2009, no qual será estabelecido mecanismo financeiro de contribuição aos serviços ecossistêmicos, relativo ao quantitativo de áreas em hectares que não for dado como quitado pelo INEA, mediante depósito na conta do TCRF, nos prazos a serem estabelecidos no TCRF; (ii) condicionantes 30, 31, 32 e 33 da LI Nº 0016106 (LI Estrada de Acesso Principal); (iii) condicionantes 30, 31, 32, 33, 34e 35 da LI Nº IN020319 (LI UHOS); (iv) condicionantes 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17daLI Nº IN023703 e e condicionantes 3, 4,e 5 da Averbação 002721 (Emissário); (v) condicionantes 38, 39, 40, 41, 42 e 43 da LI Nº IN024121 (DUTOS); (vi) condicionantes 37, 38, 39, 40 e 41 da LI Nº IN024202 (GASODUTOS).

OBJETO DA LICENÇA	COMPROMISSO (ha)
LP COMPERJ + ASV 9/2008	4.364,40
Estrada convento	221,00
Estrada UHOS	35,00
UPB	33,40
Dutos	119,00
Emissário	7,50
Linha de transmissão	1,50
Gasodutos	3,00
Canteiros Serra do Inoã	1,00
Total	5.005,80

(vii)condicionante 25, 26, 27, 28 e 29 da LAS Nº IN025668 (LAS INOÃ); (viii) condicionante 5.2 da Licença Prévia IN001543 (Estrada de Acesso Principal); (ix) condicionantes 13, 14 e 15 da LI Nº IN024123 (LT 345 kV) ou a que vier a substituí-la; (x) Cap. 8.6 do Plano Básico Ambiental da Urbanização e da UPB.

5.1.11.1) Para que seja viabilizado o cumprimento do parágrafo quarto da cláusula terceira, que autoriza a SEAS/INEA a utilizar 10% (dez por cento) dos valores do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula 5.1.11 *supra* com a finalidade de planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF, será estabelecido no instrumento que, quando do depósito no âmbito do mecanismo finaceiro, este valor já seja separado para tal finalidade. Com efeito, será realizado um depósito específico no Fundo Mata Atlântica da importância de 10% para atendimento dessa finalidade, em 60 (sessenta) dias após a homologação do TAC. Tal valor será subtraído da importância total do TCRF.

5.1.11.2) De forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021.

5.1.12) Em relação à condicionante 8.5 – Apresentar o Plano de Monitoramento da Biota Terrestre, os relatórios de acompanhamento já realizados no prazo de 30 dias da homologação do TAC em CD eletrônico e dar continuidade ao Plano de Monitoramento da Biota Terrestre no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da homologação do TAC.

5.1.13) Em relação à condicionante 8.6 – Apresentar o Programa de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do entorno do COMPERJ, bem como os boletins elaborados sobre os dados dos municípios e

apresentar estudo de evolução demográfica da Área Diretamente Afetada – ADA, atualizado até 2017, até 30/06/2021, em CD eletrônico.

5.1.14) Em relação às condicionantes 8.7 e 10 – Apresentar a relação de participantes do programa de qualificação profissional voltado à população da região do entorno do Complexo, visando a maximizar a participação de mão-de-obra local a ser utilizada no empreendimento e nas oportunidades que surgirem na região, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.15) Em relação à condicionante 8.9 – Apresentar os 42 (quarenta e dois) relatórios relativos ao Programa de Comunicação Social, incluindo subprograma de Ações Sociais Integradas que contemple medidas de integração do empreendimento com as comunidades, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.17) Em relação à condicionante 11 – (i) Apresentar os relatórios do Plano de Monitoramento Epidemiológico realizado até 2014, no prazo de 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico, com a identificação formal de autoria pela instituição contratada (FIOCRUZ/ENSP); (ii) Atualizar o Plano de Monitoramento Epidemiológico até o ano de 2017, até 30/06/2021.

5.1.18) Em relação à condicionante 12 – Apresentar os produtos gerados do Programa de Valorização Cultural, contemplando: (i) livro com os resultados da pesquisa sobre o Patrimônio Cultura do Leste Fluminense; (ii) Relatório Final do Programa de Capacitação em educação Patrimonial e arqueologia do Vale do Macacu; (iii) Documento de aprovação pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Inepac do Projeto Executivo de Consolidação das Ruínas do Convento São Boaventura, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.19) Em relação à condicionante 13 – Apresentar o Cap. 7.7. do PBA, da Urbanização, referente ao Plano de Monitoramento da Evolução Demográfica e das Demandas por serviços públicos na ADA, bem como os resultados obtidos, no prazo de 60 (sessenta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.20) Em relação à condicionante 13.4 – Depositar a importância de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em conta judicial a ser destinada às ações de fortalecimento das atividades de fiscalização e licenciamento do Município de

Itaboraí, cuja liberação ao Município será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

5.1.21) Em relação à condicionante 14 – Apresentar o contrato com o SENAI para prestação de serviços técnicos especializados para realização de eventos de sensibilização e capacitação para habilitação de empresas para prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos e fornecimento de areia, em atendimento a parceria institucional tendo em vista a inovação tecnológica pró-ambiental (Tecnologias Limpas) com foco nas micro e pequenas empresas, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.22) Em relação à condicionante 15 – Apresentar os relatórios, o convênio, as fotos e dados da operação da Rede Hidrometeorológica contendo estações pluviométricas, fluviométricas e meteorológicas, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.26) Em relação à condicionante 24 - Apresentar os relatórios nos quais constem as ações de apoio aos hortos existentes na área de influência do COMPERJ, para a produção de mudas destinadas aos projetos de recomposição vegetal, em 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.27) Em relação à condicionante 27 - Apresentar ao MPRJ as Autorizações e Outorgas obtidas até o momento relacionadas à captação de água, no prazo de atendimento de 30 (trinta) dias contados a partir da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.28) Em relação à condicionante 28 - Apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.30) Em relação à condicionante 30.2 - Apresentar comprovantes de pagamento, carta e publicação no DOERJ do TC do Parque Águas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

5.1.31) Em relação à condicionante 30.4 – Apresentar Estudo de Vazão Ecológica, em até 500 (quinhentos) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.2) **Licença de Instalação IN001540 (AVB001306; AVB001465; AVB001474) para realizar a obra de implantação de Unidade Petroquímica Básica (UPB) e áreas de apoio industrial e administrativo**

5.2.1) **Em relação à condicionante** 5 - Realizar e apresentar revisão da Análise de Riscos (Trem 1 e UPGN), no prazo de 600 (seiscentos) dias contados da homologação do TAC; e Plano de Resposta a Emergência do COMPERJ atualizado, da fase de implantação, este no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, ambos em CD eletrônico.

5.2.2) **Em relação às condicionantes** 13, 14, 16 e 26: (i) 14 - Manter atualizado o Plano de Ação de Emergência – PAE, revisando-o no máximo a cada 900 (novecentos) dias, e encaminhando cópia ao INEA sempre que houver mudança significativa, principalmente na coordenação da Equipe de Emergência e nos telefones de contato; (ii) 16 - Remeter relatório que evidencie que dotou a Unidade com recursos que permitam a inspeção periódica dos tanques, tubulação, acessórios e equipamentos, bem como a supervisão e o controle permanente das condições operacionais, no prazo de 60 (sessenta) dias antes do início da operação da UPGN; (iii) realizar estudo para avaliação quanto à dimensão do grupo de combate a focos de incêndios e o tempo de respostas às emergências, e posteriormente se adequar às medidas indicadas no estudo para atender satisfatoriamente à demanda, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a homologação do TAC.

5.2.3) **Em relação à condicionante** 17 - (i) Apresentar projeto de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários da fase de operação visando ao reuso dos efluentes, sempre que possível; (ii) esclarecer, ainda, qual será a composição do efluente final e se as mudanças que ocorreram, ou ocorrerão, no projeto da Estação de Tratamento de Despejos Industriais (ETDI) resultarão em aumento significativo nas cargas de constituintes dos efluentes de forma que a modelagem hidrodinâmica apresentada no EIA do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ seja validada ou não, 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.2.5) **Em relação à condicionante** 34 - Comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até

o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio.

5.2.5.1) Eventual saldo de recursos decorrente de valores previstos na unificação das condicionantes 32 e 34 e ainda não utilizados deverão ser depositados em conta a ser indicada pelo INEA, na forma do item 3 da cláusula segunda.

5.3) Licença de Instalação IN021327 (renovação da LI nºFE014032) para implantação da estrutura de urbanização do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, que contempla as obras de terraplenagem, drenagem, anel viário, canteiro de obras referente a esta etapa, instalações de segurança patrimonial, Centro Integrado de Segurança e Centro de informação;

5.3.1) Em relação à condicionante 13 – Apresentar o Projeto Executivo de Urbanização licenciado pelo INEA, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.3.2) Em relação à condicionante 19 - Apresentar Manifestos e Plano de Gerenciamento de Efluentes, reportado no PGA, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC.

5.3.3) Em relação à condicionante 21 - Implementar, em continuidade ao já realizado, o Programa de Monitoramento dos Manguezais, devendo incluir no monitoramento dos sedimentos os parâmetros coprostranol e colesterol, no prazo de 500 (quinhentos) dias, contados da homologação do TAC.

5.3.4) Em relação à condicionante 23 - Implementar, em continuidade ao feito, o Plano de monitoramento da biota aquática dos rios Macacu e Caceribu, até a emissão da Licença de Operação da UPGN, de acordo com critérios e parâmetros aprovados pelo órgão ambiental, apresentando relatórios trimestrais, contados a partir de 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico

5.3.5) Em relação à condicionante 29 - Manter o programa de manejo, resgate e monitoramento da fauna terrestre na ADA, por, no mínimo, dois anos após o início da fase de operação, apresentando relatório semestral em CD eletrônico, a partir de 500

(quinhentos) dias contados da homologação do TAC, que comprove o cumprimento da obrigação;

5.3.6) Em relação à condicionante 31 – Apresentar a atualização do plano do acompanhamento epidemiológico e sanitário no estabelecimento da correlação entre os impactos gerados pelo COMPERJ com os possíveis incrementos e/ou decréscimos das doenças pré-existentes, até 30/06/2021, em CD eletrônico.

5.3.7) Em relação à condicionante 32 - (i) Apresentar a atualização do plano de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do COMPERJ (apresentado do 21° relatório do PGA), de acordo com o Censo Demográfico de 2010, do IBGE, que contemple os seguintes aspectos: considere a natalidade, mortalidade por causas, nupcialidade e a mobilidade espacial da população: (ii) 32.1- Uma matriz "DE PARA", no caso da população residente na AID; (iii) 32.2- Taxas de Imigração; (iv) 32.3- Com base na PEA formal, calcular, também, a pendularidade, podendo utilizar a RAIs e RAIs Migra do Ministério do Trabalho, para cruzamento das informações; (v) 32.4- Seletividade migratória para a população total residente e para a PEA, considerando a escolaridade, rendimento e ocupações, no prazo de 300 (trezentos) dias contados da homologação do TAC em CD eletrônico; (vi) Apresentar os relatórios do Plano de Monitoramento da Evolução Demográfica e das Demandas de Serviços Públicos na Região do COMPERJ, a identificação formal de autoria pela instituição contratada (UFF), para garantir a autenticidade da origem do texto, a ser comprovada documentalmente em 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.3.8) Em relação à condicionante 45 - (i) Apresentar os produtos gerados do Programa de Valorização Cultural, contemplando, dentre outros: (i) livro com os resultados da pesquisa sobre o Patrimônio Cultura do Leste Fluminense; (ii) Relatório Final do Programa de Capacitação em educação Patrimonial e arqueologia do Vale do Macacu; (iii) Documento de aprovação pelo Inepac do Projeto Executivo de Consolidação das Ruínas do Convento São Boaventura, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico;

5.4) Licença Prévia IN001543 para a concepção e localização da via principal de acesso rodoviário ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, com 7,8 km de extensão, interligando o complexo à BR-493;

5.4.1) Em relação à condicionante 5: (i) 5.1- Comprovar, por meio de relatórios do PGA, a elaboração e execução do Projeto de remoção de vegetação; (ii) Apresentar o projeto executivo da rodovia que permita o deslocamento da fauna ao longo dos seus trechos, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.4.2) Em relação à condicionante 6.7: (i) Apresentar o cronograma de desapropriações que se fizeram necessárias à implantação da rodovia; (ii) apresentar planilha com todas as desapropriações feitas, se foram consensuais ou judiciais, quais os valores pagos nos imóveis e se houve divergência entre o valor avaliado pela PETROBRAS e o utilizado pelo Juízo nos casos judiciais, no prazo de 300 (trezentos) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.5) Licença de Instalação IN016106 para as obras de implantação da estrada principal de acesso com 7,8 km de extensão, interligando o complexo Petroquímico a BR-493:

5.5.2) Em relação à condicionante 17 - Combater os processos erosivos dos aterros e da coleta e condução de águas superficiais, de forma a evitar os processos erosivos nos taludes de aterro e nas encostas adjacentes, evitando-se, com isso, o carreamento de partículas sólidas para o corpo receptor;

5.5.7) Em relação à condicionante 33 - Apresentar ao MPRJ os relatórios do Plano de Supressão da Vegetação enviados ao INEA, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.5.8) Em relação à condicionante 34 - Apresentar comprovação no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação do TAC, em CD eletrônico, de contratação de profissional habilitado para supervisionar trabalhos de supressão de vegetação.

5.6) Licença Prévia IN019084 aprovando a concepção e localização para as obras de um canal de navegação, um cais e um retroporto, e de uma estrada de 20 km de extensão, para o transporte de cargas especiais: Estrada UHOS (IC 161/2015)[9]

[9]Além dos quatro subitens abaixo (5.6.1 até 5.6.4) referentes às obrigações de fazer para viabilizar uma utilização da Estrada UHOS que atenda ao interesse público, as partes do presente TAC acordaram nos itens 11.1, 11.2 e 11.3 abaixo três medidas compensatórias adicionais pela PETROBRAS em favor do Município de São Gonçalo, em razão da construção da Estrada UHOS, no valor total de R$ 10.750.000,00 (dez milhões, setecentos e

5.6.1) Apresentar relatório técnico sobre a integridade dos sistemas de drenagem implantados e sobre ajustes necessários à melhoria da drenagem, bem como indicar as soluções de revestimento da Estrada UHOS, no trecho localizado no município de São Gonçalo, considerando os diferentes fluxos de veículos e a qualidade de vida da população do entorno, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da vistoria no local autorizada previamente pelo Batalhão de Policia Militar responsável pela área;

5.6.2) Implementar as ações de melhoria constantes do relatório técnico da UHOS citado no item anterior, no prazo de até 500 (quinhentos) dias contados da data da aprovação do relatório pelo GATE, sem prejuízo da eventual necessidade de licença ambiental, comprovando e evidenciando sua realização, por meio de registro fotográfico, desde que seja autorizada a execução das ações no local pelo Batalhão de Policia Militar responsável pela área, que deverá garantir a segurança para execução dos serviços; Caso não seja possível executar as ações de melhoria constante do relatório técnico dentro do prazo de vigência do TAC, por questões de segurança pública, esta obrigação deverá ser repactuada entre MPRJ e PETROBRAS, sendo acordada nova obrigação com a finalidade e valor semelhantes;

5.6.3) Efetuar a transferência não onerosa ao Município de São Gonçalo da acessão na propriedade do imóvel de São Gonçalo consistente em prédio denominado Centro de Integração, onde era realizada a capacitação laboral, cujo custo de construção foi de cerca de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), como medida compensatória pela não destruição da Estrada UHOS, no prazo de 260 (duzentos e sessenta) dias contados da homologação do TAC, competindo às Pastas e às entidades de Segurança Pública

---

cinquenta mil reais) quais sejam: "11.1) Colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, integrado aos planos diretores dos Municípios de (...) São Gonçalo (...) mediante o depósito em conta judicial especifica do valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o Município de São Gonçalo"; "11.2) Colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano de Habitação dos Municípios de (...) São Gonçalo (...) mediante o depósito do valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o Município de São Gonçalo"; "11.3) Apoiar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municipais de (...) São Gonçalo, mediante depósito em conta judicial específica da importância para São Gonçalo de R$ 10.000.000,00"

do Poder Público (e não à Compromissária) assegurar questões relativas à segurança pública. O prédio deverá ser entregue conforme relatório fotográfico e descritivo em anexo, em especial quanto às regulares condições operacionais dos elevadores, do gerador e do sistema de incêndio e, em relação à ETE, em condição funcional.

5.6.4) Apoiar financeiramente a SEAS com a importância de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), mediante depósito em conta a ser indicada pelo beneficiário com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, para que seja elaborado pela SEAS/INEA estudo de controle de cheias da Bacia Hidrográfica do Rio Alcântara, de acordo com o Termo de Referência a ser elaborado pelo INEA, mediante consenso técnico com MPRJ;

5.7) Licença de Instalação IN020319 para realizar obras de dragagem de um canal de acesso e bacia de evolução, construção de píer de atracação, retroárea e via de acesso de cargas especiais, com supressão de vegetação nativa em 5,4 ha de floresta ombrófila densa em estágio inicial de sucessão e 1,0 ha de vegetação típica de manguezal, e implantação do Plano de Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre;

5.7.1) Comprovar o cumprimento do TCCA nº 10/2012, no que tange à responsabilidade da PETROBRAS de depositar o valor estipulado no documento, correspondente ao licenciamento ambiental do Píer e da Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS), quitado em maio/2013, o que deve ser feito no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, por meio da apresentação de arquivos em CD eletrônico.

5.7.2) Em relação às condicionantes 21 e 23 – Apresentar relatórios fotográficos, que comprovem que implantou dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos, de modo a minimizar o risco de ocorrência de acidentes durante a realização das obras futuras; no prazo de 60 (sessenta) dias contados do início das obras futuras;

5.7.6 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61: Comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

5.10) Quanto ao Risco Ambiental: (i) promover a revisão do Estudo de Análise de Risco (EAR), para a Refinaria Trem 1 e a UPGN, em relação à prevenção de acidentes operacionais para avaliar tanto a implementação quanto a operação do COMPERJ no que se refere aos perigos envolvendo a operação com produtos perigosos (químicos tóxicos, inflamáveis ou explosivos), em conformidade com a Resolução CONAMA n. 01, de 23 de janeiro de 1986, a Resolução CONAMA n. 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 1º, III), tanto para a comunidade do entorno, quanto para o meio ambiente, incluindo o dimensionamento dos possíveis impactos das unidades componentes do empreendimento aos ecossistemas existentes e incremento nos planos de emergência, no prazo de 600 (seiscentos) dias, contados da homologação do TAC; (ii) promover e executar Planos de Ação de Emergência contendo: dados dos programas internos de treinamento e simulações para controle de acidentes ambientais, a constituição ou composição das equipes, as atribuições de cada equipe, de seu líder e do coordenador, as ações em caso de vazamento, evacuação, atendimento a acidentados; ações de caráter externo: os sistemas de comunicação e sistemas alternativos de energia, o tipo de treinamento e periodicidade, o apoio prestado por outras empresas e a existência e divulgação dos mapas com as rotas de fuga e os pontos de encontro definidos, quando da operação da UPGN; (iii) comprovar por meio de relatório fotográfico que foi disponibilizado kit de mitigação e contenção de possíveis vazamentos para a via de acesso ao COMPERJ (Estrada Convento) para Brigada Militar, sendo que essa estrada intercepta corpos hídricos de grande importância para a região, como os rios Caceribu e o Macacu, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da homologação do TAC.

5.11) Executar as seguintes novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares, seja em razão do entendimento do MP pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto:

5.11.2) Quanto à alteração da qualidade do ar: Implantar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, as principais recomendações propostas na reavaliação da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE (Cenário de Sustentabilidade), a saber: (i) Dar continuidade ao monitoramento da qualidade do ar e parâmetros meteorológicos; (ii) Implantar monitoramento contínuo de emissões de fontes fixas; (iii) Priorizar a utilização do gás natural como combustível para redução das emissões das diversas fontes; (iv) Revisar Projeto de Sistema de Detecção e Controle de Vazamentos desde o início da operação das atividades do COMPERJ para

redução das emissões fugitivas; e (v) Elaborar Plano de Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar até a obtenção da Licença de Operação da UPGN, conforme estabelecido na Resolução CONAMA n. 491/18, para a região.

5.11.5) Em relação ao dano decorrente do crescimento urbano desordenado: apresentar estudo de evolução demográfica atualizado da Área Diretamente Afetada – ADA, atualizado até 2017, respeitado o termo final de 30/06/2021, em CD eletrônico.

10) A PETROBRAS se compromete, em OBRIGAÇÃO DE DAR, a pagar indenizações às pessoas da comunidade local de Sambaetiba, Itaboraí, eventual, direta ou indiretamente atingidas pelos danos ambientais, urbanísticos e à saúde causados em razão do abalo e dos danos estruturais nas casas por força do fluxo intenso de veículos pesados nas ruas suportado pelos moradores antes da construção da Estrada de Acesso ao COMPERJ, o que será definido em posterior fase de liquidação, na forma do art. 97 da Lei n. 8.078/90, limitando-se à área delimitada no anexo ao presente instrumento, incluindo-se, além da área delimitada no mapa em anexo, também os três seguintes moradores: (i) Sr. Catalino José Nunes, (ii) Sra. Ângela Maria Venâncio Peixoto; e (iii) Sra. Marly Maria da Conceição, sendo que os interessados e os três moradores nominados poderão ajuizar as respectivas liquidações, na forma do art. 97 da Lei n. 8.078/90. OBS.: O Mapa segue em anexo.

11) A PETROBRAS se compromete a promover OBRIGAÇÃO DE FAZER consistente em executar as seguintes novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares, seja em razão do entendimento do MPRJ pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas condicionantes nas licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo entendimento do MPRJ de descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto, seja em atenção aos pedidos 12 e 13 da inicial:

11.1) Colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, integrado aos planos diretores dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, em cumprimento do art. 41, § 2º, do Estatuto da Cidade e do art. 24 da Política Nacional de Mobilidade Urbana, mediante o depósito em duas contas correntes específicas vinculadas ao Juízo, num valor total de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil de reais), sendo que R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) será destinado ao Município de Itaboraí e R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ao Município de São Gonçalo, a ser realizado no prazo de 150

(cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, sendo que a liberação das respectivas quantias aos Municípios beneficiários será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS, mediante apresentação pelos beneficiários de prévio projeto para cada etapa do plano, com prestação de contas durante e após a utilização do valor;

11.2) Colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano de Habitação dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, considerando a execução de programas de regularização fundiária para as Áreas ou Zonas de Especial Interesse Social (AEIS ou ZEIS)[10], identificação de conflitos de ocupações ou tendências à ocupação em áreas de risco, protegidas ou com fragilidade ambiental, mediante o depósito do valor de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), sendo R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o Município de Itaboraí e R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o Município de São Gonçalo, em duas contas correntes específicas vinculada a este Juízo, e a liberação das respectivas quantias aos Municípios beneficiários será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS, mediante apresentação de prévio projeto para cada etapa do plano e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC;

11.3) Apoiar financeiramente o poder público municipal, no prazo de 200 (duzentos) dias contados da homologação do TAC, na elaboração e execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, mediante depósito em **duas contas judiciais** específicas da importância total de R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) da seguinte forma: para Itaboraí R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e para São Gonçalo R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para execução de obras previstas nos respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico ou nos TACs sobre saneamento básico firmados com o MPRJ, sendo certo que a liberação das respectivas quantias aos Municípios beneficiários será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e INEA/SEAS, mediante apresentação de prévio projeto para cada etapa do plano e com prestação de contas durante e após a utilização do valor. Em relação ao valor do Município de São Gonçalo, o projeto a ser contemplado será indicado pelo responsável pelo Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de

[10] Para municípios que ainda não possuem a definição das AEIS ou ZEIS, estas devem ser delimitadas para consequente regularização fundiária, tendo como preceito as diretrizes do Ministério das Cidades.

Guanabara (PSAM), mediante justificativa que demonstre o benefício ambiental para a população residente no entorno da Estrada UHOS, e a execução das obras ficará a cargo do Município;

11.4) Em substituição aos pedidos 11.3 e 11.4 da petição inicial, em decorrência de solicitação do MPRJ, a PETROBRAS irá apoiar financeiramente o Município de Itaboraí na realização dos Projetos Socioambientais no valor total de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) a ser depositado em conta judicial específica, cuja liberação ao Município beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

11.5) Apoiar financeiramente a SEAS no valor total de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para viabilizar o apoio técnico e financeiro para elaboração e execução do PET-Leste[11] ou outro projeto que tenha o mesmo escopo de mitigar os impactos da expansão regional urbana, a ser depositado em conta judicial específica, cuja liberação à SEAS beneficiária será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

11.6) Depositar, no prazo de 200 (duzentos) dias contados da homologação do TAC, em conta judicial, o valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), que será liberado mediante solicitação do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro - DRM e/ou SEAS, com a concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, com escopo de viabilizar obras de recuperação do prédio do DRM (situado na Rua Marechal Deodoro, 351, Centro, Niterói) para que seja possível acomodar o Comando de Polícia Ambiental (CPAM) do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de contribuir com a segurança pública e ambiental da região do entorno do COMPERJ.

[11] O Plano de Estruturação Territorial do Leste Fluminense (PET-LESTE) visa à elaboração de um Plano Diretor Regional com a finalidade de promover o desenvolvimento regional, atuando de forma preventiva, ordenando e fazendo a concertação social entre empreendedores, o território, a população e os poderes locais, viabilizando o planejamento urbano integrado de 15 municípios localizados no entorno do Comperj: Itaboraí (sede do empreendimento), São Gonçalo, Niterói, Maricá, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Magé, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Teresópolis, Araruama, Saquarema e Nova Friburgo.

Dessa forma, em sendo o ERJ beneficiário, a obrigação da Compromissária PETROBRAS se exaure com o depósito da citada quantia.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA PETROBRAS E DAS OBRIGAÇÕES DO INEA

6.1) Compete ao INEA e ao MPRJ o acompanhamento e fiscalização de todas as ações e obrigações da Compromissária PETROBRAS assumidas no presente TAC.

6.2) A PETROBRAS depositará o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ.

6.2.1) A auditoria independente deverá acompanhar as ações de cumprimento das medidas mitigatórias e compensatórias e de todas as demais obrigações assumidas no presente TAC pelo empreendedor, mediante a adoção, ao menos, das seguintes medidas: (i) A fiscalização não pode se limitar à simples leitura e aceitação dos relatórios das obrigações específicas decorrentes do TAC apresentados e elaborados unilateralmente pelo empreendedor; (ii) Deverá ser promovida avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS, por meio de relatórios elaborados por sua equipe técnica; (iii) Deverá realizar vistorias *in loco* para apurar o devido cumprimento de cada uma das obrigações do TAC, devendo estas vistorias serem levadas em conta na confecção dos relatórios a que alude o item anterior (exceto quando a obrigação se restringir à apresentação de documentos); (iv) A cada documento relativo ao cumprimento da respectiva obrigação protocolado pela PETROBRAS, deverá ser realizada vistoria, se for o caso, com registros fotográficos, e elaborado um parecer técnico esclarecendo se as informações prestadas no respectivo documento condizem com a realidade do campo, se são suficientes e eficientes. Os serviços serão exclusivamente para acompanhamento das obrigações de TAC.

6.2.2) Sem prejuízo das ações a cargo da auditoria independente, o INEA se obriga a fiscalizar diretamente o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais do COMPERJ contempladas no presente TAC, devendo: (i) Semestralmente, realizar vistorias *in loco* e elaborar relatórios técnicos com avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS e dos relatórios apresentados pela auditoria independente; (ii) Os relatórios apresentados pela auditoria independente na forma do item 6.2 da presente cláusula e os relatórios produzidos pelo INEA indicados no item (i) anterior deverão ser publicados no sítio eletrônico do INEA de modo a garantir transparência para a sociedade das ações realizadas pelo empreendedor; (iii) Caso a PETROBRAS descumpra alguma condicionante das licenças, o INEA, no regular emprego de seu poder de polícia, deverá adotar as medidas legais cabíveis para sancionar e compelir o empreendedor a cumpri-la.

6.3) O INEA se compromete a realizar o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário e reforço hídrico com os recursos disponibilizados no item 3.1 da cláusula segunda, bem como a realizar a fiscalização ambiental de todo o empreendimento e ações decorrentes desse TAC com os valores previstos no item 3.2 da cláusula segunda;

6.4) As obrigações acordadas no âmbito do presente TAC são consideradas automaticamente acrescidas àquelas estabelecidas no âmbito dos procedimentos de licenciamento ambiental do COMPERJ, sem necessidade de realização de averbação das licenças ambientais;

6.5) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00;

6.6) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA nº 07/2008, correspondente à fase de implantação da Infraestrutura e Urbanização do COMPERJ, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00;

6.7) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA nº 01/2011 correspondente à construção da Estrada de Acesso Principal, relativo à aplicação de R$ 1.093.116,71, em 200 (duzentos) dias, em medidas compensatórias, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00;

6.8) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compromisso de compensação ambiental TCCA Nº 10/2012, correspondente à implantação do Pier e Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS), quitado em maio/2013;

6.9) O INEA e/ou a SEAS apresentará(ão), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda item 3 deste TAC, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga[12];

6.10) O INEA apresentará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados

[12] Os convênios números 6000.0074451.12.4, 6000.0074452.12.4 e 6000.0074450.12.4, citados nos considerandos e firmados com a Fundação Bio Rio para a execução das obras referentes às condicionantes 32 e 34 da LI IN001540, são objeto do processo judicial nº 0286071-57.2016.8.19.0001 (em trâmite perante a 5ª Vara de Fazenda Pública da Capital), que consiste em ação de cobrança proposta pela PETROBRAS em face da Fundação Bio Rio, referente à prestação de contas no âmbito dos Convênios firmados para a construção dos sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá e da Barragem de Guapiaçu – Reforço Hídrico. O Juízo da Vara Regional da Ilha do Governador declinou a sua competência para o aludido Juízo Fazendário diante do entendimento de que a SEAS e o INEA deveriam integrar o pólo passivo da referida ação. Na aludida ação de cobrança há, ainda, uma reconvenção.
O presente TAC, como indicado na nota de rodapé número 7, não se presta a atestar o cumprimento das obras objeto dos citados convênios com a Fundação Bio Rio (que poderá ser perquirido pelos legitimados na via própria, como no processo judicial nº 0286071-57.2016.8.19.0001). Caso exista alguma pendência ou discordância sobre as responsabilidades em razão de eventual descumprimento dos citados convênios, os interessados devem buscar a via própria para deduzirem suas pretensões.
Finalmente, as partes declaram estar de acordo que, no presente TAC, a obrigação da PETROBRAS se restringe aos pagamentos dos valores remanescentes para integralização do montante relativo às condicionantes 32 e 34 da LI IN001540, na forma da cláusula segunda, item 3.

pela PETROBRAS em relação às condicionantes 35 e 30.2 da IN001540, referentes ao Parque Natural Municipal Águas de Guapimirim;

Parágrafo Primeiro: O cumprimento das obrigações da PETROBRAS constantes do presente TAC implicará na obrigação do INEA de dar quitação das condicionantes ambientais respectivas, em especial das condicionantes 32 e 34 unificadas pela estabelecidas na Averbação nº AVB001306 da Licença de Instalação nº 001540/2009;

Parágrafo Segundo: O valor a ser depositado pela PETROBRAS relativo à cláusula

(Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF) deverá ser utilizado em ações de restauração florestal na mesma bacia hidrográfica onde o COMPERJ está situado, salvo no caso de inviabilidade técnica devidamente justificada, hipótese em que, mediante anuência expressa do MPRJ, a compensação poderá beneficiar outra região.

Parágrafo Terceiro: Os valores depositados em razão do TCRF relativo à cláusula segunda item 5.1.11 deverão ser utilizados na forma da Resolução nº 143/2017 do INEA, devendo ser observados: (i) o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do depósito de cada parcela, para o INEA/SEAS apresentar os projetos que serão contemplados com os respectivos cronogramas físico/financeiro; (ii) o início da execução de tais projetos deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a apresentação dos projetos, sendo que o restaurador INEA/SEAS deverá monitorar periodicamente as áreas em restauração até o atingimento dos indicadores ecológicos estabelecidos para a quitação no Anexo II da citada Resolução, respeitando-se o período mínimo de 4 (quatro) anos, a contar da data de aprovação da Certificação da Implantação.

Parágrafo Quarto – SEAS/INEA está autorizado(a) a utilizar até 10% (dez por cento) dos valores constantes do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula segunda item 5.1.11 para planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Compete ao Compromissário ESTADO DO RIO DE JANEIRO exercer, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), a regular fiscalização do

INEA e da PETROBRAS para o cumprimento das obrigações objeto do presente TAC, bem como das obrigações estabelecidas em todo processo de licenciamento ambiental do empreendimento em tela, seja na fase anterior à emissão das licenças, seja na fase de fiscalização do cumprimento das condicionantes das licenças;

Parágrafo primeiro - Os valores para reforço hídrico e esgotamento sanitário, os quais serão depositados pela PETROBRAS em conta específica indicada pelo INEA, conforme previstos na cláusula segunda, se configuram valores estimados os quais poderão, no caso de não atingimento do total, ser remanejados pela SEAS, desde que restritos a ações de reforço hídrico e obras de esgotamento sanitário, tudo na mesma região.

Parágrafo segundo – Na hipótese de existência de recursos de outras fontes do ERJ para fins da conclusão das obras de saneamento de Maricá e/ou Itaboraí, os recursos previstos na cláusula segunda, item 3, poderão ser utilizados em outras obras de saneamento em Itaboraí e Maricá, sendo necessária prévia comunicação ao MPRJ.

Parágrafo terceiro - O estudo previsto no item 2 da cláusula segunda deverá servir como balizador acerca da necessidade de implantação da Barragem de Guapiaçu, assim como acerca da existência de alternativas mais eficientes para reforço hídrico da região. Eventual discordância acerca dos termos do estudo mencionado deverá ser fundamentada em documentação técnica e estudos relevantes, suficientes para embasar a revisão do estudo anterior ou a tomada de decisão acerca de qual a melhor solução hídrica para a região, possuindo a SEAS e o MPRJ poder de veto em relação ao empreendimento a ser escolhido.

Parágrafo quarto – Considerando a previsão de disponibilização de recursos para fins de elaboração de projetos e de intervenções pela SEAS/INEA, deverão ser apresentados pelas equipes responsáveis pela execução dos projetos, ao MPRJ, relatórios sobre a evolução de execução, termos de referência, cronogramas, orçamentos e demais informações relevantes, devendo o INEA/SEAS, ao final, promover a prestação de contas da utilização dos recursos ao MPRJ;

DA CONTAGEM DOS PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA: O presente termo de ajustamento de conduta terá validade desde a data de sua homologação judicial, renunciando as partes, desde já, ao direito de recorrer e a questionar sua validade.

Parágrafo único. Os prazos previstos no presente TAC são computados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

DA COMPROVAÇÃO
DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES
E DA RESPECTIVA QUITAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA: A PETROBRAS deverá apresentar ao MPRJ, ao INEA e à SEAS, para fins de comprovação do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, todos os laudos, relatórios ou documentos relativos às medidas executadas, com indicação precisa da obrigação a que se relacionam, independentemente de requisição neste sentido.

Parágrafo primeiro: Sem prejuízo do disposto no *caput* desta cláusula, o MPRJ, o INEA e a SEAS poderão, para fins de verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, realizar diretamente ou mediante requisição aos órgãos ou entidades pertinentes, as vistorias ou fiscalizações devidas.

Parágrafo segundo: O MPRJ dará quitação quando do cumprimento das obrigações de fazer conforme o cronograma do Anexo 1, após análise a ser feita pelo GATE e após o regular cumprimento de todas as etapas dos itens 6.1 a 6.4 da cláusula terceira.

Parágrafo terceiro: O INEA e a SEAS, cumpridas as obrigações aqui avençadas, darão por quitadas as obrigações nele descritas, bem como as condicionantes contidas na cláusula primeira, após o regular cumprimento de todas as etapas dos itens 6.1 a 6.4 da cláusula terceira.

Parágrafo quarto – As obrigações de pagar/aportar estabelecidas no âmbito deste acordo estarão automaticamente quitadas com o envio do comprovante de depósito em contas judiciais e nas contas indicadas pela SEAS/INEA, conforme estabelecido nos itens anteriores.

Parágrafo quinto – A responsabilidade das Compromissárias pela elaboração dos orçamentos, termos de referência, contratos e eventuais contratações recaem única e

exclusivamente sobre os contratantes de cada projeto, não cabendo responsabilidade aos compromitentes acerca da execução de tais recursos.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMITENTE, DO ÓRGÃO LICENCIADOR E DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA SÉTIMA: O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer ônus, direitos ou obrigações relativos à legislação tributária, previdenciária, trabalhista ou securitária, decorrentes da execução deste TAC, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à PETROBRAS.

Parágrafo Primeiro: O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer compromissos assumidos pela PETROBRAS com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TAC, bem como por qualquer dano ou indenização a terceiros, em decorrência de seus próprios atos, de seus dirigentes, empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Segundo: A celebração do presente Termo não implica em reconhecimento de qualquer irregularidade, vício, ilegalidade, improbidade ou inadequação nos procedimentos de licenciamento ambiental tratados no presente TAC, tampouco nas condutas da SEAS, do INEA ou de quaisquer de seus servidores.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA: O disposto no presente TAC não limita, impede ou suspende a fiscalização ampla, irrestrita e permanente da PETROBRAS, pelos Compromitentes ou pelos demais órgãos e instituições ambientais, no exercício de suas demais atribuições e prerrogativas legais.

Parágrafo Único: A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da PETROBRAS, no que concerne às obrigações ajustadas e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

DO VALOR

CLÁUSULA NONA: O valor total estimado do investimento para realização das medidas previstas neste TAC, para todos os efeitos legais, é de R$ 814.550.501,69 (oitocentos e quatorze milhões, quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e um reais e

sessenta e nove centavos) não contemplando a obrigação do item 10 da cláusula segunda, sendo o seu desembolso de inteira responsabilidade da PETROBRAS.

Parágrafo único – O valor das obrigações de pagar previstas neste TAC é de R$ 770.522.920,03 (setecentos e setenta milhões, quinhentos e vinte e dois mil, novecentos e vinte reais e três centavos), incluindo-se nesta importância o valor do Centro de Integração, que será transferido ao Município de São Gonçalo (conforme item 5.6.3 da cláusula segunda), sendo o restante do valor total a importância estimada das obrigações de fazer previstas neste TAC.

DAS SANÇÕES DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DO AJUSTADO

CLÁUSULA DÉCIMA: Sem prejuízo da execução da obrigação de fazer, o não cumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará a PETROBRAS ao pagamento de multa diária no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), para cada situação de descumprimento verificada, até o adimplemento comprovado da obrigação assumida. Por sua vez, sem prejuízo das obrigações de fazer, o descumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará os Compromissários INEA e ERJ ao pagamento de multa trimestral no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para cada situação de descumprimento, até o adimplemento comprovado da obrigação assumida.

Parágrafo Primeiro: A multa não será aplicada caso exista justificado motivo técnico para eventual atraso ou descumprimento das obrigações de fazer, devendo ser apresentado por escrito pela Compromissária, em até 5 (cinco) dias após constatada a impossibilidade de cumprimento.

Parágrafo Segundo: A multa, ainda, não incidirá caso a obrigação tenha sido realizada, mas o MPRJ entenda pela necessidade de complemento ou ajuste, e a PETROBRAS, devidamente notificada, cumpra a exigência em prazo estipulado pelo notificante, não inferior a 10 dias úteis, findo o qual a multa será aplicada, sem prejuízo do exercício do poder de polícia pelo INEA e pela SEAS, inclusive para o devido cumprimento das obrigações decorrentes das licenças ambientais do COMPERJ.

Parágrafo Terceiro: As multas sobre as quais trata a presente cláusula serão corrigidas pela UFIR, ou índice de correção que a substitua, e recolhidas ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM.

Parágrafo Quarto: A notificação das multas será remetida ao endereço do respectivo destinatário, constante neste TAC, e será considerada efetivada pela sua simples recepção.

Parágrafo Quinto: Depois do recebimento da comunicação prevista no item anterior, a Compromissária terá 20 (vinte) dias úteis para o seu recolhimento e 05 (cinco) dias úteis para a remessa da comprovação do recolhimento ao MPRJ.

Parágrafo Sexto: As multas previstas na presente cláusula não têm caráter compensatório e, assim, o seu pagamento não eximirá a PETROBRAS da eventual responsabilidade por perdas e danos decorrentes de infrações a este TAC ou à legislação ambiental.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O termo inicial do prazo de vigência do presente TAC é a data da homologação e o termo final, 30/12/2021, podendo ser prorrogado mediante ajuste entre as partes.

DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua homologação, deverá a PETROBRAS promover a publicação de extrato do presente TAC, contendo as partes, o objeto, as obrigações, o valor e o prazo total do instrumento, no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no D.O.E.R.J e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, correndo os respectivos encargos às suas expensas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Este TAC, após a homologação, tem natureza jurídica de título executivo judicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei 7347/85, e somente poderá ser alterado por escrito, mediante a celebração de termo aditivo entre as partes, homologado judicialmente, podendo ser prorrogado mediante prévio ajuste.

Parágrafo Único – Na impossibilidade de acordo entre o Compromitente e as Compromissárias, quanto à alteração das cláusulas do presente TAC, permanecerão em vigor e serão plenamente exigíveis as obrigações originalmente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca de Itaboraí, local do empreendimento COMPERJ, para dirimir questões ou disputas, envolvendo o presente TAC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 06 (seis) vias de igual teor, para um só efeito, destinadas ao MPRJ, à PETROBRAS, ao ERJ (SEAS) e ao INEA, obrigando-se a fazê-lo firme e valioso por si e seus eventuais sucessores.

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

WILSON JOSÉ WITZEL
Governador do Estado do Rio de Janeiro

ANA LÚCIA DE SOUZA SANTORO
Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro

CLÁUDIO BARCELOS DUTRA
Presidente do INEA

ALEXANDRE CRUZ
Diretor de Licenciamento Ambiental do INEA

ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO
Petrobras

TESTEMUNHAS:

1.

2.

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail: itb01vara@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado
Página
937
Carimbado Eletr

Processo: 0009919-12.2018.8.19.0023 Fls.

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 13/08/2019

Sentença

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado às fls. 9323/9369 e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, consoante o art. 487, III, alínea "b" do Código de Processo Civil.

Quanto às custas processuais, nos termos do art. 90, §3º do Código de Processo Civil, tendo em vista que a transação ocorreu antes da prolação de sentença, ficam as partes dispensadas do pagamento das custas remanescentes, se houver.

Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se.

Sentença registrada eletronicamente.

Publique-se e intimem-se.

Itaboraí, 13/08/2019.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/____

LIVIAGAGLIANO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Pasta de Acompanhamento da Ação Civil Pública nº 009919-12.2018.8.19.0023

PROMOÇÃO APÓS TAC I COMPERJ

Em junho de 2018, o Ministério Público do Rio de Janeiro, por meio da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, ajuizou cinco Ações Civis Públicas em face da Petrobras, do INEA e do Estado do Rio de Janeiro, em razão de danos ambientais relacionados aos empreendimentos intramuros e extramuros do COMPERJ.

Trata-se dos processos judiciais 0009919-12.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-89.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023, que tramitam nessa 1ª Vara Cível de Itaboraí. Neste tema de instalação do COMPERJ, em 2014, esta Promotoria já havia ajuizado em face da Petrobras e do Município de Itaboraí a ACP 0006164-19.2014.8.19.0023 em razão da poluição atmosférica em Sambaetiba, Alto do Jacu, Itaboraí. Veja-se a tabela abaixo:

Nº do Inquérito Civil	Nº da Ação Civil Pública	Vara Competente	Objeto	Data do ajuizamento	Valor da Causa
314/09 132/13 161/15 126/13 34/2014	0009919-12.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental dos seguintes empreendimentos do: (i) projeto principal do COMPERJ em Itaboraí, qual seja, a UPB – Unidade de Petroquímicos Básicos, objeto do IC 314/09; (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09); (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13).	26/06/2018	R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais)
95/2011	0009884-52.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
102/2011	0009852-39.8.19.0023	1ª Cível de	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento "Linhas de Transmissão 345 KV do COMPERJ"	26/06/2018	R$ 500.000.000,00 (quinhentos

		Itaboraí			milhões de reais)
106/2010	0009897-89.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento do sistema de dutos e terminais do COMPERJ.	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
01/2013	0009869-83.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB) e Instalações Auxiliares do COMPERJ	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
82/2013	0006164-19.2014.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Poluição atmosférica causada pelo "pó de pedra" colocado em via pública pela Petrobras sem autorização do poder público em Alto do Jacu, Sambaetiba.	19/03/2014	R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Nas mais de mil páginas das cinco petições iniciais de ACP, com valor total das causas de 7,5 bilhões de reais, foram deduzidos diversos pedidos, como mais de uma centena de obrigações de fazer relativas à complementação de estudos ambientais e instituição e execução de novas medidas recuperatórias, mitigatórias e compensatórias/reparatórias na seara ambiental, dano moral coletivo, condenação genérica em favor dos moradores que sofreram danos com as obras do COMPERJ.

Após o ajuizamento das ACP's, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão dos processos, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC.

Foram realizadas reuniões quase que diárias sobre o assunto durante um ano (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC.

No dia 28 de junho de 2019, MPRJ, ERJ (por meio da SEAS e do INEA) e PETROBRAS chegaram à minuta final do TAC referente à ACP 0009919-12.2018.819.0023, com consenso técnico jurídico e ambiental sobre as obrigações assumidas pela PETROBRAS e pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Em seguida, a minuta de TAC tramitou internamente na Petrobras e obteve a aprovação formal de seus gestores: Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

No dia 29/07/19, por convite do Deputado Estadual Luiz Paulo (formalizado por meio do ofício CPI nº 202/219 - Resolução 01/2019, da ALERJ), este Promotor compareceu à ALERJ e, no bojo da CPI da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, palestrou em audiência pública, sobre a atuação do MPRJ no caso COMPERJ, com destaque para: (i) as

investigações levadas a cabo por meio de todos os inquéritos civis que deram azo ao ajuizamento das ACP's; (ii) o teor das petições iniciais das ACP's do COMPERJ; (iii) o teor da minuta de TAC referente à ACP em tela[1].

Finalmente, o TAC I DO COMPERJ foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença do Governador, Presidente da Petrobras, do Procurador-Geral de Justiça e demais autoridades interessadas na questão. Este primeiro TAC foi juntado às fls. 9323/9369 da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 no mesmo dia 09/08/19 e foi homologado pelo douto Juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí por meio da r. sentença de fl. 9371, datada de dia 13/08/2019.

É o breve relato do caso COMPERJ.

Em prosseguimento à atuação do MPRJ no caso COMPERJ, esta Promotoria, neste ato, de forma paralela, inicia três frentes de atuação:

1ª) Ampla publicidade ao TAC, inclusive para viabilizar o controle social e pela administração pública na fiscalização do cumprimento das obrigações: Não obstante a imediata publicidade do TAC, seja pelo próprio andamento processual no site do TJRJ, seja pela publicação de matéria na página principal do site do MPRJ no mesmo dia em que o TAC foi assinado (inclusive com disponibilização da versão final e assinada do TAC em pdf)[2], seja por diferentes veículos da imprensa nacional que noticiam o acordo, numa linha de proporcionar a maior publicidade possível à atuação do MPRJ no caso em tela, neste ato, determina-se a expedição dos ofícios abaixo (da mesma forma como foi feito em 26/06/18 após o ajuizamento das ACP's);

2ª) Instauração de Procedimentos Administrativos para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, ERJ e INEA no TAC: Incumbe ao MPRJ, na forma do art. 8º, I, da Resolução CNMP n.º 174/17 e do art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.º 2.227/18, acompanhar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), conforme determinado abaixo;

[1] A íntegra da audiência pública da ALERJ e a reportagem sobre o evento constam nos vídeos disponíveis nos seguintes link: https://youtu.be/3e92-FOhAMY e https://youtu.be/N6GyKs6oLL8
[2] https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/75201 publicado em 09/08/2019.

3ª) Realização de tratativas junto à PETROBRAS, INEA e Estado do Rio de Janeiro, para tentar firmar novo acordo nas ACPs 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-89.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023.

Pelo exposto, para dar concretude e iniciar os trabalhos nas três frentes acima mencionadas, à Secretaria para cumprimento das seguintes diligências:

1) **Extraiam-se 63 cópias** do TAC I DO COMPERJ e da presente promoção, autuando-as como notícia de fato autônomas (cada uma com número MPRJ próprio), abrindo-se imediata conclusão para instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas);

2) **Com auxílio da Assessoria Jurídica, elaborar planilha** contendo o número de cada MPRJ e cada PA, com seu respectivo objeto;

3) **Oficiar ao Procurador-Geral de Justiça do MPRJ,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 768/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

4) **Oficiar ao Corregedor-Geral do MPRJ,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 769/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

5) **Oficiar ao Coordenador do CAO AMBIENTE,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 770/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

6) **Oficiar ao Presidente da PETROBRAS**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

7) **Oficiar ao Coordenador do GAEMA,** com cópia da presente promoção informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Neste ato, esta Promotoria vem oportunizar ao festejado grupo de apoio especializado em meio ambiente que, se assim entender conveniente do ponto de vista estratégico para o MPRJ e para o próprio GAEMA, que indique quais PA's da planilha em anexo esse grupo teria interesse em prestar auxílio, sendo certo que esta Promotoria requererá o auxílio em todos os eventuais PA's indicados;

8) **Oficiar ao Presidente do INEA**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

9) **Oficiar ao Secretário de Estado de Ambiente e Sustentabilidade**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

10) **Oficiar ao Coordenador do GATE,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 771/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

11) **Oficiar à Promotoria de Tutela Coletiva do Meio Ambiente de São Gonçalo,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 773/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de São Gonçalo);

12) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Magé,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 774/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como

encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Cachoeiras de Macacu);

13) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Niterói,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 787/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Maricá);

14) **Oficiar ao Ministério Público Federal** (Procuradoria da República com atribuição na matéria meio ambiente na área de Itaboraí), em complemento e com cópia digital dos nossos ofícios anteriores 2ª PJTC nº 758/18, nº 759/18, nº 760/18, nº 762/18, nº 763/18, nº 766/2018, nº 775/2018, nº 555/19, nº 883/2019 e nº 990/2019 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Registre-se que, como apontado nos ofícios anteriores, eventuais danos ambientais em unidade de conservação federal ou bem da União não fizeram parte do objeto das ACP's e do TAC firmado;

15) **Oficiar ao Prefeito, Secretário de Obras, Secretário de Meio Ambiente, Secretário Municipal de Desenvolvimento e Integração ao COMPERJ e Procurador-Geral de Itaboraí,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nºs 776/18, 777/18, 778/18, 779/18 e 780/18, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Itaboraí);

16) **Oficiar ao Presidente da Câmara Municipal de Itaboraí**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e

acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Itaboraí);

17) **Oficiar ao Prefeito de Cachoeiras de Macacu,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 781/18, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Cachoeiras de Macacu);

18) **Oficiar ao Prefeito de São Gonçalo,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 782/18, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de São Gonçalo);

19) **Oficiar à Assembleia Legislativa, na pessoa de Sua Excelência, o** Deputado Estadual Luiz Paulo, que preside a CPI da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, em complemento ao e-mail enviado por este Promotor em 09/08/19 e com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

20) **Oficiar ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, via PGJ, com** cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

21) **Oficiar ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, via PGJ,** com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e

acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

22) Os itens 1 e 2 da presente promoção devem ser cumpridos imediatamente. Os ofícios dos itens 3 a 21 deverão ser expedidos tão logo sejam instaurados os PA's referidos nos itens 1 e 2.

Itaboraí, 03 de setembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, faço juntada de resposta da PETROBRAS.

Itaboraí, 24 de outubro de 2019

Renata Simões da Silva
Matr. 3182

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Tutela 35

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

179/2019

MPRJ2PTCO1TB 20190135172 141019 14:34:30

Referência: ACP nº 0009919-12.2018.8.19.0023
Processo nº: E-07/026.228/2019

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, devidamente qualificada na ação civil pública acima indicada, vem por meio da presente comprovar o cumprimento das seguintes obrigações ajustadas no bojo do Termo de Ajustamento de Contas celebrado em 09 de agosto de 2019:

OBRIGAÇÕES _ Prazo de atendimento 30 Dias

PA 155 – 5.1.1) Em relação à condicionante 6.9 – Apresentar o Projeto da estrada de acesso interna que ligará a área à RJ-116, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

PA 155 – 5.1.2) Em relação à condicionante 6.16 – Apresentar o Plano Logístico de Transporte, contemplando o transporte de material e de pessoal e medidas para a minimização dos impactos a serem gerados no tráfego, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

PA 155 – 5.1.3) Em relação à condicionante 6.17 – Apresentar o Inventário, incluindo registro fotográfico, das vias principais, secundárias e marginais que foram utilizadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

PA 156 – 5.1.4) Em relação à condicionante 6.20 – Apresentar o estudo de projeções populacionais apresentado no Anexo 2 da Parte 1 – Atendimento às Condições de Validade da LP no PBA, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

PA 158 – 5.1.6) Em relação à condicionante 7.9: (i) Apresentar o Estudo Regional de Caracterização Hidrogeológica e Determinação de Fluxos de Água Subterrânea, já realizado, em 30 dias, contados da homologação do TAC, em CD eletrônico;

PA 159 – 5.1.7) Em relação à condicionante 7.11 – (i) Apresentar ao MPRJ o Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macro Drenagem (MD-6000.67-8000-113-HBQ-001) e no Desenho (DE-6000.67-8000-182-HBQ-

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. República do Chile, 65, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro - CEP 20031-912
Telefones: (021) 32249399 /32240346 e FAX: 3224-8149
contenciosopetrobras@petrobras.com.

004) que contempla o levantamento detalhado de áreas susceptíveis a inundações e áreas encharcadas, com as soluções propostas para a viabilização das construções e utilização da área, em 30 dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

P. 159 – 5.1.8) Em relação à condicionante 7.12 – (i) Apresentar os estudos geológicos da região (capítulo 4.2.3 do EIA/RIMA), no qual está anexo o mapa de erodibilidade da região da Área de Influência Direta (anexo 5_Erodibilidade_AID); levantamento geotécnico do terreno consta do Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macro Drenagem (MD-6000.67-8000-113-HBQ-001) e desenhos DE- 6000.67-8000-114-HBQ-001 à 009, que contemplam as investigações geotécnicas citadas no referido Estudo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

P. 160 – 5.1.9) Em relação à condicionante 8.1 – (i) Apresentar o Programa de Monitoramento de Qualidade da Água no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico;

P. 161 – 5.1.10) Em relação à condicionante 8.3 – Apresentar o Programa de monitoramento da biota aquática, os relatórios de acompanhamento com conclusões técnicas de avaliação dos parâmetros dos monitoramentos da Biota Aquática já realizados, em de acordo com a condicionante 23 da LI IN021327, em 30 dias da homologação do TAC, em CD eletrônico;

P. 164 – 5.1.12 (a) Em relação à condicionante 8.5 – Apresentar o Plano de monitoramento da biota terrestre, os relatórios de acompanhamento já realizados no prazo de 30 dias de a homologação do TAC em CD eletrônico;

P. 167 – 5.1.21) Em relação à condicionante 14 – Apresentar o contrato com o SENAI para prestação de serviços técnicos especializados para realização de eventos de sensibilização e capacitação para habilitação de empresas para prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos e fornecimento de areia, em atendimento a parceria institucional tendo em vista a inovação tecnológica pró-ambiental (Tecnologias Limpas) com foco nas micro e pequenas, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

P. 168 – 5.1.22) Em relação à condicionante 15 – Apresentar os relatórios, o convênio, as fotos e dados da operação da Rede Hidrometeorológica contendo estações pluviométricas, fluviométricas e meteorológicas, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

P. 170 – 5.1.27) Em relação à condicionante 27- Apresentar ao MPRJ as Autorizações e Outorgas obtidas até o momento relacionadas à captação de água, no prazo de atendimento de 30 (trinta) dias contados a partir da homologação do TAC, em CD eletrônico.

P. 171 – 5.1.28) Em relação à condicionante 28- Apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

P. 172 – 5.1.30) Em relação à condicionante 30.2- Apresentar comprovantes de Pagamento, Carta e Publicação no DOERJ do TC do Parque Águas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. República do Chile, 65, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro - CEP 20031-912 SAPE 1347E
Telefones: (021) 32249399 /32240346 e FAX: 3224-8149
contenciosopetrobras@petrobras.com.

PA 187 – 5.5.8) Em relação à condicionante 34- Apresentar comprovação no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação do TAC em CD eletrônico de contratação de profissional habilitado para supervisionar trabalhos de supressão de vegetação.

PA 193 – 5.7.6 e 5.7.7– Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61: Comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

REPORTE DO ITEM DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL

PA 163 – 5.1.11.2) De forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021.

A fim de atestar o devido cumprimento no prazo acordado de 30 dias, estão sendo enviados 18 CD's (em nove envelopes) devidamente identificados e individualizados para cada obrigação.

Nestes Termos,

Pede juntada

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2019.

Cristina Maia de Melo Porto
OAB nº 118.205

Fabiani Oliveira de Medeiros
OAB/ 120.748

Margareth Michels Bilhalva
OAB/RJ 171.623

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. República do Chile, 65, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro - CEP 20031-912
Telefones: (021) 32249399 /32240346 e FAX: 3224-8149
contenciosopetrobras@petrobras.com.

37

Ref.: Ação Civil Pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023

PROMOÇÃO

Trata-se de ofício da Petrobras que encaminha informações e documentos em 18 CDs (9 envelopes) referente ao cumprimento das obrigações da Petrobras constante no TAC assinado no bojo da ACP nº 0009919-12.2018.8.19.0023 das obrigações que venceram nos primeiros 30 (trinta) dias após homologação do acordo.

À **Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **para extrair cópia do ofício e juntar** aos autos dos respectivos PA's referentes a cada obrigação citada no ofício (cotejar o número do item com a tabela que contém os PAs que apuram o cumprimento do TAC);

2- **juntar cada envelope e CD** aos autos dos respectivos PA's referentes a cada obrigação citada no ofício (cotejar o número do item com a tabela que contém os PAs que apuram o cumprimento do TAC);

3- **juntar** cópia aos autos dos respectivos PA's referente a cada obrigação citada no ofício (cotejar o número do item com a tabela que contém os PA's que apuram o cumprimento do TAC), bem como procedo a não expedição dos ofícios determinados à Petrobras no bojo de tais PA's, diante da chegada voluntária de tais respostas;

4- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 18 de setembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

38

Ofício 2ª PJTC n° 1742/19
Ref: **PA 171/2019 – MPRJ 201900978821**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 18 de outubro de 2019.

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, **no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do** TAC, em CD eletrônico*""

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça **vem esta Promotoria de Justiça solicitar a Vossa Excelência que, seja informado se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nas cláusulas 6.2.1, 6.2.2 da cláusula terceira do TAC.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Expedido em 24/10/19
Servidor

39

Ofício 2ª PJTC n° 1743/19
Ref: **PA 171/2019 – MPRJ 201900978821**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 18 de outubro de 2019.

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, **no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do** TAC, em CD eletrônico*""

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça **vem esta Promotoria de Justiça solicitar a Vossa Excelência que, seja informado se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nas cláusulas 6.2.1, 6.2.2 da cláusula terceira do TAC.**

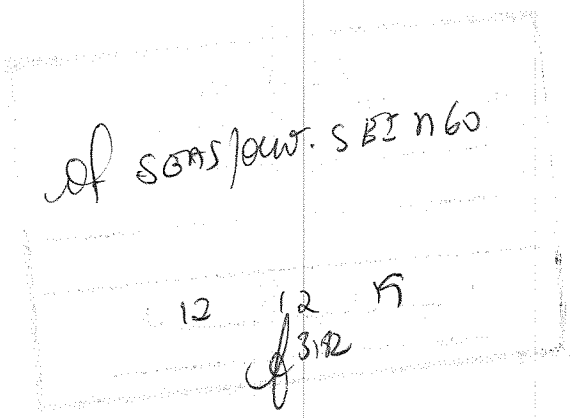
Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Expedido em 29/10/19


of sons/our. SEIN 60
12 12 N
of 3,12

22 40

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Ouvidoria

MPRJSPZTC01TB 201901343445 061219 08:16:45

Of.SEAS/OUV SEI N°60 Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2019

Ilmo. Sr. Promotor
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP: 24800-113

Referência: Ofícios nº 2ª PJTC Nº 1785/19 (PA 211/2019 - MPRJ 2019.00978555); 1465/19 (PA 158/2019 - MPRJ 2019.00977717); 1516/19 (PA 160/2019 - MPRJ 2019.00978785); 1523/19 (PA 161/2019 - MPRJ 2019.00978783); 1518/19 (PA 164/2019 - MPRJ 2019.00978775); 1572/19 (PA 0/2019 - MPRJ 2019.00978785); 1562/19 (PA 156/2019 - MPRJ 2019.00977721); 1753/19 (PA 212/2019 - MPRJ 2019.00982797); 1745/19 (PA 193/2019 - MPRJ 2019.00978743); 1745/19 (PA 193/2019 - MPRJ 2019.00978743); 1733/19 (PA 165/2019 - MPRJ 2019.00978774); 1727/19 (PA 166/2019 - MPRJ 2019.00978764); 1743/19 (PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821); 1736/19 (PA 174/2019 MPRJ 2019.00978806); 1793/19 (PA 175/2019 - MPRJ 2019.00978805); 1756/19 (PA 176/2019 - MPRJ 2019.00978802); 1802/19 (PA 183/2019 - MPRJ 2019.00978680); 1832/19 (PA 201/2019 - MPRJ 2019.00978654); 1796/19 (PA 192/2019 - MPRJ 2019.00978745); 1806/19 (PA 191/2019 - MPRJ 2019.00978748); 1759/19 (PA 195/2019 - MPRJ 2019.00978738); 1790/19 (PA 210/2019 - MPRJ 2019.00978560).

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos dos ofícios em epígrafe, informamos que, considerando o teor das solicitações contidas naquelas correspondências, as respectivas foram prontamente encaminhadas para o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, o qual, em resposta, informou que foi solicitada dilação de prazo a esse i. *Parquet* para apresentação das informações icitadas, não havendo resposta daquele órgão à demanda ministerial até o presente momento.

Em razão disso, solicitamos dilação de prazo para apresentação de resposta aos ofícios desse órgão, nos comprometendo desde já a, assim que obtivermos resposta, encaminhar imediatamente.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Cláudia Estellita
Ouvidora
ID Funcional 5097710-5

Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Estellita, Ouvidora**, em 03/12/2019, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **2151806** e o código CRC **C25CEA7A**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/002/004466/2019 SEI nº 2151806

Avenida Venezuela,, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: - http://www.rj.gov.br/web/sea

cf DVDA Journ. n 2441/19

12 12
cf 2192 19

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente
Ouvidoria

OF INEA/OUVID nº 2441 /19 Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2019.

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua Liajane Carvalho da Silva, Lote B, Quadra 22, Sala 105, Nancilândia – Itaboraí/RJ
CEP: 24800-000

Ref.: Ofícios 2ª PJTC nºs 1740/2019 (PA 175/2019 – MPRJ 2019.00978805); 1776/2019 (PA 204/2019 – MPRJ 2019.00978625); 1781/2019 (PA 186/2019 – MPRJ 2019.00978666); 1807/2019 (PA 202/2019 – MPRJ 2019.00978628); 1796/2019 (PA 192/2019 – MPRJ 2019.00978745); 1773/2019 (PA 205/2019 – MPRJ 2019.00978623); 1804/2019 (PA 191/2019 – MPRJ 2019.00978748); 1766/2019 (PA 206/2019 – MPRJ 2019.00978615); 1760/2019 (PA 195/2019 – MPRJ 2019.00978738); 1770/2019 (PA 194/2019 – MPRJ 2019.00978740); 1763/2019 (PA 196/2019 – MPRJ 2019.00978733); 1789/2019 (PA 210/2019 – MPRJ 2019.00978560); 1832/2019 (PA 201/2019 – MPRJ 2019.00978654), 1801/2019 (PA 183/2019 – MPRJ 2019.00978680); 1798/2019 (PA 182/2019 – MPRJ 2019.00978681); 1757/2019 (PA 176/2019 – MPRJ 2019.00978802); 1734/2019 (PA 165/2019 – MPRJ 2019.00978774); 1752/2019 (PA 212/2019 – MPRJ 2019.00982797); 1744/2019 (PA 193/2019 – MPRJ 2019.00978743); 1742/2019 (PA 171/2019 – MPRJ 2019.00978821); 1746/2019 (PA 173/2019 – MPRJ 2019.00978810); 1728/2019 (PA 166/2019 – MPRJ 2019.00978764); 1737/2019 (PA 174/2019 – MPRJ 2019.00978806) e 1784/2019 (PA 211/2019 – MPRJ 2019.00978555)

MPRJ/SP2TCO1TD 20190136341 111219 10:56:47

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção aos ofícios em epígrafe, referentes ao citados procedimentos, instaurados para apurar o cumprimento de obrigação contida em diversos itens do Termo de Ajustamento de Conduta, pactuado entre esse i. *Parquet*, a PETROBRAS, este INEA e o Estado do Rio de Janeiro, nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, foi solicitado o encaminhamento de informações e documentos

probatórios do adimplemento das obrigações descritas no indigitado procedimento, tendo sido concedidos variados prazos, em sua maioria, contados a partir da homologação do TAC, ocorrida no dia 13/08/2019, e com o mesmo prazo de resposta do concedido no próprio ajuste, para atendimento da obrigação.

Neste sentido, após o recebimento da demanda em questão, que perfaz o volume de 48 ofícios, endereçados a este INEA e a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, e em que pese a solicitação, em alguns deles, encontrar-se duplicada entre este INEA e a SEAS, informamos que o acompanhamento dessas requisições envolve mais de um setor de cada instituição, abertura de processos administrativos de acompanhamento de cada procedimento deflagrado, registro em planilha do conteúdo, tramitação interna, sem embargo de que o TAC em questão constitui instrumento complexo de ser controlado, em razão das inúmeras obrigações nele pactuadas, com escopos bem distintos.

Assim sendo, sem embargo da grande demanda deste órgão ambiental, e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet*, com todas as vênias devidas, vimos rogar a V.Sa. se digne determinar dilação de prazo por mais 30 (trinta) dias, para cada prazo concedido, para atendimento de cada uma das requisições oriundos nos ofícios supracitados, e prazo de 60 (sessenta) dias para as requisições cujo prazo concedido foi de período inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da homologação do ajuste.

Diante do exposto, e sem mais para o momento, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Maria Helena Chianca
Ouvidora do INEA

Promotor de Justiça,
12.12.19
fl. 312

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 12/12/2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Ref.: Procedimento Administrativo nº. 171/2019 (MPRJ n. 2019.00978821)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- Defiro o pedido de dilação de prazo de fls. 36/37 por mais 30 (trinta) dias. **Oficie-se** em resposta;

2- Defiro os pedidos de dilação de prazo e 38/39. **Oficie-se** em resposta;

3- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 12 de dezembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Autos devolvidos do gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 27/12/19.

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

45

Ofício 2ª PJTC n° 2233/19
Ref: **PA 171/2019 – MPRJ 201900978821**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 27 de dezembro de 2019.

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias,* ***no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC****, em CD eletrônico*"".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Ofício SEAS/OUV SEI N 60, deferir a dilação de prazo por mais 30 dias.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Expedido em 16/01/20
Servidor

Ofício 2ª PJTC n° 2234/19
Ref: **PA 171/2019 – MPRJ 201900978821**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 27 de dezembro de 2019

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias,* ***no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC****, em CD eletrônico*""

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Ofício INEA/OUV N 2441/19, deferir a dilação de prazo por mais 30 dias.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Expedido em 16/01/20

Ref.: Procedimentos Administrativos instaurados para acompanhar o cumprimento das obrigações contidas no TAC I COMPERJ (referente à ACP 0009919-12.2018.8.19.0023).

PROMOÇÃO

Trata-se de Ação Civil Pública Ambiental ajuizada pelo Ministério Público em face da Petrobras, do INEA e do Estado do Rio de Janeiro, em razão de danos ambientais relacionados ao empreendimento "Unidade Petroquímica Básica", da Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ, da Barragem Guapiaçu, da Estrada UHOS e dos danos estruturais causados pela PETROBRAS nas casas de moradores de Sambaetiba antes da construção da Estrada de Acesso ao COMPERJ, bem como dos impactos sinérgicos e cumulativos dos empreendimentos intramuros e extramuros do COMPERJ.

O TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão. Este primeiro TAC foi juntado às fls. 9323/9369 da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 no mesmo dia 09/08/19 e foi homologado pelo douto Juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí por meio da r. sentença de fl. 9.371, datada de 13/08/19.

É o relatório.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Juntar em todos os PAs do TAC I COMPERJ** cópia da Resolução Conjunta SEAS/INEA nº 20, de 30 de março de 2020, publicada no Diário

27

Oficial, de 14 de abril de 2020 que estabelece: "*RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAS/INEA Nº 20 DE 30 DE MARÇO DE 2020 ALTERA O GRUPO DE TRABALHO (GT) CRIADO PELA RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAS/INEA Nº 12, 23/09/2019, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAS/INEA Nº 14, DE 19/11/2019, PARA ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC.INEA.02/19 - COMPERJ1), CELEBRADO EM 09/08/2019, ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (MPRJ), O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE (SEAS) E PELO GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA) E A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (PETROBRAS), REFERENTE AO COMPERJ, HOMOLOGADO PELA JUÍZA EM 13/08/2019.*"

Itaboraí, 14 de abril de 2020.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.04.15 08:47:38 -03'00'

Secretaria de Estado de Transportes

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

**SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

**DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 19.03.2020**

PROC. Nº SEI-10/005/725/2020 - Com base no artigo 19, §1º do Decreto nº 40.872/2007 e no Parecer nº 34/2020/DETRO/ASJUR (Doc. SEI nº 3784035), **AUTORIZO** a prorrogação, até 20 de setembro de 2020, da vida útil do veículo de placa KQW9763, da linha RJ 533.008, do permissionário Sr. José Carlos Cabral.

Id: 2247717

**SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

**DESPACHOS DO PRESIDENTE
DE 05.03.2020**

PROCESSO Nº SEI-10/005/0932/2020 - Cooperativa TELECOOP (RJ-719) - Com base parecer da área técnica (Documento SEI nº 3099400) **DEFIRO**, determinando a baixa do veículo placa LSQ5373 e o cancelamento do registro da cooperada Patricia Silva de Aguiar, relativo à operação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento.

DE 08.04.2020

PROC. Nº SEI-10/005/733/2020 - Tendo em vista o Parecer nº 9/2020/DETRO/ASJUR (Documento SEI nº 3035122), **RATIFICO** a contratação direta, por inexigibilidade, com fundamento no caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, para prestação de serviços de publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de janeiro, para o DETRO/RJ no exercício de 2020, em favor da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no valor total estimado por demanda de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Id: 2247523

**SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE RECURSOS**

**ATA DA 12ª REUNIÃO
REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2020**

RECURSOS CONHECIDOS E INDEFERIDOS: Viação Beira Mar Ltda.- SEI-10/005/41/2020- AI D 745233; Auto Viação 1001 Ltda.- SEI-10/005/828/2020- AI D 721825- SEI-10/005/1840/2020- AI D 740626- SEI-10/005/2145/2020- AI D 764811- SEI-10/005/2149/2020- AI D 764812- SEI-10/005/2264/2020- AI D 764809; José Fernando Ribeiro- SEI-10/005/1789/2020- AI D 749802; Roberto Torraca- SEI-10/005/2178/2020- AI D 757432; Claudio Roberto Figueiredo de Oliveira- SEI-10/005/2182/2020- AI D 770201; João Baptista Gomes- SEI-10/005/2184/2020- AI D 770203; Auto Viação ABC Ltda.- SEI-10/005/2244/2020- AI D 764802; Viação União Ltda.- SEI-10/005/2249/2020- AI D 762005- SEI-10/005/2251/2020- AI D 762006; Viação Teresópolis e Turismo Ltda.- SEI-10/005/2250/2020- AI D 767402- SEI-10/005/2254/2020- AI D 767403- SEI-10/005/2261/2020- AI D 767401; Viação Vila Rica Ltda.- SEI-10/005/2257/2020- AI D 770802; Empresa Brasil - Transporte e Turismo Ltda.- SEI-10/005/2258/2020- AI D 771601- SEI-10/005/2260/2020- AI D 768001- SEI-10/005/2276/2020- AI D 771602- SEI-10/005/2277/2020- AI D 742319; Master Transportes Coletivos de Passageiros Ltda.- SEI-10/005/2259/2020- AI D 770806- SEI-10/005/2262/2020- AI D 770805; Cavalcanti Cia Ltda.- SEI-10/005/2275/2020- AI D 770804; Marco Antônio Carvalho Souza- SEI-10/005/2442/2020- AI D 740845; Expresso Garcia Ltda.- SEI-10/005/2444/2020- AI D 764803- SEI-10/005/2445/2020- AI D 764805. **RECURSOS NÃO CONHECIDO PELA INTEMPESTIVIDADE:** Transportadora Macabu Ltda.- SEI-10/005/1373/2020- AI D 745284; Empresa de Transporte Braso-Lisboa Ltda.- SEI-10/005/1374/2020- AI D 745283; Auto Viação ABC Ltda.- SEI-10/005/1395/2020- AI D 740844; Empresa Brasil - Transporte e Turismo Ltda.- SEI-10/005/1398/2020- AI D 745282; TB Transportes Blanco Ltda.- SEI-10/005/1400/2020- AI D 745292; J.C. Guimarães Transportes Coletivos Ltda.- SEI-10/005/1401/2020- AI D 745276- SEI-10/005/1402/2020- AI D 756407- SEI-10/005/1403/2020- AI D 756408; Transportadora Tinguá Ltda.- SEI-10/005/1404/2020- AI D 758801; TREL - Transturismo Rei Ltda.- SEI-10/005/1405/2020- AI D 736914; Prosamaiah Transporte e Turismo Ltda. EPP- SEI-10/005/2446/2020- AI D 737842. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a 12ª reunião da CPJR.

Id: 2247674

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

(Petrobras), referente ao COMPERJ, homologado pela Juíza em 13/08/2019.

§ 1º - Excluir do GT os servidores Pierre Alex Domiciano Batista, Id. Funcional 5101278-2 e Flávia de Oliveira Teixeira, Id. Funcional 580926-6, conforme deliberado pelo Conselho Diretor do INEA em sua 461ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do dia 09/01/2020.

§ 2º - Incluir no GT, a partir de 09/01/2020, os servidores Flavio dias Wanderley Valente, Id. Funcional 4347916-2, Victor Abreu de Araújo, Id. Funcional 4461242-7, Alexandre Cruz, Id. Funcional 4351452-9, Paulina Maria Porto Silva Cavalcanti, Id. Funcional 2151026-1, Ricardo Marcelo da Silva, Id. Funcional 4459432-1, Claudio Nogueira Vignoli, Id. Funcional 4326641-0 e Flávia de Carvalho Dias Monteiro, Id. Funcional 4315394-1.

§ 3º - Incluir no GT, a partir de 22/01/2020, os servidores Renata de Oliveira e Oliveira, Id. Funcional 5097894-2 e José Edson Falcão de Farias Júnior, Id. Funcional 4316696-2.

§ 4º - Incluir, como Coordenadores do GT, pelo INEA, a partir de 19/02/2020, os servidores Fabiana Coelho da Silva Quintanilha, Id. Funcional 4274288-9 e Edson Magalhães Araújo, Id. Funcional 4330347-1.

§ 5º - Incluir, como um dos três Coordenadores do GT pelo INEA, a partir de 11/03/2020, o servidor Antônio de Oliveira Azevedo, Id. Funcional 2146607-6.

§ 6º - Manter os servidores Cauê Bielschowsky, Id. Funcional 4359412-3, Cristiane Fernandes Nunes Moragas Madeira, Id. Funcional 4366903-4, e Giselle Fundão de Menezes Lousada, Id. Funcional 4347792-5, no referido GT.

Art. 2º - Esclarecer que a servidora Maria Helena da Costa Chianca, Id. Funcional 4423210-1, foi designada pelo CONDIR em sua 461ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do dia 09/01/2020, como Coordenadora pelo INEA do referido TAC e substituída na reunião do CONDIR do dia 19/02/2020.

Art. 3º - O Grupo de Trabalho ficou assim composto: Fabiana Coelho da Silva Quintanilha, Edson Magalhães Araújo e Antônio de Oliveira Azevedo, Id. Funcional 2146607-6, como Coordenadores do GT pelo INEA, Flavio dias Wanderley Valente, Victor Abreu de Araújo, Alexandre Cruz, Paulina Maria Porto Silva Cavalcanti, Ricardo Marcelo da Silva, Claudio Nogueira Vignoli, Flávia de Carvalho Dias Monteiro, Renata de Oliveira e Oliveira, José Edson Falcão de Farias Júnior, Cauê Bielschowsky, Cristiane Fernandes Nunes Moragas Madeira e Giselle Fundão de Menezes Lousada.

Art. 4º - Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020

ALTINEU CÔRTES FREITAS COUTINHO
Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

CARLOS HENRIQUE NETO VAZ
Presidente do Instituto Estadual do Ambiente

Id: 2247490

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTEAL
E DESENVOLVIMENTO URBANO**

ATO DO SUBSECRETÁRIO-EXECUTIVO E DO PRESIDENTE

PORTARIA CONJUNTA FECAM/INEA Nº 94 DE 03 DE ABRIL DE 2020

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

O SUBSECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução SEAS nº 42, de 02 de janeiro de 2020, e o **PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**, de acordo com a Lei nº 8.731, de 24 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2020, o Decreto nº 46.931, de 07 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira e Estabelece Normas para a Execução Orçamentária do Poder Executivo para o exercício de 2020 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a descentralização da execução orçamentária,

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução de crédito orçamentário na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA DO INEA.
PROCESSO FECAM Nº E-07/001/163/2018, PROCESSO Nº SEI E-07/002/8416/2016. Projeto FECAM Nº 014.3 - Contrato INEA nº 12/2017.

II - VIGÊNCIA: Esta Portaria Conjunta terá vigência de 02/04/2020 até

50
1

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUV SEI Nº27

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2020

Excelentíssimo Promotor de Justiça
Dr. Thiago Gonçalves Veras Gomes
2ª PJTC - Núcelo Itaborái
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Rua João Caetano, n° 207 slas 606/607 - Centro
Itaboraí-RJ

Referência: Of. nº 2ª PJTC n° 1743/2019

PA 171/2019

MPRJ 2019.00978821

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet*, solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Teresa Francisca do Nascimento

Ouvidora/SEAS

Id. 1943616-5

Tel. (21) 2332-5601

Documento assinado eletronicamente por **Teresa Francisca do Nascimento**, **Ouvidora**, em 19/02/2020, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3346935** e o código CRC **D1D9864E**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004490/2019

SEI nº 3346935

Avenida Venezuela,, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-31
Telefone: - http://www.rj.gov.br/web/sea

51
1

VISTA
Nesta data, faço vista dos autos
ao(a) Promotor de Justiça
Em 11/09/20.
Mat. 3226

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 16/09/2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Ref.: Procedimento Administrativo nº. 171/2019 (MPRJ nº 2019.00978821)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Acusando o recebimento do Ofício SEAS/OUVID SEI nº 27, oficie-se a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade** deferindo a prorrogação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme solicitado.

2- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 14 de setembro de 2020.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.09.16 17:43:01 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

57

Ofício 2ª PJTC n° 1662/20
Ref: **PA 171/2019 – MPRJ 201900978821**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 29 de setembro de 2020.

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias,* ***no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC****, em CD eletrônico*""

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Ofício SEAS/OUVID SEI nº 27, deferir a prorrogação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme solicitado.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

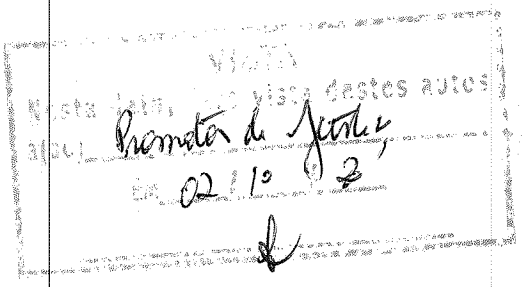
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.09.30 10:19:26 -03'00'

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Expedido em 01/10/20
Servidor


Promotor de Justiça
02/10/03

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Procedimento Administrativo nº. 171/2019 (MPRJ - 2019.00978821)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Juntem-se** o e-mail e os anexos ao PA nº 171/2019 e abra-se vista imediata para conclusão.

Itaboraí, 02 de outubro de 2020.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.10.02 17:02:19 -03'00'

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Ouvidoria

Of.INEA/OUVID SEI nº 1464/2020 Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2020

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça Coletiva - Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí - CEP: 24.800-113

Ref.: Ofícios nºs 1742 e 1743/2019
PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção aos ofícios em epígrafe, foram solicitadas informações e o encaminhamento dos documentos comprobatórios do adimplemento tempestivo da obrigação contida no Item 5.1.28 da Cláusula Segunda do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC celebrado entre o MPRJ, a SEAS, o INEA e a PETROBRAS, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, no qual a PETROBRAS se obrigou a apresentar o projeto executivo do sistema de drenagem.

Neste sentido, sirvo-me do presente para submeter à consideração de V.Sa. manifestação da Gerência de Licenciamento de Acompanhamento dos Instrumentos de Licenciamento Ambiental - GEILAM, integrante à Diretoria de Pós-Licença - DIPOS deste INEA, na qual informa o cumprimento do item 5.1.28 do TAC, tempestivamente e, por oportuno, acrescento que as informações fornecidas baseiam-se nos atos oriundos dos processos administrativos e nos arquivos daquele setor, bem como nas declarações do seu respectivo corpo técnico.

Diante do exposto, e sem mais para o momento, renovo os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Fabiana Coelho da Silva
Ouvidora do INEA

Anexos:

I - Documento 1 (SEI nº 8156827)
II - Documento 2 (SEI nº 8156893)
III - Documento 3 (SEI nº 8156995)
IV - Documento 4 (SEI nº 8157048)
V - GEILAM (SEI nº 8157171)
VI - DIPOS (SEI nº 8495470)

Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Coelho da Silva**, **Ouvidora**, em 28/09/2020, às 21:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **8584931** e o código CRC **7D8C43B2**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004490/2019 SEI nº 8584931

Avenida Venezuela,, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: 21-23345975

Cópia

PETROBRAS

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2019

SMS/LARE 0166/2019

Ao
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Coordenação de Estudos Ambientais - CEAM
Av. Venezuela, 110, 2° andar - Saúde
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312

Luiz Carlos da Costa Barreiros
Agente
Mat. 2571

A/C: Ilmo Sr. João Eustáquio Nacif Xavier
Coordenador

Assunto: Atendimento à Obrigação 5.1.28. do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC do Comperj.

Referência: Processo nº E-07/026.228/2019.

Prezado Senhor,

Em referência ao Processo nº E-07/026.228/2019, segue evidência de atendimento à obrigação 5.1.28. do TAC do Comperj, referente à condicionante 28 da Licença Prévia - LP do Comperj (LP Nº FE013990), onde o MPRJ requer apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

O projeto executivo do sistema de drenagem do Comperj (Anexo I) foi apresentado ao órgão ambiental quando do requerimento da Licença de Instalação de Infraestrutura para Urbanização do Comperj (Anexo II), emitida em 28/03/2008.

No mais, ficamos à disposição para dúvidas e esclarecimentos.

Atenciosamente,

Daniele Lomba Zaneti Puelker
Gerente Geral de Licenciamento Ambiental e Relacionamento Externo

Anexo(s): Evidência de Atendimento à Obrigação 5.1.28. do TAC do Comperj.

PETROBRAS	NOTA EXPLICATIVA - OBRIGAÇÕES DO TAC	Nº RL-5400.00-0000-000-PHN-003

INFORMAÇÕES DE ATENDIMENTO DO TAC REFERENTE A ACP Nº 9919-12.2018.819.0023 E NÚMERO DE PROCESSO NO INEA E-07/026.228/2019

ITEM DO TAC:	OBRIGAÇÃO:
5.1.28	*Em relação à condicionante 28 - Apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.*

LICENÇA REFERÊNCIA:	PRAZO DE ATENDIMENTO:	STATUS DE ATENDIMENTO:
Licença Prévia FE013990 (AVB000621) - Comperj	12/09/2019	ATENDIDO

INFORMAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO DA OBRIGAÇÃO:

O projeto executivo do sistema de drenagem do Comperj (Anexo I) foi apresentado ao órgão ambiental quando do requerimento da Licença de Instalação de Infraestrutura para Urbanização do Comperj (Anexo II), emitida em 28/03/2008.

DESCRIÇÃO DAS EVIDÊNCIAS DISPONIBILIZADAS:

Anexo I – Projeto executivo do sistema de drenagem do Comperj e seus anexos;

Anexo II – Requerimento da Licença de Instalação de Infraestrutura para Urbanização do Comperj

DATA	DD/MMM/AA

feema

SISTEMA DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES POLUIDORAS

REQUERIMENTO

PARA USO DA FEEMA

1 – SOLICITAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE:

		INICIAL	RENOVAÇÃO
	LICENÇA PRÉVIA (LP)		
X	LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI)	X	
	LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)		
	LICENÇA INSTALAÇÃO/OPERAÇÃO (LIO)		

2 – NÚMERO DA LICENÇA ANTERIOR:

[X] LP [ ] LI [ ] LO [ ] LIO Nº FE013900

CÓDIGO

321/97

3 – DADOS DO REQUERENTE:

NOME EMPRESARIAL OU NOME: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A

NOME FANTASIA: PETROBRAS

CNPJ/CPF: 33.000.167\0001-01 I.E.: 80.170.270

LOCAL DA ATIVIDADE: FAZENDA MACACU E OUTROS CONSTANTES DO DECRETO FEDERAL DE 13/06/2006

CEP: 20.000-000

BAIRRO/DISTRITO: PORTO DAS CAIXAS E SAMBAETIBA MUNICÍPIO: ITABORAI

4 – ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

LOGRADOURO: AV. RIO BRANCO, 1/2005

CEP: 20.090-907

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO UF: RJ

TELEFONE: 3487-6011 FAX: 3487-6013 E-MAIL: josesantosoli@petrobras.com.br

5 – ENDEREÇO DO ESCRITÓRIO DO EMPREENDEDOR:

LOGRADOURO: AV. RIO BRANCO, 1/2005

CEP: 20.090-907

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO UF: RJ

TELEFONE: 3487-6011 FAX: 3487-6013 E-MAIL: josesantosoli@petrobras.com.br

6 – REPRESENTANTES LEGAIS:

NOME: VICTOR MANUEL MARTINS PAIS

CPF: 262.588.467-34 TELEFONE: 3487-6011

FAX: 3487-6011 E-MAIL: victopais@petrobras.com.br

NOME: CLAUDIA MARIA LABRUNA

CPF: 544.10.9677-20 TELEFONE: 3487-6020

FAX: 3487-6011 E-MAIL: labruna@petrobras.com.br

NOME: JOSÉ RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA

CPF: 533.255.327-72 TELEFONE: 3487-6022

FAX: 3487-6011 E-MAIL: josesantosoli@petrobras.com.br

7 – CONTATO:

NOME: JOSÉ RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA

CPF: 533.255.327-72

TELEFONE: 3487-6022 FAX: 3487-6011 E-MAIL: josesantosoli@petrobras.com.br

EXEMPLAR DA ASSINATURA

Processo 07/204.068/2006

8 – NÚMERO DE DOCUMENTOS ANEXOS:

NÚMERO DE FOLHAS ANEXAS

9 – DESCRIÇÃO DA (S) ATIVIDADE (S):

IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA URBANIZAÇÃO DO TERRENO ONDE SERÁ IMPLANTADO O COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO - COMPERJ REFERIDO DNN DE 13/06/06, CONTEMPLANDO:

- TERRAPLENAGEM
- DRENAGEM
- SEGURANÇA PATRIMONIAL
- EMPREITEROPOLIS
- SUBESTAÇÃO
- CENTRO DE INFORMAÇÃO

ÁREA DO EMPREENDIMENTO : 45 Km^2

10 – DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS, QUE O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS NESTE REQUERIMENTO REALIZAR-SE-Á DE ACORDO COM OS DADOS TRANSCRITOS E ANEXOS INDICADOS NO ITEM 8 (OITO), PELO QUE VENHO REQUERER À COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL – CECA, DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A EXPEDIÇÃO DA RESPECTIVA LICENÇA.

RIO DE JANEIRO 19 DE MARÇO DE 2008

Victor Manuel Martins Pais
Gerente Geral do Empreendimento
do Complexo Petroquímico
do Rio de Janeiro-COMPERJ

REPRESENTANTE LEGAL

NOME VICTOR MANUEL MARTINS PAIS

58

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Pós-Licença

À

GEILAM c/ vistas à ASSPRE.

Considerando o despacho SEI Nº. 8024779 (INEA/ASSPRE) de 10.09.2020, que solicita manifestação dessa Gerência acerca do cumprimento da obrigação estabelecida no item 5.1.28, em relação à condicionante 28 da cláusula segunda do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o MPRJ, a SEAS, o INEA e a PETROBRAS;

Encaminho a resposta solicitada.

Ao

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2020.

Ref.: Ofício nº. 2234/19.

PA 171/2019 - MPRJ 201900978821.

Informa-se:

1) Item 5.1.28 (cláusula segunda do TAC, fls. 26): Em relação à condicionante 28 a Petrobras obrigou-se a "(...) apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de homologação do TAC (13.08.2019), em CD eletrônico".

***Status*: Atendido no prazo estabelecido.**

De forma a cumprir a obrigação supra, a empresa encaminhou os documentos listados abaixo:

a) Carta SMS/LARE 0166/2019 de 08.09.2019;

b) Nota Explicativa - Informações do TAC referente à Obrigação 5.1.28;

c) Anexo I - Projeto Executivo do Sistema de Drenagem;

d) Anexo 2 - Cópia do Requerimento de LI-Urbanização.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2020

Documento assinado eletronicamente por **Claudio Nogueira Vignoli**, **Químico**, em 14/09/2020, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **8157171** e o código CRC **59C5255F**.

Referência: Processo nº SEI-07/026/004490/2019 SEI nº 8157171

Avenida Venezuela,, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Criado por claudionv, versão 2 por claudionv em 14/09/2020 15:48:48.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Pós-Licença

À Ouvidoria,

Em atendimento ao despacho 8024779 e visando atendimento aos Ofícios 1743/19 (1852424), 1742/19 (1853291), 2233/19 (2992744) e 2234/19 (3000133), encaminhamos manifestação da GEILAM 8157171 e documentos 8156827, 8156893, 8156995 e 8157048 acerca do cumprimento do item 5.1.28 do TAC quanto à apresentação do Projeto do Executivo do Sistema de Drenagem aprovado.

Thabata Mentzingen Paz
Assessora Técnica
Diretoria de Pós Licença – DIPOS
Instituto Estadual do Ambiente – INEA
ID 4459748-7

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2020

Documento assinado eletronicamente por **Thabata Mentzingen Paz, Assessora Técnica**, em 23/09/2020, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **8495470** e o código CRC **67578B26**.

Referência: Processo nº SEI-07/026/004490/2019 SEI nº 8495470

Criado por thabatamp, versão 2 por thabatamp em 23/09/2020 11:02:03.

Ref.: Procedimento Administrativo n. 171/2019 (MPRJ n. 2019.00978821)

PROMOCÃO DE PRORROGAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a *"(...) apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico"*.

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o relatório de investigação às fls. 02-v/03, instruído de fls. 04/33-v.

Ofício da Petrobras às fls. 35/36, encaminhando mídia digital de fl. 37, contendo o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções necessárias.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 38/39.

Ofício do INEA às fls. 42/43, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA às fls. 50/50-v, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA às fls. 55/55-v, instruído de fls. 56/60, informando o cumprimento do item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC I com base nos processos administrativos e nos arquivos do setor.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 25 dispõe que: *"O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de um (01) ano, **que poderá ser prorrogado quantas vezes forem necessárias**, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação"*, sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)"*, nos termos do parágrafo único;

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece que *"O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da*

imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";

O Promotor de Justiça Titular deste órgão de execução, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste inquérito civil, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- **Junte-se** o ofício expedido em abril ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ;

2- Acusando o recebimento do ofício de fls. 58/58-v. **Oficie-se ao INEA/SEAS** solicitando informar se o compromissado PETROBRAS atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida do ponto de vista técnico ambiental, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nos itens 6.2.1 e 6.2.2 da cláusula terceira do TAC;

3- Obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Itaboraí, 13 de outubro de 2020.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.10.14 10:06:37 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC nº 812/2020 *Itaboraí*, 27 de abril de 2019.

Ref: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano na 2ª Promotoria de Justiça do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os procedimentos que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, 331 (trezentos e trinta e um) feitos, conforme planilha em anexo, em atenção ao art. 9º, da Resolução nº 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ nº 1769/12 e art. 61, §4º, do Regimento Interno desse CSMP/RJ.

Ressalta-se que todos os procedimentos em anexo estão aguardando resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na última promoção lançada em cada procedimento, que pode ser consultada pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

(assinado eletronicamente)

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710 Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710 Dados: 2020.04.28 11:57:30 -03'00'

AO
EXMO. SR.
DR. JOSÉ EDUARDO CIOTOLA GUSSEM
PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Marechal Câmara, nº 370 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20020-080

64

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 1750/19
Ref: **PA 171/2019 – MPRJ 201900978821**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 15 de outubro de 2020

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a *"(...)apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias,* ***no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC****, em CD eletrônico""*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Oficio anexo e solicitar seja comprovado e informado se o compromissado PETROBRAS atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida do ponto de vista técnica ambiental, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nos itens 6.2.1 e 6.2.2 da cláusula terceira do TAC. Prazo de 30 (trinta) dias.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.10.15 13:35:51 -03'00'

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Expediente em 16/10/20

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos à fl. 65, Of. INEA/DUVID SEI nº 1729/2020.

Em 11/11/20

7787

65

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Ouvidoria

Of.INEA/OUVID SEI n.º 1729/2020 Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2020

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, n.º 207, salas n.ºs 606/607
CEP: 24.800-113

MPRJ.GSP2TCOITB.202000845776.111120.12:38:17

Ref.: Ofício 2ª PJTC n.º 1750/2019
PA n.º 171/2019 - MPRJ n.º 2019.00978821

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção ao ofício em epígrafe, foi solicitado o encaminhamento de comprovação se o compromissado Petrobrás atendeu satisfatoriamente a obrigação assumida do ponto de vista técnica ambiental, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nos itens 6.2.1 e 6.2.2 da cláusula terceira do TAC.

Neste sentido, srivo-me do presente para informar a V.Sa. que a presente demanda será encaminhada à Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILAM e à Assessoria da Presidência - ASSPRE para o atendimento da requisição ministerial.

No entanto, considerando a grande demanda deste órgão ambiental, os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet*, sem embargo dos termos do Decreto Estadual n.º 47.176, de 21/07/2020, que dispõe sobre as novas medidas de enfrentamento da propagação do Novo Coronavírus (Covid-19), com todas as vênias devidas, venho rogar a V.Sa. se digne determinar dilação de prazo por mais 60 (sessenta) dias para atendimento da presente requisição.

Diante do exposto, e sem mais para o momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Fabiana Coelho da Silva
Ouvidora do INEA

Anexos:

Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Coelho da Silva, Ouvidora,** em 10/11/2020, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **10155561** e o código CRC **6C6B345C**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070002/008987/2020 SEI nº 10155561

Avenida Venezuela,, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: 21-23345975

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
ao Exmo. Promotor de Justiça
13 / 11 / 20
7787

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 25 / 11 /2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Ref.: Procedimento Administrativo nº 171/2019 (MPRJ 2019.00978821)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- Defiro o pedido de dilação de prazo por mais 60 (sessenta) dias de fl. 65, **oficie-se** em resposta;

2- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 24 de novembro de 2020.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.11.25 17:03:40 -03'00'

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 30/11/2020

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos

P.C. 64 ef. INEA 100UID

OEI nº 1494/2020

Fls. 11 / 12 / 2020

4040ZMM 62081023

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 64 RJ

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Ouvidoria

Of.INEA/OUVID SEI n.º 1797/2020 Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2020

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, n.º 207, salas n.ºs 606/607
CEP: 24.800-113

MPRJ5P2TCOITB 20200094530 9 101220 16:44:40

Ref.: Ofício 2ª PJTC n.º 1750/2019
PA n.º 171/2019 - MPRJ n.º 2019.00978821

Ilustríssimo Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção ao ofício em epígrafe, foi solicitado o encaminhamento de comprovação se o compromissado Petrobrás atendeu satisfatoriamente a obrigação assumida do ponto de vista técnica ambiental, contida no Item 5.1.28, Cláusula Segunda, do TAC COMPERJ, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nos itens 6.2.1 e 6.2.2 da cláusula terceira do TAC.

Neste sentido, sirvo-me do presente para submeter à consideração de V.Sa. a manifestação da Assessoria da Presidência - ASSPRE, a qual informa que o teor da presente requisição é idêntico ao objeto contido nos Ofícios n.ºs 1742/2019 e 1743/2019, tramitados pelo processo SEI-07026/004490/2019 e atendidos pelos OF.INEA/OUVID SEI n.º 1464/2020, datado em 25/09/2020, e Of.SEAS/SUBEXEC SEI n.º 427/2020, datado em 02/10/2020.

Por oportuno, acrescento que as informações fornecidas baseiam-se nos atos oriundos dos processos administrativos e nos arquivos daquele setor, bem como nas declarações do seu respectivo corpo técnico.

Diante do exposto, e sem mais para o momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Fabiana Coelho da Silva
Ouvidora do INEA

ID nº 4274288-9

Anexos: I - Manifestação da ASSPRE (SEI n.º 10427198).
II - OF.INEA/OUVID SEI n.º 1464/2020 (SEI n.º 10590356).
III - Of.SEAS/SUBEXEC SEI n.º 427/2020 (SEI n.º 10590997).
IV - Comprovante de envio do OF.INEA/OUVID SEI n.º 1464/2020 (SEI n.º 10590630).
V - Comprovante de envio do Of.SEAS/SUBEXEC SEI n.º 427/2020 (SEI n.º 10591126).

Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Coelho da Silva**, **Ouvidora**, em 22/11/2020, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **10591197** e o código CRC **9D4FD872**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070002/008987/2020 SEI nº 10591197

Avenida Venezuela,, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: 21-23345975

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
68
RJ

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

À Ouvidoria,

Para ciência e providências, considerando o teor do processo SEI-07026/004490/2019, ora relacionado, pois consta o Ofício n° NA 427 (8867913) em resposta ao MPRJ.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2020

Documento assinado eletronicamente por **Antônio de Oliveira Azevedo, Assessor Técnico**, em 16/11/2020, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **10427198** e o código CRC **2269A5C3**.

Referência: Processo nº SEI-070002/008987/2020 SEI nº 10427198

Avenida Venezuela,, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Criado por antoniooa, versão 2 por antoniooa em 16/11/2020 19:19:06.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Ouvidoria

Of.INEA/OUVID SEI nº 1464/2020 Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2020

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça Coletiva - Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí - CEP: 24.800-113

Ref.: Ofícios nºs 1742 e 1743/2019
PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção aos ofícios em epígrafe, foram solicitadas informações e o encaminhamento dos documentos comprobatórios do adimplemento tempestivo da obrigação contida no Item 5.1.28 da Cláusula Segunda do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC celebrado entre o MPRJ, a SEAS, o INEA e a PETROBRAS, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, no qual a PETROBRAS se obrigou a apresentar o projeto executivo do sistema de drenagem.

Neste sentido, sirvo-me do presente para submeter à consideração de V.Sa. manifestação da Gerência de Licenciamento de Acompanhamento dos Instrumentos de Licenciamento Ambiental - GEILAM, integrante à Diretoria de Pós-Licença - DIPOS deste INEA, na qual informa o cumprimento do item 5.1.28 do TAC, tempestivamente e, por oportuno, acrescento que as informações fornecidas baseiam-se nos atos oriundos dos processos administrativos e nos arquivos daquele setor, bem como nas declarações do seu respectivo corpo técnico.

Diante do exposto, e sem mais para o momento, renovo os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Fabiana Coelho da Silva
Ouvidora do INEA

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 69 RJ

Anexos:

I - Documento 1 (SEI nº 8156827)
II - Documento 2 (SEI nº 8156893)
III - Documento 3 (SEI nº 8156995)
IV - Documento 4 (SEI nº 8157048)
V - GEILAM (SEI nº 8157171)
VI - DIPOS (SEI nº 8495470)

Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Coelho da Silva, Ouvidora**, em 28/09/2020, às 21:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **8584931** e o código CRC **7D8C43B2**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004490/2019 SEI nº 8584931

Avenida Venezuela,, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: 21-23345975

Cópia

PETROBRAS

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2019

SMS/LARE 0166/2019

Ao
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Coordenação de Estudos Ambientais - CEAM
Av. Venezuela, 110, 2° andar - Saúde
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312

Luiz Carlos de Melo Moreira
Analista
Mat. 29[illegible]

A/C: Ilmo Sr. João Eustáquio Nacif Xavier
Coordenador

Assunto: Atendimento à Obrigação 5.1.28. do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC do Comperj.

Referência: Processo nº E-07/026.228/2019.

Prezado Senhor,

Em referência ao Processo nº E-07/026.228/2019, segue evidência de atendimento à obrigação 5.1.28. do TAC do Comperj, referente à condicionante 28 da Licença Prévia - LP do Comperj (LP Nº FE013990), onde o MPRJ requer apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

O projeto executivo do sistema de drenagem do Comperj (Anexo I) foi apresentado ao órgão ambiental quando do requerimento da Licença de Instalação de Infraestrutura para Urbanização do Comperj (Anexo II), emitida em 28/03/2008.

No mais, ficamos à disposição para dúvidas e esclarecimentos.

Atenciosamente,

Daniele Lomba Zaneti Puelker
Gerente Geral de Licenciamento Ambiental e Relacionamento Externo

Anexo(s): Evidência de Atendimento à Obrigação 5.1.28. do TAC do Comperj.

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 40

PETROBRAS	**NOTA EXPLICATIVA - OBRIGAÇÕES DO TAC**	**Nº RL-5400.00-0000-000-PHN-003**

INFORMAÇÕES DE ATENDIMENTO DO TAC REFERENTE A ACP Nº 9919-12.2018.819.0023 E NÚMERO DE PROCESSO NO INEA E-07/026.228/2019

ITEM DO TAC:	OBRIGAÇÃO:
5.1.28	*Em relação à condicionante 28 - Apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.*

LICENÇA REFERÊNCIA:	PRAZO DE ATENDIMENTO:	STATUS DE ATENDIMENTO:
Licença Prévia FE013990 (AVB000621) - Comperj	12/09/2019	ATENDIDO

INFORMAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO DA OBRIGAÇÃO:

O projeto executivo do sistema de drenagem do Comperj (Anexo I) foi apresentado ao órgão ambiental quando do requerimento da Licença de Instalação de Infraestrutura para Urbanização do Comperj (Anexo II), emitida em 28/03/2008.

DESCRIÇÃO DAS EVIDÊNCIAS DISPONIBILIZADAS:

Anexo I – Projeto executivo do sistema de drenagem do Comperj e seus anexos;

Anexo II – Requerimento da Licença de Instalação de Infraestrutura para Urbanização do Comperj

DATA	DD/MMM/AA

feema

SISTEMA DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES POLUIDORAS

REQUERIMENTO

PARA USO DA FEEMA

1 – SOLICITAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE:

		INICIAL	RENOVAÇÃO
	LICENÇA PRÉVIA (LP)		
X	LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI)	X	
	LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)		
	LICENÇA INSTALAÇÃO/OPERAÇÃO (LIO)		

2 – NÚMERO DA LICENÇA ANTERIOR:

X LP ☐ LI ☐ LO ☐ LIO Nº FE013900

CÓDIGO 3811.99

3 – DADOS DO REQUERENTE:

NOME EMPRESARIAL OU NOME: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A

NOME FANTASIA: PETROBRAS

CNPJ/CPF: 33.000.167\0001-01 I.E.: 80.170.270

LOCAL DA ATIVIDADE: FAZENDA MACACU E OUTROS CONSTANTES DO DECRETO FEDERAL DE 13/06/2006

CEP: 20.000-000

BAIRRO/DISTRITO: PORTO DAS CAIXAS E SAMBAETIBA MUNICÍPIO: ITABORAI

4 – ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

LOGRADOURO: AV. RIO BRANCO, 1/2005

CEP: 20.090-907

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO UF: RJ

TELEFONE: 3487-6011 FAX: 3487-6013 E-MAIL: josesantosoli@petrobras.com.br

5 – ENDEREÇO DO ESCRITÓRIO DO EMPREENDEDOR:

LOGRADOURO: AV. RIO BRANCO, 1/2005

CEP: 20.090-907

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO UF: RJ

TELEFONE: 3487-6011 FAX: 3487-6013 E-MAIL: josesantosoli@petrobras.com.br

6 – REPRESENTANTES LEGAIS:

NOME: VICTOR MANUEL MARTINS PAIS

CPF: 262.588.467-34 TELEFONE: 3487-6011

FAX: 3487-6011 E-MAIL: victopais@petrobras.com.br

NOME: CLAUDIA MARIA LABRUNA

CPF: 544.10.9677-20 TELEFONE: 3487-6020

FAX: 3487-6011 E-MAIL: labruna@petrobras.com.br

NOME: JOSE RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA

CPF: 533.255.327-72 TELEFONE: 3487-6022

FAX: 3487-6011 E-MAIL: josesantosoli@petrobras.com.br

7 – CONTATO:

NOME: JOSÉ RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA

CPF: 533.255.327-72

TELEFONE: 3487-6022 FAX: 3487-6011 E-MAIL: josesantosoli@petrobras.com.br

EXEMPLAR DA ASSINATURA

Proc 07/204.068/2006

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
41

8 - NÚMERO DE DOCUMENTOS ANEXOS:

NUMERO DE FOLHAS ANEXAS

9 - DESCRIÇÃO DA (S) ATIVIDADE (S):

IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA URBANIZAÇÃO DO TERRENO ONDE SERA IMPLANTADO O COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO - COMPERJ REFERIDO DNN DE 13/06/06, CONTEMPLANDO:

- TERRAPLENAGEM
- DRENAGEM
- SEGURANÇA PATRIMONIAL
- EMPREITERÓPOLIS
- SUBESTAÇÃO
- CENTRO DE INFORMAÇÃO

ÁREA DO EMPREENDIMENTO : 45 Km^2

10 - DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS, QUE O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS NESTE REQUERIMENTO REALIZAR-SE-Á DE ACORDO COM OS DADOS TRANSCRITOS E ANEXOS INDICADOS NO ÍTEM 8 (OITO), PELO QUE VENHO REQUERER À COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA, DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A EXPEDIÇÃO DA RESPECTIVA LICENÇA.

RIO DE JANEIRO 19 DE MARÇO DE 2008

Victor Manuel Martins Pais
Gerente Geral do Empreendimento
do Complexo Petroquímico
do Rio de Janeiro-COMPERJ

REPRESENTANTE LEGAL

NOME: VICTOR MANUEL MARTINS PAIS

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Pós-Licença

À

GEILAM c/ vistas à ASSPRE.

Considerando o despacho SEI Nº. 8024779 (INEA/ASSPRE) de 10.09.2020, que solicita manifestação dessa Gerência acerca do cumprimento da obrigação estabelecida no item 5.1.28, em relação à condicionante 28 da cláusula segunda do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o MPRJ, a SEAS, o INEA e a PETROBRAS;

Encaminho a resposta solicitada.

Ao

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2020.

Ref.: Ofício nº. 2234/19.

PA 171/2019 - MPRJ 201900978821.

Informa-se:

1) Item 5.1.28 (cláusula segunda do TAC, fls. 26): Em relação à condicionante 28 a Petrobras obrigou-se a "(...) apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de homologação do TAC (13.08.2019), em CD eletrônico".

***Status*: Atendido no prazo estabelecido.**

De forma a cumprir a obrigação supra, a empresa encaminhou os documentos listados abaixo:

a) Carta SMS/LARE 0166/2019 de 08.09.2019;

b) Nota Explicativa - Informações do TAC referente à Obrigação 5.1.28;

c) Anexo I - Projeto Executivo do Sistema de Drenagem;

d) Anexo 2 - Cópia do Requerimento de LI-Urbanização.

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 42 RJ

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2020

Documento assinado eletronicamente por **Claudio Nogueira Vignoli, Químico**, em 14/09/2020, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **8157171** e o código CRC **59C5255F**.

Referência: Processo nº SEI-07/026/004490/2019 SEI nº 8157171

Avenida Venezuela,, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Criado por claudionv, versão 2 por claudionv em 14/09/2020 15:48:48.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Pós-Licença

À Ouvidoria,

Em atendimento ao despacho 8024779 e visando atendimento aos Ofícios 1743/19 (1852424), 1742/19 (1853291), 2233/19 (2992744) e 2234/19 (3000133), encaminhamos manifestação da GEILAM 8157171 e documentos 8156827, 8156893, 8156995 e 8157048 acerca do cumprimento do item 5.1.28 do TAC quanto à apresentação do Projeto do Executivo do Sistema de Drenagem aprovado.

Thabata Mentzingen Paz
Assessora Técnica
Diretoria de Pós Licença – DIPOS
Instituto Estadual do Ambiente – INEA
ID 4459748-7

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2020

Documento assinado eletronicamente por **Thabata Mentzingen Paz, Assessora Técnica**, em 23/09/2020, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **8495470** e o código CRC **67578B26**.

Referência: Processo nº SEI-07/026/004490/2019 SEI nº 8495470

Avenida Venezuela, 110, - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Criado por thabatamp, versão 2 por thabatamp em 23/09/2020 11:02:03.

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 40 RJ

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXEC SEI Nº427 Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2020

Exmo. Sr.

Dr. TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro

Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofícios nº 1742 e 1743/2019

PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção aos ofícios em epígrafe, foram solicitadas informações e o encaminhamento dos documentos comprobatórios do adimplemento tempestivo da obrigação contida no Item 5.1.28 da Cláusula Segunda do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC celebrado entre o MPRJ, a SEAS, o INEA e a PETROBRAS, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, no qual a PETROBRAS se obrigou a apresentar o projeto executivo do sistema de drenagem.

Neste sentido, sirvo-me do presente para submeter à consideração de V.Sa. manifestação da Gerência de Licenciamento de Acompanhamento dos Instrumentos de Licenciamento Ambiental - GEILAM, integrante à Diretoria de Pós-Licença - DIPOS deste INEA, na qual informa o cumprimento do item 5.1.28 do TAC, tempestivamente e, por oportuno, acrescento que as informações fornecidas baseiam-se nos atos oriundos dos processos administrativos e nos arquivos daquele setor, bem como nas declarações do seu respectivo corpo técnico.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ALTINEU CÔRTES FREITAS COUTINHO
Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
ID. Funcional nº 5107718-3

Documento assinado eletronicamente por **Altineu Côrtes Freitas Coutinho, Secretário de Estado**, em 02/10/2020, às 19:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **8867913** e o código CRC **DE6075CB**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004490/2019 SEI nº 8867913

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 44 RJ

Zimbra **protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br**

Ofício resposta em atendimento ao PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821

De : Protocolo Ouvidoria <protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br> qui, 01 de out de 2020 22:26

3 anexos

Assunto : Ofício resposta em atendimento ao PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821

Para : 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Prezados, boa noite!

Cumprimentando-o cordialmente, servimo-nos do presente para encaminhar ao i. Parquet o OF INEA/OUVID nº 1464/2020, datado de 25 de setembro de 2020, ora anexo, a fim de atender a demanda ministerial inserta no Ofício nº 1742 e 1743/2019, PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821

Cabe ressaltar que estamos utilizando este canal para envio dos ofícios resposta, tendo em vista a adoção das medidas de enfrentamento ao COVID-19 estabelecidas pelo Decreto Estadual n. 47.176 de 21 de julho de 2020, e que, quando da normalização das atividades desta autarquia, os ofícios voltarão a ser enviados por meio físico.

Solicitamos que seja acusado o recebimento desta mensagem.

Att,

Administrativo | Ouvidoria
INEA - Instituto Estadual do Ambiente
(21) 2334-5975, (21) 2334-9434
protocoloouvidoriaineamp@gmail.com
www.inea.rj.gov.br
Av. Venezuela 110, 2° andar, sala 223, Saúde - RJ

unnamed (1).jpg
23 KB

1464.pdf
1 MB

Anexo_I_Projeto_Executivo_Sistema_de_Drenagem.zip
17 MB

E-mail - 8913384

Data de Envio:
05/10/2020 11:21:14

De:
SEAS/Michael Alves <gabinete@ambiente.rj.gov.br>

Para:
"2pjtc itaborai" <2pjtc.itaborai@mprj.mp.br>

Assunto:
Ofícios nº 1742 e 1743/2019 PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821

Mensagem:

Ilmo. Sr. Promotor Tiago Gonçalves Veras Gomes,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, encaminhar em anexo Of.SEAS/SUBEXEC SEI Nº427/2020.

Solicito a gentileza de confirmar o recebimento do mesmo.

Atenciosamente,

Gabinete do Secretário
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Governo do Estado do Rio de Janeiro
Tel: 2332-5622

Anexos:
SEI_ERJ - 8867913 - Ofício - NA n° 427.pdf
Oficio___NA_8867913.html

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
48
RJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 1983/20
Ref: **PA 171/2019 – MPRJ 2019.00978821**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 01 de dezembro de 2020

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias,* ***no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC****, em CD eletrônico*""

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça acusar o recebimento do Of. INEA/OUVID SEI Nº 1729/2020, bem como informar que foi deferida a solicitação de dilação de prazo por mais 60 (sessenta) dias.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.12.04 10:10:38 -03'00'

Expedido em 14 / 12 / 2020
Servidor

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 44 RJ

Zimbra **protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br**

Ofício resposta em atendimento ao PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821

De : Protocolo Ouvidoria <protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br> qui, 01 de out de 2020 22:26

3 anexos

Assunto : Ofício resposta em atendimento ao PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821

Para : 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Prezados, boa noite!

Cumprimentando-o cordialmente, servimo-nos do presente para encaminhar ao i. Parquet o OF INEA/OUVID nº 1464/2020, datado de 25 de setembro de 2020, ora anexo, a fim de atender a demanda ministerial inserta no Ofício n° 1742 e 1743/2019, PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821

Cabe ressaltar que estamos utilizando este canal para envio dos ofícios resposta, tendo em vista a adoção das medidas de enfrentamento ao COVID-19 estabelecidas pelo Decreto Estadual n. 47.176 de 21 de julho de 2020, e que, quando da normalização das atividades desta autarquia, os ofícios voltarão a ser enviados por meio físico.

Solicitamos que seja acusado o recebimento desta mensagem.

Att,

Administrativo | Ouvidoria
INEA - Instituto Estadual do Ambiente
(21) 2334-5975, (21) 2334-9434
protocoloouvidoriaineamp@gmail.com
www.inea.rj.gov.br
Av. Venezuela 110, 2° andar, sala 223, Saúde - RJ

unnamed (1).jpg
23 KB

1464.pdf
1 MB

Anexo_I_Projeto_Executivo_Sistema_de_Drenagem.zip
17 MB

E-mail - 8913384

Data de Envio:
05/10/2020 11:21:14

De:
SEAS/Michael Alves <gabinete@ambiente.rj.gov.br>

Para:
"2pjtc itaborai" <2pjtc.itaborai@mprj.mp.br>

Assunto:
Ofícios nº 1742 e 1743/2019 PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821

Mensagem:

Ilmo. Sr. Promotor Tiago Gonçalves Veras Gomes,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, encaminhar em anexo Of.SEAS/SUBEXEC SEI Nº427/2020.

Solicito a gentileza de confirmar o recebimento do mesmo.

Atenciosamente,

Gabinete do Secretário
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Governo do Estado do Rio de Janeiro
Tel: 2332-5622

Anexos:
SEI_ERJ - 8867913 - Ofício - NA n° 427.pdf
Oficio___NA_8867913.html

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 48

Ofício 2ª PJTC n° 1983/20
Ref: **PA 171/2019 – MPRJ 2019.00978821**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 01 de dezembro de 2020

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias,* ***no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC****, em CD eletrônico*""

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça acusar o recebimento do Of. INEA/OUVID SEI Nº 1729/2020, bem como informar que foi deferida a solicitação de dilação de prazo por mais 60 (sessenta) dias.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.12.04 10:10:38 -03'00'

Expedido em 14 / 12 / 2020
Servidor
(via email)

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
à(ao) Exmo. Promotor de Justiça
Em 05 / 07 / 21
7187

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 13 /07/2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 14 /07 /2021. 6203386-7

Ref.: Procedimento Administrativo nº 171/2019 (MPRJ n. 2019.00978821)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- Acusando o recebimento do ofício de fls. 67/75, **oficie-se** à SEAS/INEA informando que **a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nas cláusulas 6.2.1, 6.2.2 da cláusula terceira do TAC;**

2- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 12 de julho de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.07.13 12:41:02 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 77 RJ

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 1398/2021 *Itaboraí*, 16 de julho de 2021.

Ref.: **PA 171/2019 – MPRJ 2019.00978821** *(Favor mencionar na resposta)*

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça acusar o recebimento do Of.INEA/OUVID SEI nº 1797/2020, bem como informar que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nas cláusulas 6.2.1, 6.2.2 da cláusula terceira do TAC . Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação e da Representação para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Expedido em 19/07/21
Servidor

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DE RIO DE JANEIRO

Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 16/07/2021, às 15:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0811953** e o código CRC **B9FB5BBD**.

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos
OF.SEAS/SUBEXE SEI nº 188
Em 21 / 07 / 21
6100 4899

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº188 Rio de Janeiro, 30 de junho de 2021

Exmo. Sr.
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício PJTC nº 1742 – Ofício 2ª PJTC Nº 1743/2019 – Ofício 2ª PJTC nº 1662/20 – Ofício 2º PJTC 1983/2020 PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção aos ofícios em epígrafe, foram solicitadas informações acerca obrigação contida no Item 5.1.28 da Cláusula Segunda do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC celebrado entre o MPRJ, a SEAS, o INEA e a PETROBRAS, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, vimos tecer as considerações que seguem.

Primeiramente cumpri-nos informar que em relação à condicionante 28 a Petrobras obrigou-se a *"(...) apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de homologação do TAC (13.08.2019), em CD eletrônico"*, foram encaminhados por esta Secretaria os documentos comprobatórios do adimplemento da obrigação por parte da compromissária, através do Of.SEAS/SUBEXEC SEI Nº427.

Após a apresentação da documentação pela PETROBRAS, a Gerência de Acompanhamento dos Instrumentos de Licenciamento Ambiental (GERILAM) do Instituo Estadual do Ambiente- INEA, realizou análise técnica da mesma em que segue anexada a este Ofício.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO

Subsecretário Executivo

ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito, Subsecretário de Estado**, em 02/07/2021, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6 informando o código verificador **18981782** e o código CRC **E94749BB**.

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 78 RJ

MPRJ.SPJTCOITB.20210053294 - 05/07/2021 15:20:04 - 2021.00532941

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL. 79
RJ

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN050449

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 46.619, de 2 de abril de 2019, e suas modificações posteriores e em especial do Decreto nº 44.820, de 2 de junho de 2014, alterado pelo Decreto nº 45.482, de 04 de dezembro de 2015 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental, concede a presente Licença de Operação a

SEEL SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA LTDA

CNPJ/CPF:72.030.927/0001-85 **Código INEA:** UN052302/33.11.99

Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº 583, SALA 1701 - CENTRO - RIO DE JANEIRO - RJ

para canteiro de obras destinado a operação da "Área de Depósito de Materiais Excedentes (ADME) 8", execução de serviços de umectação, recuperação e manutenção das vias de acesso e redes de drenagem nas áreas de interesse do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ e serviços de conservação das Ruínas do Convento São Boaventura-x-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

RODOVIA ESTADUAL RJ -116, KM 52 - ACESSO A-1 - ALTO DO JACÚ - SAMBAETIBA, município ITABORAÍ

Condições de Validade Gerais

1-Este documento não exime o empreendedor da obtenção dos demais documentos e autorizações legalmente exigíveis.
2-Este documento não poderá ser alterado e nem ser plastificada, sob pena de perder a validade.
3-Requerer prorrogação ou renovação deste documento dentro dos prazos determinados no Decreto Estadual n. 44.820, de 2.6.14, alterado pelo Decreto Estadual n. 45.482, de 4.12.15.
4-Atender à Resolução CONAMA N° 307 (DOU de 17.7.02), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, alterada pela Resolução CONAMA N° 448 (DOU de 19.1.12).

Esta Licença é válida até 07 de Outubro de 2023, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/002.107206/2018 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2019

ALEXANDRE CRUZ
DIRETOR DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

cópia

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN050449

Condições de Validade Específicas

5-Atender à NOP INEA-35 - Norma Operacional para o Sistema On-line de Manifesto de Transporte de Resíduos - Sistema MTR, aprovada pela Resolução CONEMA nº 79, de 09/03/18 e publicada no DOERJ de 13/03/18.
6-Atender as normas NBR 11.174 - Armazenamento de Resíduos Classes II (não inertes) e Classe III (inertes) e NBR 12.235 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos (Classe I), da ABNT, e destiná-los somente a empresas licenciadas.
7- Atender as normas NBR 12.809 - Manuseio de Resíduos de Serviço de Saúde, da ABNT e NBR-12.810 - Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde, da ABNT, para armazenar e coletar e destina-los por meio de empresas de transporte licenciadas à locais devidamente licenciados pelo órgão ambiental;
8-Umidificar as vias de acesso e áreas internas, de forma a minimizar a suspensão de material particulado proveniente do fluxo de veículos durante as obras;
9-Limpar periodicamente o sistema fossa/filtro e a caixa de gordura utilizando empresa licenciada pelos órgãos competentes e mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização.
10-Atualizar a placa informativa instalada no acesso à área do canteiro, e contendo as seguintes características:
-Confeccionar a placa em folha de flandres e coluna de madeira, medindo 1,20 m de largura x 0,70 m de altura e a 2,0 m de altura do solo;
-Indicar a razão social, o responsável técnico, os números das diversas licenças e/ou autorizações concedidas por órgãos federais, estaduais e municipais;
11-Limpar periodicamente a caixa de armazenamento de efluentes sanitários utilizando empresa licenciada pelos órgãos competentes e mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização.
12-Destinar os efluentes dos banheiros químicos por meio de empresas devidamente licenciadas pelo órgão ambiental.
13-Lavar os motores e carrocerias de veículos somente em local com canaletas e sistema separador de água/óleo.

COPIA

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 80
RJ

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN050449

Condições de Validade Específicas

14-Manter em perfeitas condições de operação e manutenção o sistema separador água/óleo, bem como limpas e desobstruídas as canaletas de drenagem.
15-Acondicionar o óleo proveniente do sistema separador água/óleo em recipientes com tampa e estocá-los em área abrigada, até o recolhimento por empresas rerrefinadoras licenciadas pelo órgão ambiental, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização.
16-Acondicionar os resíduos sedimentados do sistema separador água/óleo em recipientes com tampa e estocá-los em área abrigada, até o recolhimento por empresas rerrefinadoras licenciadas pelo órgão ambiental, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização.
17-Apresentar, semestralmente, ao INEA o resultado da análise de óleos e graxas realizada no efluente do sistema separador de água/óleo.
18-Informar ao INEA por ocasião de desmobilização, paralisação ou encerramento da atividade do canteiro de obras.
19-Comunicar imediatamente a Gerência de Operações em Emergências Ambientais do INEA, plantão de 24 horas, pelos telefones (21) 2334-7910, 2334-7911 ou 8596-8770, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental.
20-É proibido queimar ao ar livre nos termos da Lei Estadual n. 4.191, de 30.9.03, que dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos e dá outras providências.
21-Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos), principalmente do mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue, zika, febre amarela e chikungunya.
22-Será de responsabilidade do empreendedor qualquer dano ambiental não previsto neste parecer que ocorra em razão da operação do empreendimento.
23-Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais e de projeto relativos à atividade.
24-Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração ou ampliação na atividade.
25-O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.
-x-x-x-x-x-

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Pós-Licença

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 81 RJ

ERILAM/DIPOS c/ vistas à SERCONTE.

V/C Marcelo F. Souto de Carvalho.

Coordenador dos TAC´S DO COMPERJ)

Considerando o SEI/ERJ - 17287149 - Despacho de Encaminhamento de Processo (INEA/SERVCONTE) de 0.05.2021, que solicita manifestação dessa Gerência acerca do cumprimento da obrigação estabelecida no item 5.1.28, m r ção à condicionante 28 da cláusula segunda do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o MPRJ, a SEAS, o INEA e a PETROBRAS;

Considerando a necessidade de uma análise técnica da documentação apresentada pela compromissária;

Encaminho a resposta solicitada.

ao

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2021.

Ref.: Ofício 2ª PJTC nº. 1983/2020

TA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821

nforma-se:

) **Item 5.1.28** (cláusula segunda do TAC, fls. 26): Em relação à condicionante 28 a Petrobras obrigou-se a "(...) presentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as ntervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de homologação do TAC 13.08.2019), em CD eletrônico".

***tatus*: Atendido no prazo estabelecido, conforme documentação protocolada.**

) Análise Técnica

) Projeto Executivo de Drenagem do COMPERJ relativo à fase de Urbanização contemplou a execução de drenagem rovisória (durante a execução dos serviços), e drenagem definitiva visando o escoamento das águas e proteção do corpo os aterros, platôs, taludes e tubovias (interligação de tubulações), além de controlar o acréscimo de vazões, erosões e

macrodrenagens, cujo objetivo principal é evitar o carreamento de sólidos (sedimentos), pelas águas das chuvas, esultantes das obras de terraplenagem e outras (ora em andamento) para os corpos hídricos principais do entorno do COMPERJ, quais sejam, rios Macacu e Caceribu, mantendo a integridade de suas calhas.

oram realizados estudos das bacias de drenagem tendo em vista que o COMPERJ se localiza dentro da planície de undação do Macacu e Caceribu e a área apresenta relevo formado por morros levemente ondulados (morrotes), com istemas naturais de drenagem encaixadas nestas ondulações e com caimentos para os dois corpos hídricos mencionados

lém destes foram realizados estudos dos caminhos de drenagem, de forma a que possíveis alterações fossem reduzidas icando restritas à área industrial, e das drenagens profundas, que teve por base a execução de sistemas de drenagens apazes de suportar, com segurança, cargas elevadas produzidas por aterro e equipamentos, e capazes de coletar, com ficiência, o fluxo descendente das plataformas e ascendente do subsolo.

or força de contrato entre a Petrobras e suas contratadas está previsto que a empresa, antes de realizar qualquer scavação ou estaqueamento, deverá fazer um levantamento topográfico e visual do local para cadastramento das nterferências de superfície (tais como válvulas, caixas de drenagem, caixas de passagens, tubulações, galerias pluviais, ostes, etc.), de forma a preservar o sistema de drenagem proposto.

ale ressaltar que os serviços de execução, manutenção e limpeza das redes de drenagens vêm sendo realizados por mpresa licenciada, contratada pela Petrobras, SEEL Serviços Especiais de Engenharia Ltda, cujo canteiro de obras ncontra-se instalado dentro do COMPERJ, e que possui concessão de licença de operação do INEA (LO Nº. IN050449 álida até 07.10.2023) para, dentre outras atividades, executar serviços e redes de drenagem nas áreas de interesse do omplexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2021

Documento assinado eletronicamente por **Claudio Nogueira Vignoli, Químico**, em 16/06/2021, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6 informando o código verificador **18269102** e o código CRC **6CBE2FF7**.

Avenida Venezuela,, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

riado por claudionv, versão 2 por claudionv em 16/06/2021 11:14:44.

82

VISTA
Exmo Promotor de Justiça
03 09 21
6209326

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 07/10/2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 13/10/21.

MPRJ

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ref.: Procedimento Administrativo nº. 171/2019 (MPRJ n. 2019.00978821)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Cumpra-se** o item IV de fl. 03-verso;

2- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 06 de outubro de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.10.07 13:56:03 -03'00'

Solicitação de análise técnica ao GATE - 1019516

INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO SOLICITANTE

Órgão de Execução:
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí

Telefone:
(21)2645-6950

Celular:
(21)98285-7730

Membro Solicitante:
Tiago Gonçalves Veras Gomes

Matrícula:
3226

Secretário(a):
Thaís Vieira dos Santos

E-mail:
2pjtcoitb@mprj.mp.br

Deseja receber atualização da movimentação via sistema push?
Não

DADOS DO PROCEDIMENTO

Nº MPRJ:
201900978821

1. Trata-se de complementação de Análise realizada anteriormente pelo GATE?
Não

***Em se tratando de complementação de análise técnica realizada anteriormente pelo GATE, indicar o número da IT:**

-

2. Trata-se de procedimento sujeito à prescrição para a propositura da ação judicial prevista na Lei no 8.429/92?
Não

***Caso a resposta seja positiva, indique a data :**
-

3. Trata-se de apoio na elaboração de quesitos em processo judicial?
Não

4. Trata-se de nomeação de técnico pericial para atuar como assistente técnico em processo judicial, acompanhando diligências ou elaborando laudo complementar?
Não

5. Trata-se de solicitação com tramitação prioritária?
Não

* Caso a resposta seja positiva, assinale a hipótese adequada.

5.1 Existe risco iminente de perecimento do direito;:
Não

***Caso a resposta 5.1 seja marcada, descreva:**
-

5.2 Prioridades fixadas em lei, tais como, Estatuto do Idoso, ECA, Lei Brasileira de Inclusão e outros diplomas legais.
Não

5.3 Está em curso prazo processual;:
Não

Indicar prazo Processual caso marque a hipóteses 5.3:
-

5.4 Trata-se de solicitação oriunda de alguma modalidade de atuação coletiva especializada (Grupo de Atuação Especializada, Força-Tarefa, Grupo Temático Temporário ou Grupo de Apoio de Acervo - Resolução GPGJ 2.401/2021):
Não

INDIQUE SUA DÚVIDA TÉCNICA:
Remete-se o feito ao GATE, via SEI, solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental.

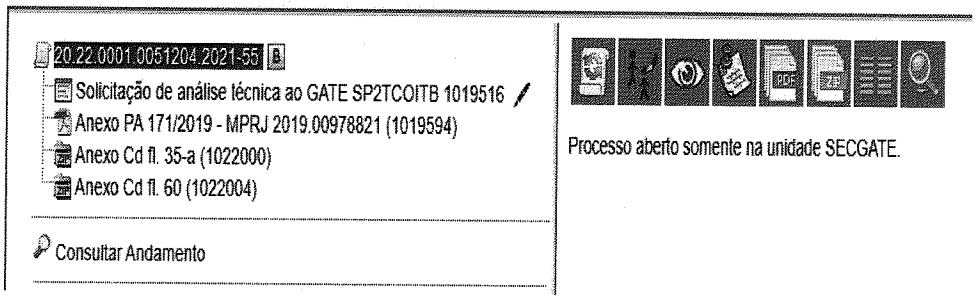
Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 15/10/2021, às 11:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1019516** e o código CRC **BC089544**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Certidão 507/2021
PA 171/2019 MPRJ 2019.00978821

Certifico, nesta data, o integral cumprimento do determinado à fl. 83, item 01, com encaminhamento de Solicitação de Análise Técnica ao GATE, via SEI (Processo 20.22.0001.0051204.2021-55).



Itaboraí, 15 de outubro de 2021.

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
ao(à) Exmo. Promotor de Justiça
em 19 / 11 / 21
7787

Promoção em separado, impressa em 02 lauda (s).

Itaboraí, 23/11/2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 23/11/21.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Procedimento Administrativo n. 171/2019 (MPRJ n. 2019.00978821)

PROMOÇÃO DE PRORROGAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a *"(...) apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico"*.

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o relatório de investigação às fls. 02-v/03, instruído de fls. 04/33-v.

Ofício da Petrobras às fls. 35/36, encaminhando mídia digital de fl. 37, contendo o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções necessárias.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 38/39.

Ofício do INEA às fls. 42/43, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA às fls. 50/50-v, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA às fls. 55/55-v, instruído de fls. 56/60, informando o cumprimento do item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC I com base nos processos administrativos e nos arquivos do setor.

Ofício do INEA à fl. 65, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS às fls. 78/81-verso, informando que em relação à condicionante 28, foram encaminhados os documentos comprobatórios do adimplemento da obrigação por parte da compromissária, por meio da Of. SEAS/SUBEXEC SEI Nº 427. Por fim, a SEAS esclareceu que a GERILAM do Instituto Estadual do Ambiente realizou análise técnica.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências*

imprescindíveis para a sua conclusão", sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)"*, nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18;

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão*";

O Promotor de Justiça Titular deste órgão de execução, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste inquérito civil, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- **Renovo** a promoção de fl. 83, bastando a Secretaria entrar em contato com a Secretaria do GATE, solicitando informar sobre a conclusão do IT solicitada;

2- Obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Itaboraí, 22 de novembro de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.11.23 08:51:35 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO F. 87

Ofício 2ª PJTC n° 787/2021

Itaboraí, 28 de abril de 2021

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os procedimentos que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, 382 (trezentos e oitenta e dois) inquéritos civis e 141 (cento e quarenta e um) procedimentos administrativos, conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos em anexo estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na última promoção lançada em cada procedimento, que pode ser consultada pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.04.28 19:49:12 -03'00'

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

88

Solicitação de informações sobre a IT - SEI nº 20.22.0001.0051204.2021-55

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Qui, 12/05/2022 13:57

Para: **GATE - Secretaria <secgate@mprj.mp.br>**

Prezados,

Cumprimentando-os, conforme determinado pelo Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras, solicito a gentileza de prestar informações acerca da conclusão da IT solicitada no bojo do PA 171/2019 (MPRJ 2019.00978821), SEI nº 20.22.0001.0051204.2021-55.
Muito obrigada!

Atenciosamente,

João Victor Cavalcante
Matr. 62093261
MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos

informação técnica nº:
523/2022.

08/08/22

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº: 523/2022 **27 de Maio de 2022**

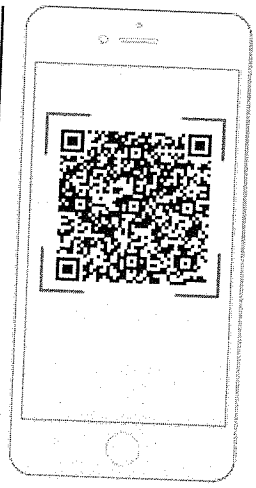
Nº MPRJ: 2019.00978821

SOLICITANTE: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

COORDENADAS (Local da diligência):

LAT.: -22.668867876607372 **LONG.:** -42.89459466934204

Indústria. Petróleo e derivados, gás e biocombustíveis. 1 - Serviço técnico: Análise de atendimento a obrigações de cunho técnico de TAC. Item 5.1.28 da Cláusula Segunda do TAC I do COMPERJ não foi satisfatoriamente atendido. Documentação juntada aos autos pela PETROBRAS não apresenta integralidade e detalhamento compatíveis a um Projeto Executivo e não contempla todo o conteúdo determinado no documento MD-6000.67-8000-113-PEI-001.



Leia o QR code com seu celular.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de expediente relacionado ao Processo Administrativo (PA) n. 171/2019 (MPRJ 2019.00978821), o qual apura o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da Cláusula Segunda, do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da Ação Civil Pública (ACP) n. 0009919-12.2018.8.19.0023. A referida obrigação possui a seguinte redação:

> 5.1.28) Em relação à condicionante 28 - Apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

A presente Informação Técnica (IT) tem por objetivo atender à Solicitação de Análise Técnica (SAT) n. 1019516, encaminhada ao GATE pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí via Processo SEI[1] n. 20.22.0001.0051204.2021-55, demandando a este grupo de apoio técnico a análise da documentação acostada aos autos, a fim de verificar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico-ambiental.

2. ANÁLISE TÉCNICA

Inicialmente, cabe destacar que o TAC em referência, denominado TAC I do COMPERJ[2], foi assinado no dia 9 de agosto de 2019 e homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí em 13 de agosto de 2019, no âmbito da ACP n. 0009919-12.2018.8.19.0023. Esta ACP, ajuizada pelo MPRJ em face da PETROBRAS, do INEA e do Estado do Rio de Janeiro, questionava o licenciamento ambiental e os impactos associados a empreendimentos que compõem o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

Considerando (i) que o referido TAC possui mais de uma centena de obrigações de fazer e mais de uma dezena de obrigações de pagar a serem cumpridas pelos

[1] Sistema Eletrônico de Informações do MPRJ.

[2] Acostado às fls. 04/28 dos autos do PA n. 171/2019.

GATE MPRJ GRUPO DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO
Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões: gate.reuniao@mprj.mp.br

90
fm

compromissários; e (ii) a responsabilidade do MPRJ (compromitente) de fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações contidas no instrumento, extrai-se da Promoção[3] datada de 3 de setembro de 2019 a seguinte frente de atuação da 2ª PJTC Núcleo Itaboraí:

> **2ª) Instauração de Procedimentos Administrativos para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, ERJ e INEA no TAC:** Incumbe ao MPRJ, na forma do art. 8°, I, da Resolução CNMP n. 174/17 e do art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n. 2.227/18, acompanhar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), conforme determinado abaixo;

Nesse sentido, em 12 de setembro de 2019 foi instaurado pela supracitada Promotoria o PA n. 171/2019, visando apurar o cumprimento da obrigação estabelecida no item 5.1.28 da Cláusula Segunda do TAC I do COMPERJ, que consiste na apresentação de Projeto Executivo do sistema de drenagem do empreendimento, aprovado pelo órgão ambiental competente.

As considerações expostas na presente Informação Técnica, portanto, fundamentam-se na análise da documentação encaminhada ao MPRJ pelo INEA, no âmbito do referido PA, apresentada a este órgão ambiental pela PETROBRAS a fim de comprovar o atendimento à obrigação em comento.

2.1. Documentação analisada

Em 25 de setembro de 2020, por meio do Of. INEA/OUVID SEI n. 1464/2020[4], o INEA encaminhou à 2ª PJTC Núcleo Itaboraí manifestação da Gerência de Acompanhamento dos Instrumentos de Licenciamento Ambiental, integrante da Diretoria de Pós-Licença (GEILAM/DIPOS/INEA). Consta na referida manifestação[5] que a

[3] Acostada às fls. 30/33 dos autos do PA n. 171/2019.

[4] Acostada à fl. 55 dos autos do PA n. 171/2019.

[5] Acostada à fl. 58 dos autos do PA n. 171/2019.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

obrigação aqui avaliada foi considerada "atendida no prazo estabelecido", com base na documentação apresentada pela PETROBRAS, qual seja:

(i) Carta SMS/LARE 01 66/2019[6], de 08/09/2019 – Encaminha ao INEA o chamado projeto executivo do sistema de drenagem do COMPERJ (Anexo I), informando que o mesmo *"foi apresentado ao órgão ambiental quando do requerimento da Licença de Instalação de Infraestrutura para Urbanização do COMPERJ (Anexo II), emitida em 28/03/2008"*;

(ii) Nota Explicativa - Obrigações do TAC n. RL-5400.00-0000-000-PHN-003, de 12/09/2019 – Informa o atendimento ao item 5.1.28 do TAC, a partir da apresentação da documentação supracitada (Anexos I e II);

(iii) Anexo I: Projeto Executivo de Terraplenagem e Drenagem[7], de 27/08/2007 – Memorial descritivo n. MD-6000.67-8000-113-PEI-001 e plantas;

(iv) Anexo II: Cópia do Requerimento de Licença de Instalação (LI)[8], de 19/03/2008 – Solicitada pela PETROBRAS à FEEMA, refere-se à *'Implantação de infraestrutura para urbanização do terreno onde será implantado o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ referido DNN de 13/06/06, contemplando: terraplenagem, drenagem, segurança patrimonial, empreiterópolis, subestação e centro de informação"*, com área do empreendimento equivalente a 45 km².

O Quadro 1 a seguir lista informações relativas à documentação juntada aos autos pela PETROBRAS, destacando-se a indicação do conteúdo das plantas que compõem o supracitado Anexo I.

[6] Acostada à fl. 56 dos autos do PA n. 171/2019.

[7] CD acostado à fl. 60 dos autos do PA n. 171/2019.

[8] CD acostado à fl. 57 dos autos do PA n. 171/2019.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

91

Quadro 1: Documentação apresentada pela PETROBRAS, visando ao atendimento do item 5.1.28 da Cláusula Segunda do TAC em referência.

doc.	Anexo	Número	Título	Data da emissão inicial	Revisão	Data da emissão final
1	I	MD-6000.67-8000-113-PEI-001	Projeto Executivo de Terraplenagem e Drenagem	13/06/2007	B	27//2007
2	I	DE-6000.67-8000-114-HBQ-001	Sondagens a Percussão, Perfis	25/04/2007	B	23/05/2007
3	I	DE-6000.67-8000-114-HBQ-002	Sondagens a Percussão, Perfis	25/04/2007	B	23/05/2007
4	I	DE-6000.67-8000-114-HBQ-003	Sondagens a Percussão, Perfis	25/04/2007	B	23/05/2007
5	I	DE-6000.67-8000-114-HBQ-004	Sondagens a Percussão, Perfis	25/04/2007	B	23/05/2007
6	I	DE-6000.67-8000-182-HBQ-001	Planta da Situação	25/04/2007	B	23/05/2007
7	I	DE-6000.67-8000-182-HBQ-002	Planta Geral das Bacias	25/04/2007	B	23/05/2007
8	I	DE-6000.67-8000-182-HBQ-003	Planta Geral Caminhos de Drenagem	25/04/2007	B	23/05/2007
9	I	DE-6000.67-8000-182-HBQ-004	Planta das Áreas de Inundação	25/04/2007	B	23/05/2007
10	I	DE-6000.67-8000-182-HBQ-005	Balanceamento da Áreas de Drenagem das Plataformas	25/04/2007	B	23/05/2007
11	I	DE-6000.67-8000-182-HBQ-006	Planta de Macrodrenagem, Detalhes	25/04/2007	C	23/05/2007
12	I	DE-6000.67-8000-182-HBQ-007	Planta de Macrodrenagem	02/05/2007	B	03/05/2007
13	I	DE-6000.67-8000-182-HBQ-008	Quadro de Descargas	22/05/2007	0	
14	II	FEEMA - FE 073990	Requerimento de Licença de Instalação (LI)	19/03/2008		
15	-	RL-5400.00-0000-000-PHN-003	Informações de atendimento ao TAC referente a ACP nº 9919-12.2018.819.0023 e número de processo INEA E-07/026.228/2019	-	-	-

O Quadro 2 indica os desenhos e estudos referenciados no documento intitulado "Projeto Executivo de Terraplenagem e Drenagem" (MD-6000.67-8000-113-PEI-001) que não constam entre aqueles anexados ao sistema SEI e, portanto, não disponibilizados para análise do GATE.

Quadro 2: Documentação citada no documento MD-6000.67-8000-113-PEI-001 não disponibilizada ao GATE.

doc.	Número	Título
1	DE-6000.67-8000-942-PEI-0001	Planta de Arranjo Geral
2	DE-6000.67-8000-113-HBQ-001	Arranjo Geral
3	DE-6000.67-8000-113-HBQ-002	Planta de Localização das seções Transversais
4	DE-6000.67-8000-113-HBQ-003	Seções Transversais – Áreas dos Platôs
5	DE-6000.67-8000-113-HBQ-004	Planta de Coordenadas de Projeto – Limites de Propriedade, Limites dos Platôs
6	DE-6000.67-8000-113-HBQ-005	Planta com Áreas Diferenciadas de Corte e Aterro
7	DE-6000.67-8000-113-HBQ-006	Anel Viário – Projeto Geométrico – Planta
8	DE-6000.67-8000-113-HBQ-007	Anel Viário – Projeto Geométrico – Perfil Longitudinal
8	MD-6000.67-8000-113-HBQ-001	Estudo Conceitual de Terraplenagem

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

No que tange ao Memorial Descritivo que compõe o supracitado Anexo I, intitulado "Projeto Executivo de Terraplenagem e Drenagem", ressalta-se que este consiste em um documento orientativo para a elaboração do referido projeto, conforme objetivo descrito em seu item 1.1:

> Este Memorial Descritivo tem por objetivo **fornecer as CONTRATADAS as premissas e condições mínimas necessárias à execução do Projeto de Detalhamento da Terraplenagem e Drenagem (grifo nosso)** da área destinada à implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, no município de Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro.

Consta no referido Memorial Descritivo a listagem dos documentos de referência utilizados e das normas técnicas aplicáveis; a descrição dos serviços a serem desenvolvidos pela empresa contratada para elaboração dos projetos e qualificação mínima de sua equipe; e condições gerais.

Como documentos mínimos a serem apresentados pela empresa contratada, relativos à drenagem do empreendimento, o item 4.15 do Memorial aponta:

- Relatório inicial de análise de consistência do projeto conceitual fornecido pela PETROBRAS, conforme item 2.2;
- Planta de greide, com indicação do plano de cotas, eixos e seções transversais;
- Planta geral de escavação, com indicação das áreas de corte e aterro e locação dos furos de sondagem;
- Planta geral de escoamento geral das águas de chuva, na qual a solução de drenagem deve contemplar a tendência do caminho natural dessas águas;
- Plantas das drenagens definitiva (bacias de drenagem, caminhos de drenagem e drenagens profundas) e provisória dos diversos platôs, com indicação dos caimentos, das canaletas, descidas d'água, escadas de dissipação, especificação dos materiais etc., conforme item 4.17;
- Plantas das seções transversais, com definição dos tipos de tratamento recomendados, e demais características do solo movimentado. Devem ser executadas seções transversais, espaçadas de, no máximo, 20 m, mostrando as cotas naturais do terreno e as cotas de implantação do Complexo, com a indicação dos cortes e aterros;

92

- Plantas de detalhamento dos elementos de drenagem (canaletas, descida d'água, escada de dissipação), com especificação dos materiais, conforme item 4.17;
- Plantas de detalhamento com seções longitudinais e transversais do projeto geométrico e de terraplenagem do anel viário do COMPERJ, incluindo o dimensionamento e detalhamento dos elementos da drenagem provisória/definitiva dessa estrada. Não será necessário a elaboração do projeto de detalhamento das obras de arte;

  (...)
- Memória de cálculo de drenagem, conforme indicado no item 4.17;
- Memória de cálculo do projeto geométrico, de terraplenagem e drenagem provisória/definitiva do anel viário do COMPERJ;
- Especificações técnicas de terraplenagem e drenagem provisória/definitiva para a obra conforme projetos de detalhamento;
- Lista de quantitativos de terraplenagem e drenagem, contendo no mínimo os volumes dos seguintes itens:
  - serviços preliminares de limpeza e remoção da camada vegetal para local apropriado;
  - corte/carga/transporte de material;
  - -Aterro compactado;
  - corte/carga/transporte de material de jazida de empréstimo (caso necessário);
  - carga/descarga de bota-fora (caso necessário);
  - revestimento de taludes com gramíneas da região;
  - elementos de drenagem provisória/definitiva (valetas, descidas d'água, escadas de dissipação etc.);
- Elaboração de cronograma geral e histograma de equipamentos e mão-de-obra direta e indireta para a execução das obras de terraplenagem e drenagem provisória/definitiva;
- Todos os detalhes que interfiram com outros sistemas deverão ser elaborados em conjunto, de foram a estarem perfeitamente harmonizados entre si.

Além disso, especificamente sobre os projetos de drenagem a serem elaborados, lê-se no item 4.17 do documento:

> 4.17. Para a execução dos projetos de Drenagem a CONTRATADA deverá:
>
> - Consolidar os critérios/hipóteses formulados durante os estudos conceituais verificando-se inclusive a adequação da segurança para TR=20 e TR=50;
> - Elaborar modelo do tipo HEC-RAS para avaliação dos níveis altos com recorrência adequada aos estudos e com influência de jusante e contribuições/extravasamentos laterais;
> - Projetar e especificar o controle de níveis de inundação da área do COMPERJ, com a utilização de réguas limnimétricas;
> - Projetar controle das águas de drenagem de superfície e subterrâneas separadamente;
> - Especificar as instalações para controle de níveis d'água na área de inundação e nos corpos receptores principais, rios Macacu e Caceribu;
> - Deverão ser consideradas no projeto as solicitações do Órgão Ambiental Licenciador disponíveis no período de desenvolvimento do contrato.

No entanto, não consta na documentação juntada aos autos do PA n. 171/2019 e encaminhada ao GATE parte dos supracitados documentos, que consistem em componentes fundamentais de um projeto executivo de drenagem, tais como: memorial descritivo e de cálculo, detalhando as premissas, componentes e dados utilizados na concepção do sistema de drenagem projetado para o empreendimento; descrição e dimensionamento das estruturas e dispositivos que compõem esse sistema; descrição e resultados de estudos de modelagem hidrológica e/ou hidráulica realizados; quantitativos, orçamento e cronograma previstos para a execução do projeto. Ou seja, não foram integralmente apresentados documentos com conteúdo equivalente ao indicado nos itens 4.15 e 4.17 do referido Memorial Descritivo (MD-6000.67-8000-113-PEI-001).

Vale destacar que a GEILAM/DIPOS/INEA, em manifestação datada de 21/06/2021[9], mencionou a realização de estudos das bacias de drenagem, dos caminhos de drenagem e das drenagens profundas pela PETROBRAS, porém estes não se encontram entre a documentação encaminhada para análise do GATE. Como indicado no Quadro 1 desta IT, foram apresentadas apenas as plantas relativas a estas temáticas, estando ausentes

[9] Acostada à fl. 81 dos autos do PA n. 171/2019.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

93

os estudos, memoriais de cálculo e demais documentos que fundamentaram a elaboração dos referidos desenhos.

Insta salientar que o Manual de Obras Públicas-Edificações[10], elaborado pela Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio (SEAP), define Projeto Executivo como:

> Conjunto de informações técnicas necessárias e suficientes para a realização do empreendimento, contendo de forma clara, precisa e completa todas as indicações e detalhes construtivos para a perfeita instalação, montagem e execução dos serviços e obras objeto do contrato.

Na mesma direção, extrai-se o seguinte trecho da Orientação Técnica OT-IBR 008/2020[11], elaborada pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas:

> O projeto executivo constitui-se de projeto básico (conforme OT - IBR 001/2006) acrescido de detalhes construtivos necessários e suficientes para a perfeita instalação, montagem e execução dos serviços e obras, elaborado de acordo com as normas técnicas pertinentes e sem alterar o projeto básico, inclusive seus quantitativos, orçamento e cronograma.

Assim, diante da ausência de documentos e informações relevantes, a análise da documentação juntada aos autos do PA n. 171/2019 pela PETROBRAS permitiu constatar que seu conteúdo não apresenta integralidade e nível de detalhamento compatível a um Projeto Executivo de Drenagem. Dessa forma, entende-se que a obrigação descrita no item 5.1.28 da Cláusula Segunda do TAC I do COMPERJ não foi satisfatoriamente atendida do ponto de vista técnico-ambiental, ao contrário do informado pela GEILAM/DIPOS/INEA em manifestação anexa ao Of. INEA/OUVID SEI n. 1464/2020 e reiterado em manifestação datada de 21/06/2021.

[10] Disponível em https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/manual-obras-publicas-edificacoes-praticas-da-seap-manuais/manual_obraspublicas_projeto.pdf/view. Acessado em 30/03/2022.

[11] Disponível em https://www.ibraop.org.br/wp-content/uploads/2021/04/OT_IBR_008_2020_projeto_executivo_26_04_21.pdf. Acessado em 30/03/2022.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

Destaca-se, ainda, que não foi identificado nos autos documento contendo a aprovação do projeto em si, pelo órgão ambiental competente. O INEA manifestou-se apenas acerca do atendimento à obrigação em comento, conforme já mencionado nesta IT.

3. CONCLUSÃO

Com base na análise da documentação encaminhada ao GATE pela 2ª PJTC Núcleo Itaboraí no âmbito PA n. 171/2019, conclui-se que o conteúdo dos documentos juntados aos autos pela PETROBRAS não apresenta integralidade e nível de detalhamento compatível a um Projeto Executivo. Também não foi identificado documento contendo a aprovação do referido projeto pelo órgão ambiental competente.

Além disso, ressalta-se que o material analisado não contempla todo o conteúdo mencionado nos itens 4.15 e 4.17 do Memorial Descritivo (MD-6000.67-8000-113-PEI-001), que indica a documentação a ser apresentada pela empresa contratada para elaboração do "Projeto de Detalhamento da Terraplenagem e Drenagem da área destinada à implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)".

Dessa forma, entende-se que a obrigação descrita no item 5.1.28 da Cláusula Segunda do TAC I do COMPERJ não foi satisfatoriamente atendida do ponto de vista técnico-ambiental.

ALEXANDRE PINGRET
Técnico Pericial - GATE - Núcleo Engenharia
Matr.: 7841

Juliana Martins Bahiense
JULIANA MARTINS BAHIENSE
Técnico Pericial-GATE- Núcleo de Engenharia
Matr.: 7495

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO 94 fls.

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
à(ao) Exmo Promotor de Justiça.
Em 03/06/22
6209326

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 06/06/2022.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ref.: Procedimento Administrativo nº 171/2019 (MPRJ nº 2019.00978821)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Oficie-se o INEA, com cópia da IT nº 523/2022 do GATE,** solicitando que promova a complementação das informações referentes a integralidade e nível de detalhamento compatível a um Projeto Executivo, devendo ainda contemplar todo o conteúdo mencionado nos itens 4.15 e 417 do Memorial Descritivo (MD-6000.67-8000-113-PEI-001), conforme sugerido pela equipe do GATE.

2. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 13 de junho de 2022.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.06.13 13:44:35 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 1312/2022 *Itaboraí*, 15 de junho de 2022.

Ref.: **PA 171/2019 – MPRJ 2019.00978821** *(Favor mencionar na resposta)*

Senhor Ouvidor,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça encaminhar cópia da IT nº 523/2022 do GATE, bem como solicitar que promova a complementação das informações referentes a integralidade e nível de detalhamento compatível a um Projeto Executivo, devendo ainda contemplar todo o conteúdo mencionado nos itens 4.15 e 417 do Memorial Descritivo (MD-6000.67-8000-113-PEI-001), conforme sugerido pela equipe do GATE.. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e da cópia da IT nº 523/2022 do GATE do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Expedido em 01/07/22
Servidor

SENHOR OUVIDOR
OUVIDORIA DO INEA

Avenida Venezuela, nº 110, Saúde - Rio de Janeiro
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 28/06/2022, às 01:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1564179** e o código CRC **6E3FE743**.

Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0005636/2023-38

INTERNO

Nesta data, abro vista do presente procedimento ao Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras.

Itaboraí, 24 de Maio de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0005636/2023-38

DESPACHO DE PRORROGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 171/2019 (MPRJ n. 2019.00978821)

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a *"(...) apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico".*

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o relatório de investigação às fls. 02-v/03, instruído de fls. 04/33-v.

Ofício da Petrobras às fls. 35/36, encaminhando mídia digital de fl. 37, contendo o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções necessárias.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 38/39.

Ofício do INEA às fls. 42/43, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA às fls. 50/50-v, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA às fls. 55/55-v, instruído de fls. 56/60, informando o cumprimento do item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC I com base nos processos administrativos e nos arquivos do setor.

Ofício do INEA à fl. 65, solicitando dilação de prazo.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 29-05-2023 14:23

Ofício da SEAS às fls. 78/78-verso, informando que em relação à condicionante 28, foram encaminhados documentos comprobatórios do adimplemento da obrigação por parte da compromissária, por meio do ofício SEAS/SUBEXEC SEI n. 427. Por fim, a SEAS esclareceu que a GERILAM do INEA realizou a análise técnica.

Informação Técnica do GATE n. 523/2022, concluindo que: *"(...) o conteúdo dos documentos juntados aos autos pela PETROBRAS não apresenta integralidade e nível de detalhamento compatível a um Projeto Executivo. Também não foi identificado documento contendo a aprovação do referido projeto pelo órgão ambiental competente. Além disso, ressalta-se que o material analisado não contempla todo o conteúdo mencionado nos itens 4.15 e 4.17 do Memorial Descritivo (MD-6000.67-8000-113-PEI-001), que indica a documentação a ser apresentada pela empresa contratada para elaboração do "Projeto de Detalhamento da Terraplenagem e Drenagem da área destinada à implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)". Dessa forma, entende-se que a obrigação descrita no item 5.1.28 da Cláusula Segunda do TAC I do COMPERJ não foi satisfatoriamente atendida do ponto de vista técnico – ambiental".*

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 25 dispõe que: "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de um (01) ano, **que poderá ser prorrogado quantas vezes forem necessárias**, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação",* sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)",* nos termos do parágrafo único*;*

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";*

O Promotor de Justiça Titular deste órgão de execução, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste inquérito civil, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1. **Reitere-se o ofício não respondido expedido ao INEA,** com cópia da Informação Técnica do GATE n. 523/2022, solicitando que promova a complementação das informações referentes à integralidade e nível de detalhamento compatível a um projeto executivo, devendo ainda contemplar todo conteúdo mencionado nos itens 4.15 e 4.17 do Memorial Descritivo (MD-6000.67-8000-113-PEI-001), conforme sugerido pela equipe do GATE**;**

2. **Oficie-se à Petrobras,** com cópia da Informação Técnica do GATE n. 523/2022, solicitando que promova a complementação das informações referentes à integralidade e nível de detalhamento compatível a um projeto executivo, devendo ainda contemplar todo conteúdo mencionado nos itens 4.15 e 4.17 do Memorial Descritivo (MD-6000.67-8000-113-PEI-001), conforme sugerido pela equipe do GATE;

3. Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Prazo de prorrogação: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dia(s).

Itaboraí, 29 de Maio de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 488/2023 *Itaboraí*, 27 de abril de 2023.

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os inquéritos civis que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, no total, 299 (duzentos e noventa e nove), conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na planilha, bem como nas promoções de prorrogação de cada procedimento (em anexo), as quais também podem ser consultadas pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 27/04/2023, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2337100** e o código CRC **2281C744**.

Ofício nº 744/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00578990
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005636/2023-38
Investigado(s): ESTADO DO RIO DE JANEIRO, INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Assunto: PA 171/2019 - MPRJ 201900978821.
Destinatário: OUVIDORIA DO INEA.
E-mail: protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Ouvidor,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a "(...) apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça, em reiteração aos termos do Ofício 2ª PJTC nº 1312/2022, encaminhar cópia da Informação Técnica do GATE, solicitando que promova a complementação das informações referentes à integralidade e nível de detalhamento compatível a um projeto executivo, devendo ainda contemplar todo conteúdo mencionado nos itens 4.15 e 4.17

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 15-06-2023 11:23

do Memorial Descritivo (MD-6000.67- 8000-113-PEI-001), conforme sugerido pela equipe do GATE. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta.

Seguem anexas cópias da portaria de instauração, do relatório inicial de investigação e da informação Técnica do GATE n. 523/2022 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 15 de junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 745/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00579024
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005636/2023-38
Investigado(s): ESTADO DO RIO DE JANEIRO, INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Assunto: PA 171/2019 - MPRJ 201900978821.
Destinatário: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
E-mail: contenciosopetrobras@petrobras.com.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Gerente-Geral,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a "(...) apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça, encaminhando cópia da Informação Técnica do GATE n. 523/2022, solicitar que promova a complementação das informações referentes à integralidade e nível de detalhamento compatível a um projeto executivo, devendo ainda contemplar todo conteúdo mencionado nos itens 4.15 e 4.17 do Memorial Descritivo (MD-6000.67-8000-

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 15-06-2023 11:23

113-PEI-001), conforme sugerido pela equipe do GATE. Fixa-se prazo de 30 (trinta) dias para a resposta.

Seguem anexas cópias da portaria de instauração, do relatório inicial de investigação e da Informação Técnica do GATE n. 523/2022 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 15 de junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005636/2023-38
Documento id. 00641390

INTERNO

Em 20/06/2023, procedi à expedição dos ofícios 744 e 745/2023, via e-mail.

Itaboraí, 04 de agosto de 2023

CRISTINA ALFRADIQUE ETCHARTE
Servidor(a) - Mat. 8002277

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005636/2023-38
Documento id. 00954742

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 171/2019 – (MPRJ 2019.00978821)

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Reiterem-se** os ofícios não respondidos;

2. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 11 de setembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 11-09-2023 17:06

ENC: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Fabiana De Aquino Azedias <fabiana.azedias@mprj.mp.br>
Sex, 15/09/2023 17:50
Para:Cristina Alfradique Etcharte <cgalfradique@mprj.mp.br>

4 anexos (5 MB)
PLANILHA PA COMPERJ TAC I TIMBRADO.pdf; PLANILHA PA COMPERJ TIMBRADO TAC II (1).pdf; PROMOÇÃO COM REGISTRO DE REUNIÃO.pdf; Promoção - Ref. E-mail da Águas do Rio solicitando cópias dos Processos Administrativos - TAC COMPERJ I E II pedido de cópia .pdf - assinado.pdf;

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de agosto de 2023 15:43
Para: Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>
Cc: Fabiana De Aquino Azedias <fabiana.azedias@mprj.mp.br>
Assunto: ENC: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Dr. Tiago, boa tarde,

Segue abaixo pedido de cópia feito por Águas do Rio, solicitando cópia integral dos PA's do COMPERJ.
Podemos solicitar a atualização do portal RAP e informar que todos os procedimentos estão disponíveis para acompanhamento no referido portal?

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: Julia Pinheiro da Silva <julia.psilva@aguasdorio.com.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de agosto de 2023 14:44
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Cc: Marcelo de Pontes Cavaco <marcelo.cavaco@aguasdorio.com.br>
Assunto: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Prezados,

Em nome da Águas do Rio gostaria de receber informações quanto ao procedimento de obtenção das cópias dos processos administrativos listados nos anexos. Tratam-se de procedimentos instaurados por este Ministério Público para acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC COMPERJ I e II pela Petrobrás. A Águas do Rio já foi autorizada receber as referidas cópias conforme promoção em anexo.

Obrigada desde já, abraços.

Att.;

Júlia Pinheiro da Silva
Assistente Jurídico
+55 21 97155-0129
Av. Rodrigues Alves / Armazén 2 - Saúde
Rio de Janeiro/RJ
CEP 20081-250
http://www.aguasdorio.com.br

Ref.: E-mail da Águas do Rio solicitando cópias dos Processos Administrativos - TAC COMPERJ I E II

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Juntar** cópia da presente promoção e do e-mail em anexo aos Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II;

2. **Defiro** o pedido de cópia integral dos Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II, **com exceção dos procedimentos que forem sigilosos**, com as cautelas de estilo;

3. Não incidirá a cobrança pelo fornecimento de cópias digitais de documentos, processos ou procedimentos quando eles já estiverem em suporte digital e quando a entrega do material solicitado puder ser realizada por correio eletrônico ou por mera gravação no dispositivo de armazenamento disponibilizado pelo solicitante, conforme art. 5º, § 3º da Resolução GPGJ nº 2365/2020. **Proceda-se** a entrega virtual integral do Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II, **com exceção dos procedimentos que forem sigilosos**, digitalizado, conforme solicitado.

Itaboraí, 15 de setembro de 2023.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2023.09.15 17:49:15 -03'00'

Ofício nº 1748/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00962692
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005636/2023-38
Investigado(s): ESTADO DO RIO DE JANEIRO, INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Assunto: PA 171/2019 - MPRJ 201900978821
Destinatário: OUVIDORIA DO INEA
E-mail: protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Ouvidor,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a "(...) apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça, em reiteração aos termos do Ofício 2ª PJTC nº 744/2023 e 1312/2022, encaminhar cópia da Informação Técnica do GATE, solicitando que promova a complementação das informações referentes à integralidade e nível de detalhamento compatível a um projeto executivo, devendo ainda contemplar todo conteúdo

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 27-09-2023 11:19

mencionado nos itens 4.15 e 4.17 do Memorial Descritivo (MD-6000.67- 8000-113-PEI-001), conforme sugerido pela equipe do GATE. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta.

Seguem anexas cópias da portaria de instauração, do relatório inicial de investigação e da informação Técnica do GATE n. 523/2022 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 27 de setembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 1749/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00962697
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005636/2023-38
Investigado(s): ESTADO DO RIO DE JANEIRO, INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Assunto: PA 171/2019 - MPRJ 201900978821.
Destinatário: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
E-mail: contenciosopetrobras@petrobras.com.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Gerente-Geral,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a "(...) apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça, em reiteração aos termos do Ofício 2ª PJTC nº 745/2023, encaminhar cópia da Informação Técnica do GATE n. 523/2022, solicitando que promova a complementação das informações referentes à integralidade e nível de detalhamento compatível a um projeto executivo, devendo ainda contemplar todo conteúdo mencionado nos itens 4.15

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 27-09-2023 11:19

e 4.17 do Memorial Descritivo (MD-6000.67-8000-113-PEI-001), conforme sugerido pela equipe do GATE. Fixa-se prazo de 30 (trinta) dias para a resposta.

Seguem anexas cópias da portaria de instauração, do relatório inicial de investigação e da Informação Técnica do GATE n. 523/2022 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 27 de setembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005636/2023-38
Documento id. 01079913

Documentos enviados em 09 de outubro de 2023:
Ofício 1748/2023-2PJTCOITB
Ofício 1749/2023-2PJTCOITB

INTERNO

Via e-mail.

Itaboraí, 10 de outubro de 2023

CRISTINA ALFRADIQUE ETCHARTE
Servidor(a) - Mat. 8002277

PETROBRAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

TAC do COMPERJ – Resposta ao Ofício 2ª PJTC 745-2023
Referência: ACP nº 0009919-12.2018.8.19.0023
Procedimento Administrativo – PA 171-2019

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, devidamente qualificada na ação civil pública acima indicada, **respeitosamente,** vem por meio da presente vem responder ao Ofício 2ª PJTC 745-2023, por meio do qual encaminhou a IT 523/2022, relativos ao cumprimento das obrigações constantes do TAC do COMPERJ, da cláusula segunda, item 5.1.28, que assim estabelece:

"DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS

> **CLÁUSULA SEGUNDA:** Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a promover as obrigações de fazer e de pagar abaixo especificadas e a apresentar no bojo do processo de licenciamento ambiental e nos autos da presente ação civil pública ao MP e a este Juízo, o que segue, nos prazos constantes do Cronograma de Execução das Ações, que é o ANEXO 1, parte integrante do presente instrumento.
>
> (...)
>
> 5.1.28) **Em relação à condicionante 28** – Apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

1. Constatamos efetivamente que o envio do Projeto, por meio de CD conforme petição (Anexo I), foi equivocado, eis que não fora enviado o Projeto Executivo, mas sim o Projeto Básico, por um lapso.

2. Desse modo, estamos atendendo às solicitações corretas e adequadas do GATE constantes da IT 523/2023, razão pela qual segue o Memorial Descritovo – MD-6000.67-8000-940-HBQ-401 e seus anexos, os quais perfazem o Projeto Executivo de Terraplenagem e Drenagem (Anexo II em CD).

3. Por oportuno, considerando que referido Projeto Executivo foram apresentados ao INEA, em 11/11/2010 e que este, após emitiu a LI IN021327, em

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. General Canabarro, 500, 12º andar, Maracanã, Rio de Janeiro
contenciosopetrobras@petrobras.com.

APRJDECOM 20230068107 130723 15:34:36

05/11/2012, tendo analisado expressamente o mesmo no âmbito do item 2 do Parecer Técnico da Renovação da Licença 41/12 (Anexo III), verifica-se que o órgão ambiental aprovou o referido projeto.

Diante do exposto, a partir dos complementos e esclarecimentos apresentados, acompanhados do CD em anexo, estando cumprida a obrigação, a Requerente requer o arquivamento do procedimento administrativo em epígrafe.

Aguarda deferimento.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 2023.

MARGARETH MICHELS BILHALVA:67533892020

Assinado de forma digital por MARGARETH MICHELS BILHALVA:67533892020
Dados: 2023.07.12 09:18:25 -03'00'

Margareth Michels Bilhalva
OAB nº 171.623

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. General Canabarro, 500, 12º andar, Maracanã, Rio de Janeiro
contenciosopetrobras@petrobras.com.

PETROBRAS	NOTA EXPLICATIVA - OBRIGAÇÕES DO TAC	Nº RL-5400.00-0000-000-PHN-003
	INFORMAÇÕES DE ATENDIMENTO DO TAC REFERENTE A ACP Nº 9919-12.2018.819.0023 E NÚMERO DE PROCESSO NO INEA E-07/026.228/2019	

ITEM DO TAC:	OBRIGAÇÃO:
5.1.28	*Em relação à condicionante 28 – Apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.*

LICENÇA REFERÊNCIA:	PRAZO DE ATENDIMENTO:	STATUS DE ATENDIMENTO:
Licença Prévia FE013990 (AVB000621) - Comperj		ATENDIDO

INFORMAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO DA OBRIGAÇÃO:

Em resposta à IT nº 523/2023 do GATE, encaminhada por meio do Ofício 2º PJTC 745/2023, referente ao PA nº 171/2019, do MPRJ e à Obrigação 5.1.28 do TAC 1, enviamos os seguintes esclarecimentos:

A Petrobras protocolou em 11/09/2019 um CD, de mídia, contendo o documento Memorial Descritivo - MD-6000.67-8000-113-PEI-001 e respectivos desenhos referentes ao sistema de drenagem em atendimento à Obrigação 5.1.28 (Protocolo – Anexo I), junto ao MPE-RJ. Este Memorial Descritivo, naquela época, era o Projeto Básico para contratação de empresa que iria realizar o Projeto Executivo, datava de 2007 e foi encaminhado por equívoco, ao invés de ter ido o Memorial Descritivo do Projeto Executivo.

Com efeito, em atendimento às solicitações de documentação complementar da IT nº 523/2023 do GATE, a Petrobras encaminha agora o Memorial Descritivo - MD-6000.67-8000-940-HBQ-401 e anexos do Projeto Executivo de Terraplenagem e Drenagem (os quais compõem o Anexo II).

A Petrobras esclarece ainda que estes documentos foram instruídos no processo administrativo da Licença de Instalação - LI da Urbanização do Comperj (E-07/200.764/2008), em 11/11/2010, quando do pedido de renovação da LI da Urbanização Nº FE014032. Após análise e aprovação dos documentos apresentadas no processo, o órgão ambiental renovou a Licença de Instalação, emitindo a LI Nº IN021327 em 05/11/2012, conforme consta no item 2 do Parecer Técnico de Renovação de Licença de Instalação Nº 41/12 (Anexo III), o que denota sua aprovação.

Nessa linha, entende a Petrobras que a obrigação 5.1.28 do TAC 1 está então devidamente cumprida e requer o arquivamento do PA 171/2019, após a devida análise e aprovação pelo GATE.

DESCRIÇÃO DAS EVIDÊNCIAS DISPONIBILIZADAS:	
Anexo I – Protocolo do atendimento da Obrigação 5.1.28 de 11_09_2019; Anexo II – MD-6000.67-8000-940-HBQ-401 e anexos do Projeto Executivo de Terraplenagem e Drenagem Anexo III - Parecer Técnico de Renovação de Licença de Instalação Nº 41-12.	
DATA	13/07/2023

ANEXO 01

PETROBRAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

CÓPIA

Referência: ACP nº 0009919-12.2018.8.19.0023
Processo nº: E-07/026.228/2019

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, devidamente qualificada na ação civil pública acima indicada, vem por meio da presente comprovar o cumprimento das seguintes obrigações ajustadas no bojo do Termo de Ajustamento de Contas celebrado em 09 de agosto de 2019:

OBRIGAÇÕES _ Prazo de atendimento 30 Dias

5.1.1) Em relação à condicionante 6.9 – Apresentar o Projeto da estrada de acesso interna que ligará a área à RJ-116, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.
5.1.2) Em relação à condicionante 6.16 – Apresentar o Plano Logístico de Transporte, contemplando o transporte de material e de pessoal e medidas para a minimização dos impactos a serem gerados no tráfego, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.
5.1.3) Em relação à condicionante 6.17 – Apresentar o Inventário, incluindo registro fotográfico, das vias principais, secundárias e marginais que foram utilizadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.
5.1.4) Em relação à condicionante 6.20 – Apresentar o estudo de projeções populacionais apresentado no Anexo 2 da Parte 1 – Atendimento às Condições de Validade da LP no PBA, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.
5.1.6) Em relação à condicionante 7.9: (i) Apresentar o Estudo Regional de Caracterização Hidrogeológica e Determinação de Fluxos de Água Subterrânea, já realizado, em 30 dias, contados da homologação do TAC, em CD eletrônico;
5.1.7) Em relação à condicionante 7.11 – (i) Apresentar ao MPRJ o Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macro Drenagem (MD-6000.67-8000-113-HBQ-001) e no Desenho (DE-6000.67-8000-182-HBQ-

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental

004) que contempla o levantamento detalhado de áreas susceptíveis a inundações e áreas encharcadas, com as soluções propostas para a viabilização das construções e utilização da área, em 30 dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.8) Em relação à condicionante 7.12 – (i) Apresentar os estudos geológicos da região (capítulo 4.2.3 do EIA/RIMA), no qual está anexo o mapa de erodibilidade da região da Área de Influência Direta (anexo 5_Erodibilidade_AID); levantamento geotécnico do terreno consta do Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macro Drenagem (MD-6000.67-8000-113-HBQ-001) e desenhos DE- 6000.67-8000-114-HBQ-001 à 009, que contemplam as investigações geotécnicas citadas no referido Estudo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

5.1.9) Em relação à condicionante 8.1 – (i) Apresentar o Programa de Monitoramento de Qualidade da Água no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico;

5.1.10) Em relação à condicionante 8.3 – Apresentar o Programa de monitoramento da biota aquática, os relatórios de acompanhamento com conclusões técnicas de avaliação dos parâmetros dos monitoramentos da Biota Aquática já realizados, em de acordo com a condicionante 23 da LI IN021327, em 30 dias da homologação do TAC, em CD eletrônico;

5.1.12 (a) Em relação à condicionante 8.5 – Apresentar o Plano de monitoramento da biota terrestre, os relatórios de acompanhamento já realizados no prazo de 30 dias de a homologação do TAC em CD eletrônico;

5.1.21) Em relação à condicionante 14 – Apresentar o contrato com o SENAI para prestação de serviços técnicos especializados para realização de eventos de sensibilização e capacitação para habilitação de empresas para prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos e fornecimento de areia, em atendimento a parceria institucional tendo em vista a inovação tecnológica pró-ambiental (Tecnologias Limpas) com foco nas micro e pequenas, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.22) Em relação à condicionante 15 – Apresentar os relatórios, o convênio, as fotos e dados da operação da Rede Hidrometeorológica contendo estações pluviométricas, fluviométricas e meteorológicas, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.27) Em relação à condicionante 27- Apresentar ao MPRJ as Autorizações e Outorgas obtidas até o momento relacionadas à captação de água, no prazo de atendimento de 30 (trinta) dias contados a partir da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.28) Em relação à condicionante 28- Apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.30) Em relação à condicionante 30.2- Apresentar comprovantes de Pagamento, Carta e Publicação no DOERJ do TC do Parque Águas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. República do Chile, 65, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro - CEP 20031-912
Telefones: (021) 32249399 /32240346 e FAX: 3224-8149
contenciosopetrobras@petrobras.com.

5.5.8) Em relação à condicionante 34- Apresentar comprovação no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação do TAC em CD eletrônico de contratação de profissional habilitado para supervisionar trabalhos de supressão de vegetação.
5.7.6 e 5.7.7– Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61: Comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.
REPORTE DO ITEM DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL
5.1.11.2) De forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021.

A fim de atestar o devido cumprimento no prazo acordado de 30 dias, estão sendo enviados 18 CD's (em nove envelopes) devidamente identificados e individualizados para cada obrigação.

Nestes Termos,
Pede juntada

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2019.

Cristina Maia de Melo Porto
OAB nº 118.205

Fabiani Oliveira de Medeiros
OAB/ 120.748

Margareth Michels Bilhalva
OAB/RJ 171.623

ANEXO 02

MPRJ - Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Protocolo MPRJ 2023.00668107

GECOM 13/07/2023
Req.: PETRÓLEO BRASILEIRO S A - PETROBRAS

Det.: REF TAC COMPERJ - PA 171/2019 MPRJ 2019.00978821 ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 ITEM 5.1.28 DA CLÁUSULA SEGUNDA DO TAC EM RESPOTA AO OFÍCIO (MD)

Volume: 1/1 000000

PETROBRAS

COMPERJ

Atendimento ao Ofício 2º PJTCOITB Nº 745/2023
(MPRJ- ACP Nº 9919-12.2018.8.19.0023
PA -174/2019 _2019.00978821

Rio de Janeiro/RJ
Julho de 2023

ANEXO 03

inea instituto estadual do ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo: E-07/200764/08
Data: 19/03/2008 Fl.
Rubrica:

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DILAM
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS AMBIENTAIS - CEAM
PARECER TÉCNICO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 41/12 **fl:**1/26

REQUERENTE: PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
TIPO DE EMPREENDIMENTO: Implantação da Infraestrutura para a Urbanização do COMPERJ.
ENDEREÇO: FAZENDA MACACU
DISTRITO: PORTO DAS CAIXAS / SAMBAETIBA **MUNICÍPIO: ITABORAÍ**
CNPJ: 33.000.167/0001-01

1. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE A SER LICENCIADA 2
2. CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE/EMPREENDIMENTO 2
3. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA ATIVIDADE E SEU ENTORNO 6
4. IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPACTOS E MEDIDAS MITIGADORAS 9
5. IDENTIFICAÇÃO DE RISCO 13
6. INFORMAÇÕES ADICIONAIS 13
7. AVALIAÇÃO E CONCLUSÃO 21
8. CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA 21
9. PRAZO DE VALIDADE 26

REQUERENTE: PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
TIPO DE EMPREENDIMENTO: Implantação da Infraestrutura para a Urbanização do COMPERJ.
ENDEREÇO: FAZENDA MACACU
DISTRITO: PORTO DAS CAIXAS / SAMBAETIBA MUNICÍPIO: ITABORAÍ
CNPJ: 33.000.167/0001-01

1. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE A SER LICENCIADA

Trata-se de solicitação de **renovação de Licença de Instalação para Implantação da Infraestrutura de Urbanização do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, que contempla as obras de terraplenagem, drenagem, anel viário, canteiro de obras referente a esta etapa, instalações de segurança patrimonial e Centro Integrado de Segurança e Centro de Informação,** localizado no município de ITABORAÍ - RJ, sob a responsabilidade da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS.
Conforme Resoluções INEA nº. 52 (19/03/12), nº. 53 (27/03/12) e nº. 48 (12/01/12) a atividade (código 33.11.99 - fls. 1.399, volume III) é enquadrada, respectivamente, como de PPIM (potencial poluidor/impacto) insignificante/CE007; porte excepcional/potencial poluidor baixo e classe 4C (médio impacto).

2. CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE/EMPREENDIMENTO

O projeto de urbanização desenvolvido, aprovado e que vem sendo executado tem o seguinte escopo:

- Terraplanagem e Drenagem;
- Instalações de Segurança Patrimonial;
- Execução de parte do canteiro denominado Empreiterópolis, incluindo as instalações da Petrobras, as redes de água e elétrica provisórias e telecomunicações;
- Execução do Centro de Informações do COMPERJ.

2.1 Terraplanagem e Drenagem

Em relação à terraplanagem e à drenagem foi prevista a execução de platôs ente as cotas 8,00 e 20,00 metros, onde serão instalados os canteiros, bem como as unidades industriais, que serão atendidas por um anel rodoviário para acesso aos diversos greides.

As principais fases desta intervenção são: implantação das poligonais topográficas de projeto, limpeza da área, terraplanagem dos platôs, execução da drenagem provisória e execução das obras de arte especiais.

A ordem de grandeza dos volumes envolvidos na movimentação de terra, incluindo cortes, aterros e empréstimos será de 46,5 milhões de m^3 com fornecimento de 3,6 milhões de m^3 de areia e 173 mil m^3 de brita.

Em relação ao Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, em uma área total de 12 km^2, há que se ressaltar a necessária adoção de medidas visando os seguintes objetivos:

- recompor o relevo;
- implantar cobertura vegetal nas áreas degradadas;

- conservação e proteção da fauna;
- promover a estabilização dos terrenos;
- recuperar as áreas que serão utilizadas como acessos provisórios, canteiros, bacias de contenção, taludes de cortes, saias de aterro e jazidas de empréstimo de areia;
- recompor e proteger as áreas onde os horizontes fiquem expostos;
- recuperar estradas de acesso;
- promover equilíbrio dinâmico entre solo/água/planta.

É importante que o solo seja removido, estocado e protegido mediante plantio de leguminosas herbáceas fixadoras de nitrogênio, elevando a fertilidade e melhorando as condições físico-químicas das áreas a serem recuperadas, considerando empréstimo de areia, corte e aterro. Em relação à recuperação dos acessos deve-se evitar carreamento de sólidos, implantar caixas de passagem e redutores de energia potencial para a água, evitando o sulcamento.

Ainda, evitando a degradação das áreas se faz necessário cuidado nas etapas de escavação, nivelamento e reaterro, tomando-se cuidados especiais nas áreas adjacentes às áreas concretadas. Nas áreas estáveis deve-se proceder ao enleivamento mediante preparação, extração e plantio em leivas.

A recomposição vegetal deve levar em conta as características individuais de cada local, podendo ser manual com plantio de grama em placas ou hidrossemeadura, particularmente, utilizável em taludes íngremes, valas ou solos nus suscetíveis à erosão.

A areia a ser utilizada será proveniente de locais licenciados, tais como: Areais Norte (LO Nº. FE014796, válida até 08/09/13, para realizar a atividade de extração de areia em área de 46,90 hectares, e LO Nº. IN002071, válida até 28/06/13, para realizar a atividade de extração de areia em área de 17,70 hectares) e Área Sul (LO Nº. IN001377, válida até 22/02/13, para realizar a atividade de extração de areia em dois módulos extrativistas de 17,40 hectares - Área A e 29,50 hectares - Área B). Todas essas licenças encontram-se em nome da PETROBRAS.

Os locais previstos para o bota-fora de solo mole são localizados junto ao anel viário. Com respeito à logística de transporte da areia, segundo a Petrobrás, poderão vir a ser utilizados dutos *booster* e vias alternativas à malha viária existente.

O canteiro central conta com vestiários e restaurante compatíveis para uma população de 2.500 pessoas. Os canteiros de apoio móveis são utilizados acompanhando a movimentação das principais frentes de trabalho. O transporte de pessoal entre os canteiros é feito através de veículos fechados.

FONTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O COMPERJ é abastecido por meio de adutora da CEDAE localizada em Porto das Caixas - Itaboraí/RJ.

O abastecimento para os canteiros móveis é executado através de caminhões pipa considerando a população local.

Os sanitários utilizados nos canteiros móveis e nas frentes de trabalho são do tipo químico (atualmente 15). Os vestiários de canteiro central são utilizados no início e fim de cada jornada de trabalho.

As refeições são preparadas no canteiro central sendo encaminhadas, quando aplicável, aos canteiros de apoio móveis, onde há ambientes adequados ao consumo de quentinhas.

O abastecimento dos veículos e máquinas envolvidos na obra de terraplanagem e drenagem, no momento, é executado por caminhões distribuidores, diretamente nas frentes de trabalho.

Com relação à drenagem foram previstas a execução de 10 (dez) bacias de contenção destinadas a evitar o carreamento de materiais sólidos para os rios Macacu e Caceribu. Até a presente data já foram implantadas 9 (nove) das 10 previstas.

A execução do platô de localização do canteiro de obras dentro de Empreiterópolis, como definido a princípio, tornou-se inviável, decorrente da intensa movimentação de terra. Optou-se, dessa forma, pela implantação do canteiro em local alternativo, fora da área de Empreiterópolis, em função do baixo impacto ambiental e sem movimentação de terra.

O plano de investigação geotécnica consistiu em um programa de sondagens à percussão e mistas, além de ensaios de caracterização, limites, palhetas, cones, adensamento e triaxiais, visando definir os perfis atravessados do terreno, classificando os bolsões de argila mole, passíveis de remoção, além de fixar os greides de terraplanagem e os volumes de corte e aterro envolvidos.

Para a conceituação da macrodrenagem a área do COMPERJ foi dividida em diversas sub-bacias de forma a promover uma melhor caracterização das contribuições aos rios Macacu e Caceribu. Acompanhando a drenagem natural do terreno foram projetados drenos coletores de modo a propiciar a coleta das águas infiltradas na plataforma e oriundas do subsolo, reduzindo o material erodido e depositando nas respectivas bacias de contenção, permitindo captar todas as fontes de água que venham a ocorrer durante os trabalhos de preparo das fundações.

2.2 Instalações de Segurança Patrimonial

Em relação às instalações de segurança patrimonial o projeto encontra-se dividido em 03 (três) situações distintas constituídas por: 13 (treze) guaritas de vigilância, gradil de fechamento da área das instalações e cerca de alambrado delimitando o empreendimento.

O projeto conta ainda, na fase de execução, com 03 (três) portarias provisórias, abastecimento de água por caminhão pipa, utilização de banheiros químicos e caixa de acúmulo sendo o efluente recolhido por caminhão a vácuo e destinado para ETE extramuros licenciada. O fornecimento de energia elétrica é realizado pela rede da concessionária local.

2.3 Execução de parte do canteiro denominado Empreiterópolis

Durante a fase de urbanização será executado parte do Empreiterópolis, incluindo as instalações da Petrobras, a rede de água provisória, a rede elétrica provisória e as instalações correspondentes de telecomunicações.

O Empreiterópolis contará com oficinas, ferragens, ferramentarias, área coberta e descoberta para depósito, sala para fiscalização, sala de ar condicionado, vestiários e sanitários masculinos, femininos e fumódromo, com uma área de 220.000 m^2.

Foram implantados 04 prédios administrativos com capacidade para 250 pessoas cada, 01 restaurante com loja de conveniência, 01 centro médico, 01 centro de treinamento e 01 auditório, que vêm sendo utilizados para a construção da Unidade Petroquímica Básica (UPB).

Nestas instalações, atualmente, o abastecimento de água vem sendo feito por rede de água provisória, que será desmontada após a conclusão da implantação do empreendimento. O tratamento de efluentes sanitários é realizado através de uma ETE modular dimensionada, inicialmente, para uma população de 1.250 pessoas, podendo ser acrescida, conforme necessidade, de mais 02 módulos para atendimento do número total de contribuintes, que será de 2.500 pessoas.

Os efluentes de vasos, mictórios, cozinhas, copas e refeitórios são destinados à unidade de tratamento supracitada podendo, posteriormente, ser reaproveitada para consumo industrial e complemento de água de reuso. Os efluentes dos prédios de fiscalização (Empreiterópolis) são encaminhados para a ETE, que também tem seu efluente tratado podendo ser aproveitado para umidificação das ruas e compactação dos aterros.

Os resíduos sólidos são coletados por empresas licenciadas e encaminhados para locais licenciados pelo INEA.

2.4 Execução do Centro de Informações do COMPERJ

O Centro de Informações receberá o público em geral, bem como pesquisadores, empresas e governos para acesso às informações pertinentes ao empreendimento.

O projeto prevê uma edificação capaz de receber, reunir, organizar e permitir o conhecimento e a divulgação de documentos e informações relacionadas à história do empreendimento que se inicia e também ao sítio onde vem sendo implantado, com capacidade de receber 200 visitantes/dia no interior e 400 visitantes/dia na área externa, simultaneamente, operando com 20 funcionários e coleta seletiva de lixo.

Como em outras unidades, o abastecimento de água será feito, inicialmente, por caminhões pipa; os efluentes sanitários serão encaminhados para a ETE que atenderá às empresas construtoras e os prédios de fiscalização (Empreiterópolis).

QUADRO DE ÁREAS

Área total do empreendimento	45 km^2
Área total do canteiro	11,1 km^2
Área da Empreiterópolis	130.000 m^2

3. CARACTERÍZAÇÃO DO LOCAL DA ATIVIDADE E SEU ENTORNO

3.1 Unidades de Conservação

A área do canteiro de obras localiza-se ao norte do Município de Itaboraí, no espigão divisor de águas das bacias dos rios Macacu e Caceribu.
No sentido norte, a partir de Itaboraí, estão os distritos de Porto das Caixas e Sambaetiba, que distam entre 2 e 3 km da área destinada à futura planta industrial. Estas aglomerações estão nas franjas urbanas, a partir das quais muda a forma de ocupação de urbano para rural, com padrão fundiário caracterizado por pequenas propriedades destinadas ao lazer (sítios ou chácaras de recreio) e fazendas.

O uso da terra predominante é a pastagem destinada à criação de gado de forma extensiva, de baixa produtividade. As áreas cultivadas se restringem principalmente a pequenas lavouras de laranja, limão, tangerina, côco-da-baía, milho e mandioca, perfazendo um total de 552 hectares, o que representa 1,3% do território do Município. As áreas de vegetação arbórea restringem-se a pequenas manchas de matas secundárias, especialmente encontradas em topos de morros e encostas de maior declividade do relevo.

Especificamente, as áreas de interesse para o empreendimento apresentam uma estrutura fundiária composta de fazendas e sítios com ampla predominância de pastagens de baixo aproveitamento, não havendo restrições quanto às atuais condições de uso da terra.

Entretanto, no entorno do local do empreendimento encontram-se grandes áreas do Bioma Mata Atlântica em excelente estado de conservação, como as florestas que ocupam as encostas da Serra do Mar naquela região. Nas proximidades estão os manguezais da Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim e a Estação Ecológica da Guanabara, unidades de conservação destinadas a preservar os últimos manguezais da Baía de Guanabara, que em alguns trechos, ainda encontram-se intocados pelo homem desde a época do descobrimento.

3.1 Unidades de Conservação

No entorno do COMPERJ encontram-se 42 Unidades de Conservação, sendo que 33 estão na Área de Influência Indireta (AII) - distam mais de 20 km do empreendimento - e, segundo o estudo, não sofrerão impactos significativos.

- Estação Ecológica da Guanabara (Proteção Integral): sob administração federal/ICMBio, foi criada para preservar os remanescentes de manguezal da Baía de Guanabara. Está inserida na APA de Guapimirim e faz parte do "Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense". Dista 16,65 km da área do empreendimento.
- Estação Ecológica Estadual do Paraíso (Proteção Integral): sob gestão do INEA. Abrange os municípios de Teresópolis, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim. Faz parte do "Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense". Tem como objetivos proteger remanescentes de Floresta Atlântica e assegurar a manutenção de mananciais hídricos. Dista 16,46 km da área do empreendimento.
- Parque Estadual dos Três Picos (Proteção Integral): sob gestão do INEA; é a maior unidade de conservação ambiental do grupo de proteção integral do Rio de Janeiro. Foi criado para preservar extensa porção de matas em excelente estado de conservação na Região Serrana do estado (Corredor da Serra do Mar). Abrange os municípios de Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Teresópolis, Silva Jardim e Guapimirim. Dista 19,90 km da área do empreendimento.
- APA da Bacia do Rio Macacu (Uso Sustentável): sob gestão do INEA; visa proteger e preservar a Bacia do Rio Macacu e de seu principal afluente, o rio Guapiaçu. Participa do "Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense". Tanto a Área Diretamente Afetada (ADA) quanto a AID (Área de Influência Direta) estão sobre parte desta APA.
- APA Municipal Guapi-Guapiaçu (Uso Sustentável): sob administração do município de Guapimirim, foi criada para preservar parte da bacia hidrográfica do rio Guapiaçu. Participa

do "Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense" e faz limite com as APAs de Guapimirim e de Petrópolis e com a Estação Ecológica do Paraíso. Localiza-se adjacente à ADA.

- APA Guapimirim (Uso Sustentável): sob administração federal/ICMBio, foi criada para proteger os manguezais que ocupam a faixa costeira dos municípios de Guapimirim, Itaboraí, Magé e São Gonçalo. Dista 12,08 km da área do empreendimento e faz parte do "Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense".
- APA Petrópolis (Uso Sustentável): sob administração Federal/ICMBio, esta APA abrange os municípios de Petrópolis, Magé e Duque de Caxias. Participa do "Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense" e dista 17, 58 km da área do empreendimento.
- ARIE da Baía de Guanabara (Uso Sustentável): dista cerca de 19,30 km da área do empreendimento, atingindo parte significativa da área de influência do Complexo Petroquímico.

3.2 Áreas de Preservação Permanente e outras áreas frágeis (áreas florestadas, lagos, nascentes, morros)

As áreas de preservação permanente restringem-se às Faixas Marginais de Proteção (FMPs) dos rios Caceribu e Macacu cujas calhas atingem 50 metros de largura e possuem dimensões de 100 metros. As FMPs dos rios internos, que não sofrerem interseção com as obras, possuirão dimensões de 30 metros, uma vez que possuem largura máxima de 10 metros.

3.3 Usos do solo na circunvizinhança e zoneamento municipal

Foi apresentada Certidão de Zoneamento emitida pela Prefeitura Municipal de Itaboraí, informando que a área pretendida para a instalação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ está inserida na Zona Estritamente Industrial (ZEI), não havendo restrição para a tipologia solicitada.

O empreendedor apresentou cópia do Decreto datado de 13 de junho de 2006, onde a área é declarada de Utilidade Pública para fins de desapropriação em favor da Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A.
As áreas no entorno do local pretendido para implantação do complexo petroquímico tem como vizinhança propriedades rurais dedicadas à criação de gado.

3.4 Qualidade do ar e bacia aérea

A área está localizada na sub-região IV.

4. - IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPACTOS E MEDIDAS MITIGADORAS

4.1 Alteração da qualidade do ar

Fonte: Emissões gasosas e material particulado

- Emissão de material particulado proveniente das operações de terraplenagem e do tráfego interno e externo: ficarão restritos à área interna;
- Emissão de material particulado e gases de combustão proveniente dos veículos, máquinas e equipamento: ficarão restritos à área interna;
- Emissão de fumos metálicos proveniente das operações de solda: ficarão restritos à área interna;
- Odores característicos da operação do sistema de tratamento de esgoto: ficarão restritos aos limites do local onde está implantado.

Para os impactos com emissão de material particulado e gases de combustão proveniente dos veículos e equipamentos foram previstos, respectivamente, umidificação das vias de acesso e regulagem dos motores dos veículos e equipamentos utilizados.

4.2 Contaminação dos corpos d'água

Fonte: Efluentes Líquidos

O efluente sanitário do setor de Instalações de Segurança Patrimonial para atendimento das portarias provisórias de acesso à Empreiterópolis é direcionado para caixa de acúmulo sendo recolhido por caminhão a vácuo e destinado para ETE extramuros licenciada.

Os efluentes sanitários de parte do canteiro denominado Empreiterópolis e das instalações da Petrobras, constituídas por 04 prédios administrativos com capacidade para 250 pessoas cada, 01 restaurante com loja de conveniência, 01 centro médico, 01 centro de treinamento e 01 auditório são encaminhados para uma ETE modular, já licenciada pelo INEA (LO Nº. IN017979), dimensionada inicialmente para uma população de 1.250 pessoas, sendo futuramente acrescida por mais 02 módulos para atendimento do número total de contribuintes, que será de 2.500 pessoas, quando por ocasião do pico das obras.

A ETE é do tipo Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente (RAFA), com Filtro Aerado de Leito Submerso, Tanque de Desinfecção, capacidade de remoção de fósforo e nitrogênio com eficiência mínima de 85%, de acordo com a DZ-215 R.4 e a NT-202 R.10 da FEEMA.

Dados de projeto da ETE:

Vazão Média de Projeto: 237,5 m^3/dia;
Concentração de matéria orgânica afluente: 526,32 mg/L;
Carga orgânica afluente-DBO: 125,00 kg/DBO/dia.

Gradeamento fino

Espaçamento entre as barras: 25 mm;
Espessura das barras: 8 mm;
S total: 0,012 m^2.

Caixa de areia

D: 2,00m;
H: 1,60 m.

Elevatória da ETE

D do poço: 1,60 m;
H do poço: 2,10 m.
Serão adotados dois conjuntos de moto bomba, tipo submersíveis, com potência de 1 CV cada.

Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente (RAFA)

Nº de unidades: 04;
Volume: 20,00 m^3 cada;
Qm: 2,47 m^3/h;
S da base: 6,8 m^2.

Filtro Aerado de Leito Submerso
Nº de unidades: 04;
Volume: 5,00 m^3 cada;
Qm: 7,29 m^3/h;
H do leito: 2,00 m;
S total = 12,56 m^2.

Leitos de secagem

Nº de unidades: 02;

H: 60 cm;
L: 2,20 m;
C: 10,0 m;
Vu: 13,20 m^3/mês.

Tratamento Eletrolítico (Reator de Eletrocoagulação)

V: 1,32 m^3;
Nº de chapas de eletrodo: 42;
S total das placas: 42,0 m^2;
Retificador adotado: 500 A/12V.

Tanque de Ultra Violeta

Q do efluente: 2,74 L/s;
D do tubo da câmara de radiação: 150 mm;
Vuc = 12,3672 L;
Nº de lâmpadas: 08 de UV;
Tipo de lâmpada: TUV 130 W XPT SE - UVC 52 W 254 nm;
Tempo de Retenção do efluente: 5,0 segundos.

Fonte:Efluentes oleosos

- Os efluentes oleosos oriundos da subestação provisória: são dispostos em um tanque de acumulação, sendo posteriormente esgotado e encaminhado para usinas de reprocessamento, através de caminhão vácuo;
- Os efluentes oleosos oriundos do setor de oficinas, ferragens e ferramentarias: são destinados a um conjunto separador de água e óleo;
- Os efluentes de cozinha e refeitório: são pré-tratados em caixas de gordura.

4.3 Contaminação do solo

Fonte: Disposição de Resíduos

- Resíduos de Construção Civil

Resíduo	Código	Classe	Tratamento/Destinação
- Resíduos de construção civil: alvenaria, argamassas, concreto, etc. (Classe A - CONAMA 307)	A099	IIB	Unidade de Processamento de RCC / Trituração para uso como base para pavimentação ou disposição para correção da topografia original.
- Resíduos ferrosos de instalação de perfis metálicos estruturais (Classe B - CONAMA 307)	A004	IIB	Reciclagem - siderúrgica.
- Solo limpo resultante da operação de terraplenagem (Classe A - CONAMA 307)	A099	IIB	Reservar para uso futuro ou disposição para correção da topografia original.
- Solo com impurezas sem presença de contaminantes resultante da operação de terraplenagem (Classe A - CONAMA 307)	A099	IIB	Peneiramento para aproveitamento do solo limpo e disposição para correção da topografia original.
- Resíduos de madeira: formas para concretagem, estacas, tapumes, etc., não contaminadas (Classe B - CONAMA 307)	A009	IIB	Utilização em fornos de olarias com LO emitida pelo INEA ou reciclagem.
- Resíduos de asfalto (Classe A - CONAMA 307)	A099	IIA	Reciclagem. Trituração para utilização como base para pavimento.
- Resíduos de gesso (Classe C - CONAMA 307)	A099	IIA	Reciclagem, por exemplo, em cimenteiras ou envio para aterro classe IIA.
- Latas e materiais não ferrosos, sem presença de contaminantes (Classe B - CONAMA 307)	A005	IIB	Reciclagem. Sucateiro intermediário.
- Tintas, solventes, graxas, óleos lubrificantes, resinas, etc. (Classe D - CONAMA 307)	F099	I	Blendagem e co-processamento; Aterro industrial.
- Lodo proveniente do tratamento do esgoto sanitário	F099	I	Estações de tratamento de esgotos.
- Borra oleosa do SAO	F099	I	Desidratar o resíduo antes do envio para destinação.Blendagem e co-processamento.

- Geração de lixo doméstico: a coleta de lixo é regular, sendo realizada por empresa licenciada, contratada pela PETROBRAS para o gerenciamento de resíduos gerados no empreendimento;

- Resíduos provenientes da ETE e das caixas de gordura: o material retido no gradeamento, além de areia, resíduo gorduroso e lodo serão recolhidos e destinados para local licenciado;

- Geração de lodo da ETE e dos 03 sistemas fossa/filtro, classe IIA, de acordo com a NBR 10.004 da ABNT: será recolhido por firma limpa-fossa licenciada e destinado para local licenciado.

4.4 Pressão sonora

Não deverá ocorrer acima dos padrões legais, e soma-se ainda a distância em relação aos receptores mais sensíveis.

5. IDENTIFICAÇÃO DE RISCO

A Petrobras informa, por meio do Ofício AB-PGI/COMPERJ/SMS 0143/2012, de 11/10/12, protocolado na Central de Atendimento do INEA sob o nº. 285213, anexado ao volume III do presente processo, às fls. 1.462, que os dados do Projeto Executivo (PEX) original para a LI de Urbanização, referentes ao Item 5 - Identificação de Risco, não se aplicam mais a esta Licença (LI Nº. FE014032).

Os dados correspondiam ao Ponto de Abastecimento, cuja Licença de Operação (LO Nº. IN000326) foi solicitada e obtida pelo Consórcio Terraplenagem Comperj - CTC sendo, posteriormente, transferida para o Consórcio Aterpa, Multitek, Autograf (Consórcio CONSAMA) licenciado pelo INEA por meio da LO Nº. IN020567, de 22 de agosto de 2012.

A Petrobras informa, ainda, que conforme Ofício AB-PGI/COMPERJ/SMS 0130/2012, de 03/09/12, anexado ao volume III do presente processo, às fls. 1460 e 1461, o abastecimento dos veículos e máquinas envolvidos na obra de terraplanagem e drenagem, no momento, está sendo executado por caminhões do tipo "melosa", diretamente nas frentes de serviço.

6. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

6.1 Documentos Legais Apresentados

- Formulário de Requerimento de Renovação de Licença preenchido e assinado pelo representante legal;
- Comprovante de pagamento da taxa de requerimento;
- Cópia das Atas de Constituição e Eleição da Última Diretoria;
- Cópias do documento de identidade e CPF do representante legal;
- Cópias do documento de identidade e CPF do contato;
- Cópia do comprovante de inscrição no CNPJ;
- Cópia do registro no CREA do responsável técnico;
- Planta de localização;

- Certidão de Zoneamento;
- LI da Urbanização;
- PEX da Urbanização;
- PBA da Urbanização;
- Cronograma Físico.

6.2 Informações sobre o cumprimento das condições de validade de licenças anteriores

Do cumprimento das condicionantes da LI Nº FE014032

ITEM	RESTRIÇÃO	STATUS
1	Publicar comunicado de recebimento desta licença no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal diário de grande circulação no Estado, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de concessão desta licença, enviando cópias das publicações à FEEMA, conforme determina a NA-0052.R-1, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.093 de 21.11.01 e publicada no D.O.R.J. de 29.11.01;	**atendida**
2	Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;	**atendida**
3	Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração, nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;	**atendida**
4	Atender à Resolução nº 303 do CONAMA, de 20.03.02, publicada no D.O.U. em 13.05.02, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente;	**atendida**
5	Atender à Resolução nº 307 do CONAMA, de 05/07/2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para gestão dos resíduos da construção civil;	**atendida**
6	Atender à NT-202.R-10 - Critérios e Padrões para Lançamentos de Efluentes Líquidos, aprovada pela Deliberação CECA nº 1007, de 04.12.86, publicada no D.O.R.J. de 12.12.86;	**em atendimento**
7	Atender à DZ-205.R-6 – Diretriz de Controle de Carga Orgânica em Efluentes Líquidos de Origem Industrial, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.887 de 25.09.07, publicada no D.O.R.J de 05.10.07 e republicada no D.O.R.J. de 08.11.07;	**em atendimento**
8	Atender à DZ-215.R-4 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.886 de 25.09.07, publicada no D.O.R.J de 05.10.07 e republicada no D.O.R.J. de 08.11.07;	**em atendimento**
9	Atender à DZ-942.R7 - Diretriz do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos - PROCON ÁGUA, aprovada pela deliberação	**em atendimento**

	CECA nº 1.995 de 10.10.90 e publicada no D.O.R.J de 14.01.91;	
10	Atender à DZ-1310.R-7 - Sistema de Manifesto de Resíduos, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.497 de 03.09.04 e publicada no D.O.R.J. de 21.09.04;	**atendida**
11	Atender à DZ-1311.R-4 - Diretriz de Destinação de Resíduos, aprovada pela Deliberação CECA nº 3.327 de 29.11.94 e publicada no D.O.R.J. de 12.12.94;	**revogada**
12	Atender à NBR-7.229 - Projeto, Construção e Operação de Sistemas de Tanques Sépticos, da ABNT;	**atendida**
13	Atender à NBR-11.174 - Armazenamento de Resíduos Classes II (não inertes) e Classe III (inertes), da ABNT;	**em atendimento**
14	Atender à NBR-12.235 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos (Classe I), da ABNT;	**em atendimento**
15	Atender à NBR-17.505-1 - Armazenamento de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis - Parte 1: Disposições Gerais, da ABNT;	**em atendimento**
16	Atender à NBR-17505-2 - Armazenagem de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis - Parte 2: Armazenamento em tanques e em vasos, da ABNT;	**em atendimento**
17	Atender à NBR-17505-3 - Armazenagem de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis - Parte 3: Sistemas de Tubulação, da ABNT;	**em atendimento**
18	Atender à Resolução nº 001/90 do CONAMA, de 08.03.90, publicada no D.O.U. de 02.04.90, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos;	**em atendimento**
19	Obter a necessária autorização da SERLA para intervenção (manilhamento) dos canais de drenagem internos existentes;	**atendida**
20	Adotar as cotas de arrasamento definidas pela Secretaria Municipal de Urbanismo de Itaboraí e pela SERLA;	**atendida**
21	Exigir das empresas contratadas a Licença de Instalação para cada canteiro de obras a ser instalado no COMPERJ;	**atendida**
22	Implantar a estação de tratamento de esgotos (ETE) de acordo com o projeto apresentado;	**atendida**
23	Operar de acordo com o manual de operações apresentado, mantendo os equipamentos em condições adequadas de operação e de manutenção, obedecendo aos parâmetros preconizados no projeto;	**em atendimento**
24	Manter responsável técnico pela operação da ETE com registro no Conselho Profissional de Classe e qualificado para desempenhar essa atividade;	**atendida**

25	Enviar trimestralmente à FEEMA, o Relatório de Acompanhamento de Efluente (RAE) com as medidas de vazão de entrada e saída da ETE, os resultados das análises de DBO e RNFT, no afluente e efluente da estação e de óleos e graxas, detergentes, material sedimentável e pH, no efluente, realizadas com a freqüência determinada na DZ-942.R-7;	**em atendimento**
26	Promover a retirada dos resíduos provenientes da ETE e das caixas de gordura, tais como material retido no gradeamento, areias, lodo descartado do sistema e gordura retida, utilizando os serviços de empresas licenciadas pela FEEMA para essa atividade, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização;	**em atendimento**
27	Implantar sistema separador de água e óleo de acordo com o projeto apresentado;	**atendida**
28	Manter em perfeitas condições de manutenção o sistema separador de água e óleo;	**atendida**
29	Manter limpas e desobstruídas todas as canaletas de drenagem;	**atendida**
30	Apresentar trimestralmente à FEEMA análise do efluente do conjunto separador de água e óleo, para os seguintes parâmetros: óleos e graxas e resíduos sedimentáveis;	**atendida**
31	Realizar a eventual limpeza de respingos de óleo na oficina por meio de estopas e serragem, para destinação como resíduo sólido;	**em atendimento**
32	Acondicionar o óleo proveniente do sistema separador água/óleo e os óleos lubrificantes usados em recipientes dotados de tampa e estocá-los em área abrigada, até o seu recolhimento por empresas rerrefinadoras licenciadas, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização;	**em atendimento**
33	Apresentar trimestralmente à FEEMA relatório consolidado do Plano de Gestão Ambiental, contemplando o progresso dos programas ambientais e evidenciando os resultados obtidos;	**em atendimento**
34	Apresentar à FEEMA relatórios semestrais com os resultados preliminares do programa de monitoramento dos manguezais, devendo incluir no monitoramento dos sedimentos os parâmetros coprostranol e colesterol;	**em atendimento**
35	Realizar bimestralmente o monitoramento ambiental da biota aquática do ecossistema Baía de Guanabara e manguezais, devendo as coletas de dados bióticos e abióticos serem realizadas durante toda a fase de obras de urbanização;	**em atendimento**
35.1	As coletas deverão ser realizadas na maré de quadratura (lua crescente ou minguante), em um período que contemple o final de uma maré de enchente até o início de uma maré vazante (estofo de	**em atendimento**

	maré);	
35.2	Para as estações de amostragem de plâncton (fito, zoo e ictio) devem ser amostrados os seguintes parâmetros físico-químicos: temperatura, turbidez, transparência, oxigênio dissolvido, amônia, nitrito, nitrato e fosfato;	**em atendimento**
35.3	Utilizar para a coleta de fitoplâncton uma rede de 10 mm de abertura de malha;	**em atendimento**
36	Adotar as seguintes estações no Programa de Monitoramento da Biota Aquática dos rios Macacu e Caceribu, para a caracterização limnológica (parâmetros físico-químicos e biológicos): - Rio Macacu, a montante do COMPERJ; - Rio Macacu, a jusante do COMPERJ, antes do desvio para a CEDAE (Canal Imunana-Laranjal); - Rio Caceribu, a montante do COMPERJ; - Rio Caceribu, a jusante do COMPERJ, antes da confluência com o rio Porto das Caixas; - Foz do rio Porto das Caixas, a montante da confluência com o rio Caceribu; - Rio Caceribu, na área de manguezal; - Rio Guapi-Macacu, na área de manguezal; - Baía de Guanabara – Estação Marinha;	**em atendimento**
36.1	As estações devem ser representadas em base cartográfica geor-referenciada;	**em atendimento**
36.2	As coletas de caracterização limnológica deverão ter freqüência mensal, durante toda fase de urbanização;	**em atendimento**
36.3	Deverão ser acrescidos os parâmetros turbidez e pH em cada uma das estações acima referidas, na série de parâmetros físico-químicos;	**em atendimento**
36.4	As coletas e análises de fitoplâncton, zooplâncton e bentos deverão ser realizadas em todas as estações de amostragem acima relacionadas, mensalmente, durante toda a fase de instalação do complexo;	**em atendimento**
36.5	O monitoramento da ictiofauna deverá ser executado bimestralmente, nas cinco estações relacionadas acima, contemplando os parâmetros: biometria, conteúdo estomacal, presença de metais pesados e HPAs;	**em atendimento**
36.6	Utilizar na coleta do ictiplâncton uma rede cilíndrico-cônica de 300 µm de abertura de malha;	**em atendimento**
37	Realizar bimestralmente o monitoramento das águas dos corpos hídricos superficiais em maré de sizígia vazante;	**em atendimento**

38	Realizar semestralmente o monitoramento do sedimento em todas as estações de monitoramento relacionadas acima;	em atendimento
39	Iniciar o monitoramento dos corpos hídricos superficiais antes de começarem as obras;	atendida
40	Monitorar semanalmente os rios Caceribu e Macacu, a montante e a jusante do empreendimento;	em atendimento
40.1	As análises para os parâmetros pH, turbidez, TDS, condutividade e OD deverão ser realizadas no momento da coleta;	em atendimento
40.2	As amostras de água para as análises físico-químicas deverão ser coletadas com garrafa de Van Dorn;	atendida
40.3	As amostras de sedimentos deverão ser coletadas com dragas (busca-fundo) do tipo Van Veen ou Eckman, de modo que não haja perda dos materiais finos;	atendida
41	Monitorar o nível de água e a qualidade das águas subterrâneas durante todo o período das obras - mínimo de 18 meses -, incluindo os seguintes parâmetros: níquel, vanádio, boro, cobalto, estanho, lítio e fosfatos;	em atendimento
42	Manter o programa de manejo, resgate e monitoramento da fauna terrestre na AID, por, no mínimo, dois anos após o início da fase de operação;	em atendimento
43	Apresentar mensalmente os resultados do monitoramento das emissões de material particulado, durante a fase de obras;	em atendimento
44	Complementar o programa de acompanhamento epidemiológico, incluindo: correlação dos impactos gerados pelo empreendimento com os possíveis incrementos e/ou decréscimo das doenças pré-existentes e as novas advindas da implantação e operação do COMPERJ;	atendida
45	Apresentar proposta de transformação do Centro de Informações em Centro Histórico, incluindo o Programa de Valorização Cultural e outros programas de interesse social e tecnológico;	atendida
46	Apresentar novo plano de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do COMPERJ, que contemple os seguintes aspectos, considerando a natalidade, mortalidade por causas, nupcialidade e a mobilidade espacial da população:	
46.1	Uma matriz "DE PARA", no caso da população residente na ADA;	atendida
46.2	Taxas de imigração;	atendida
46.3	Com base na PEA formal, calcular, também, a pendularidade, *podendo utilizar a* RAIs e RAIs Migra do Ministério do Trabalho, para o cruzamento das informações;	atendida

46.4	Seletividade migratória para a população total residente e para a PEA, considerando a escolaridade, rendimento e ocupações;	**atendida**
47	Dotar o sistema com recursos que permitam a supervisão e o controle permanente das condições operacionais;	**em atendimento**
48	Dotar o sistema com recursos que permitam a inspeção periódica dos tanques, tubulação, acessórios e equipamentos;	**em atendimento**
49	Manter disponíveis e prontos para uso os equipamentos e materiais de atendimento a emergências;	**em atendimento**
50	Atender às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e ao Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro;	**em atendimento**
51	Realizar inspeção periódica da instalação e dos seus dispositivos de segurança, mantendo os respectivos registros à disposição da fiscalização.	**em atendimento**
52	Não cimentar a tampa de vedação de caixas de gordura e caixas de passagem, de modo a facilitar a limpeza e a inspeção;	**atendida**
53	Acondicionar os resíduos sólidos em sacos plásticos e conservá-los em recipiente com tampa até o seu recolhimento por empresa licenciada pela FEEMA;	**atendida**
54	Não lançar quaisquer resíduos na rede de drenagem ou nos corpos d'água;	**atendida**
55	Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;	**atendida**
56	Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue;	**em atendimento**
57	Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);	**em atendimento**
58	Manter atualizados, junto à FEEMA, os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;	**atendida**
59	Submeter previamente à FEEMA, para análise e parecer, qualquer alteração no projeto;	**atendida**
60	A FEEMA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.-x-x-x-x-	**caráter informativo**

OBSERVAÇÃO

O *status* de atendimento às condicionantes desta Licença encontra-se detalhado das fls. 39 a 54 do 17º Relatório do Programa de Gestão Ambiental (PGA), tendo o mesmo sido protocolado na Central de Atendimento do INEA no dia 09/08/12, sob o nº. 273337, mediante o ofício AB-PGI/COMPERJ/SMS 0102/2012, anexado ao presente processo, volume III, às fls. 1.457.

6.3 Informações sobre a vistoria realizada

As obras de terraplanagem, drenagem, instalação dos canteiros de obras da fase de urbanização do COMPERJ, segurança patrimonial, redes provisórias de água e elétrica, e execução do Centro de Informações, já vêm ocorrendo na área por conta da Licença de Instalação LI Nº. FE014032, em nome da PETROBRAS, em renovação na presente data.

6.4 Outras informações relevantes.

- A Subestação SE-5143 de transmissão de energia elétrica já foi instalada e encontra-se licenciada por meio do processo E-07/511572/11, tendo obtido do INEA a Licença de Operação LO Nº. IN018622, válida até 29/12/15. O Prédio de Fiscalização também já foi instalado.

- A PETROBRAS protocolou na Central de Atendimento do INEA as seguintes informações:

a) Ofício AB-PGI/COMPERJ/SMS 0102/2012, no dia 09/08/12, sob o nº. 273337, anexado ao presente processo, volume III às fls. 1.457, encaminhando o 17º Relatório do Programa de Gestão Ambiental (PGA), em uma via impressa e outra digital, em atendimento à condicionante nº. 33 da LI Nº. FE014032/08 e à condicionante nº. 23 da LI Nº. IN001540/10;

b) Ofício AB-PGI/COMPERJ/SMS 0120/2012, no dia 20/08/12, sob o nº. 274948, anexado ao presente processo, volume III às fls. 1.458 e 1.459, encaminhando um novo Cronograma Físico das Atividades de Implantação da Infraestrutura de Urbanização do COMPERJ, onde informa que a previsão para a conclusão das obras será em fevereiro/2015;

Cronograma Físico das Atividades de Implantação da Infraestrutura de Urbanização

ATIVIDADES	CONCLUSÃO (PREVISÃO)
Obras de Terraplenagem	Fevereiro/2015
Drenagens	
Manutenção de Drenagens	
Construção do Anel Viário	
Canteiros de Apoio às obras desta Etapa	
Centro Integrado de Segurança e da Informação	

c) Ofício AB-PGI/COMPERJ/SMS 0130/2012, no dia 03/09/12, sob o nº. 277419, anexado ao presente processo, volume III às fls. 1.460 e 1.461, encaminhando a situação de atividades incluídas na LI de Urbanização do COMPERJ;

d) Ofício AB-PGI/COMPERJ/SMS 0143/2012, no dia 11/10/12, sob o nº. 285213, anexado ao presente processo, volume III às fls. 1.462, informando que os dados do PEX (Projeto Executivo) original para a Licença de Instalação de Urbanização, referentes ao item 5 (Identificação de Risco), não se aplicam mais à referida licença.

7. AVALIAÇÃO E CONCLUSÃO

Considerando que:

- A obra já foi iniciada;
- Trata-se de solicitação de renovação de Licença de Instalação **para Implantação da Infraestrutura de Urbanização do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, que contempla as obras de terraplenagem, drenagem, anel viário, canteiro de obras referente a esta etapa, instalações de Segurança Patrimonial e Centro Integrado de Segurança e Centro de Informação**, localizado no município de Itaboraí, sob a responsabilidade da empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás, cuja atividade (código 33.11.99, fls. 1.399, volume III) é enquadrada, respectivamente, como de PPIM (potencial poluidor/impacto) insignificante/CE007, porte excepcional/potencial poluidor baixo e classe 4C, segundo as Resoluções INEA nº. 52 (19/03/12), nº. 53 (27/03/12) e nº. 48 (12/01/12);
- A implantação da Infraestrutura de Urbanização do COMPERJ já vem ocorrendo conforme a LI Nº. FE014032, em nome da PETROBRAS;
- Os impactos causados são previsíveis e poderão ser controlados e mitigados por meio das restrições INEA;
- As informações presentes no processo são de responsabilidade do requerente, conforme estabelecido no artigo 11 da Resolução CONAMA nº. 237 de 19/12/1997;

Somos de parecer favorável à concessão da Renovação da Licença requerida, sem embargo das demais licenças exigíveis, desde que sejam obedecidas as restrições contidas no item 8 deste parecer técnico.

8. CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA

1. Comprovar a publicação de comunicado de recebimento desta licença no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal diário de grande circulação no Estado antes da sua retirada no INEA, conforme determinado pela Resolução INEA nº. 37, de 21.07.11, publicada no DOERJ de 25.07.11;

2. Esta licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais exigíveis por lei;

3. Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração, nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;

4. Requerer a renovação desta Licença, no mínimo 120 (cento e vinte) dias, antes do vencimento do seu prazo de validade;
5. Atender à DZ-205.R-6 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica em Efluentes Líquidos de Origem Industrial, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.887 de 25.09.07, publicada no DOERJ de 05.10.07 e republicada no DOERJ de 08.11.07;
6. Atender à DZ-1310.R-7 - Sistema de Manifesto de Resíduos, aprovada pela Deliberação CECA nº. 4.497 de 03.09.04 e publicada no DOERJ de 21.09.04;
7. Atender à Resolução nº. 001/90 do CONAMA, de 08.03.90, publicada no DOU de 02.04.90, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos;
8. Atender à Resolução nº. 303/02 do CONAMA, de 20.03.02, publicada no DOU em 13.05.02, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente;
9. Atender à Resolução nº. 307/02 do CONAMA, de 05.07.02, publicada no DOU em 17.07.02, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para gestão dos resíduos da construção civil;
10. Atender à Resolução nº. 448/12 do CONAMA, de 18.01.12, publicada no DOU de 19.01.12, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, e altera os artigos 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10º e 11º da Resolução nº. 307/02 do CONAMA, de 05.07.02;
11. Atender à norma NBR-7.229 - Projeto, Construção e Operação de Sistemas de Tanques Sépticos, da ABNT;
12. Atender às normas NBR-11.174 - Armazenamento de Resíduos Classes II (não inertes) e Classe III (inertes) e NBR-12.235 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos (Classe I), da ABNT, e destiná-los somente a empresas licenciadas;
13. Obter, quando necessário, autorização do INEA para intervenção (manilhamento) dos canais de drenagem internos existentes;
14. Aditar as cotas de arrasamento definidas pela Secretaria Municipal de Urbanismo de Itaboraí e pelo INEA;
15. Exigir das empresas contratadas a Licença de Instalação para cada canteiro de obras a ser instalado no COMPERJ;
16. Operar a ETE de acordo com o manual de operações apresentado, mantendo os equipamentos em condições adequadas de operação e de manutenção, obedecendo aos parâmetros preconizados no projeto;
17. Manter responsável técnico pela operação da ETE com registro no Conselho Profissional de Classe e qualificado para desempenhar essa atividade;
18. Enviar ao INEA, trimestralmente, o Relatório de Acompanhamento de Efluente (RAE) com as medidas de vazão de entrada e saída da ETE, os resultados das análises de DBO e RNFT, no afluente e efluente da estação e de óleos e graxas, detergentes, material sedimentável e pH, no efluente, realizadas com a freqüência determinada na DZ-942.R-7;

19. Promover a retirada dos resíduos provenientes da ETE e das caixas de gordura, tais como material retido no gradeamento, areias, lodo descartado do sistema e gordura retida, utilizando os serviços de empresas licenciadas pelo INEA para essa atividade, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização;
20. Apresentar ao INEA, trimestralmente, relatório consolidado do Plano de Gestão Ambiental, contemplando o progresso dos programas ambientais e evidenciando os resultados obtidos;
21. Apresentar ao INEA relatórios semestrais com os resultados preliminares do Programa de Monitoramento dos Manguezais, devendo incluir no monitoramento dos sedimentos os parâmetros coprostranol e colesterol;
22. Realizar, bimestralmente, o monitoramento ambiental da biota aquática do ecossistema Baía de Guanabara e manguezais, devendo as coletas de dados bióticos e abióticos serem realizadas durante toda a fase de obras de urbanização;

22.1 As coletas deverão ser realizadas na maré de quadratura (lua crescente ou minguante), em um período que contemple o final de uma maré de enchente até o início de uma maré vazante (estofo de maré);

22.2 Para as estações de amostragem de plâncton (fito, zoo e ictio) devem ser amostrados os seguintes parâmetros físico-químicos: temperatura, turbidez, transparência, oxigênio dissolvido, amônia, nitrito, nitrato e fosfato;

22.3 Utilizar para a coleta de fitoplâncton uma rede de 10 mm de abertura de malha;

23. Adotar as seguintes estações no Programa de Monitoramento da Biota Aquática dos rios Macacu e Caceribu, para a caracterização limnológica (parâmetros físico-químicos e biológicos):

- Rio Macacu, a montante do COMPERJ;
- Rio Macacu, a jusante do COMPERJ, antes do desvio para a CEDAE (Canal Imunana-Laranjal);
- Rio Caceribu, a montante do COMPERJ;
- Rio Caceribu, a jusante do COMPERJ, antes da confluência com o rio Porto das Caixas;
- Foz do rio Porto das Caixas, a montante da confluência com o rio Caceribu;
- Rio Caceribu, na área de manguezal;
- Rio Guapi-Macacu, na área de manguezal;
- Baía de Guanabara - Estação Marinha;

23.1 As estações devem ser representadas em base cartográfica georreferenciada;

23.2 As coletas de caracterização limnológica deverão ter freqüência mensal, durante toda fase de urbanização;

23.3 Deverão ser acrescidos os parâmetros turbidez e pH em cada uma das estações acima referidas, na série de parâmetros físico-químicos;

23.4 As coletas e análises de fitoplâncton, zooplâncton e bentos deverão ser realizadas em todas as estações de amostragem acima relacionadas, mensalmente, durante toda a fase de instalação do complexo;

23.5 O monitoramento da ictiofauna deverá ser executado bimestralmente, nas cinco estações relacionadas acima, contemplando os parâmetros: biometria, conteúdo estomacal, presença de metais pesados e HPAs;
23.6 Utilizar na coleta do ictiplâncton uma rede cilíndrico-cônica de 300 µm de abertura de malha;
24. Realizar bimestralmente o monitoramento das águas dos corpos hídricos superficiais em maré de sizígia vazante;
25. Realizar semestralmente o monitoramento do sedimento em todas as estações de monitoramento relacionadas acima;
26. Dar prosseguimento ao monitoramento dos corpos hídricos superficiais até o fim das obras de urbanização;
27. Monitorar, mensalmente, as águas e, semestralmente, os sedimentos dos rios Caceribu e Macacu, a montante e a jusante do empreendimento, utilizando as metodologias indicadas na mais recente revisão do Standard Methods of Water and Wastewater – SMWW;
28. Monitorar o nível de água e a qualidade das águas subterrâneas durante todo o período das obras - mínimo de 18 meses - incluindo os seguintes parâmetros: níquel, vanádio, boro, cobalto, estanho, lítio e fosfatos;
29. Manter o programa de manejo, resgate e monitoramento da fauna terrestre na AID, por, no mínimo, dois anos após o início da fase de operação;
30. Apresentar mensalmente os resultados do monitoramento das emissões de material particulado, durante a fase de obras;
31. Complementar o programa de acompanhamento epidemiológico, incluindo: correlação dos impactos gerados pelo empreendimento com os possíveis incrementos e/ou decréscimo das doenças pré-existentes e as novas advindas da implantação e operação do COMPERJ;
32. Atualizar plano de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do COMPERJ, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, do IBGE, que contemple os seguintes aspectos, considerando a natalidade, mortalidade por causas, nupcialidade e a mobilidade espacial da população:
32.1. Uma matriz "DE PARA", no caso da população residente na ADA;
32.2 Taxas de imigração;
32.3 Com base na PEA formal, calcular, também, a pendularidade, podendo utilizar a RAIs e RAIs Migra do Ministério do Trabalho para o cruzamento das informações;
32.4 Seletividade migratória para a população total residente e para a PEA, considerando a escolaridade, rendimento e ocupações;
33. Dotar o sistema com recursos que permitam a supervisão e o controle permanente das condições operacionais;
34. Dotar o sistema com recursos que permitam a inspeção periódica dos tanques, tubulações, acessórios e equipamentos;
35. Manter disponíveis e prontos para uso os equipamentos e materiais de atendimento a emergências;

36. Atender às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e ao Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro;
37. Realizar inspeção periódica da instalação e dos seus dispositivos de segurança, mantendo os respectivos registros à disposição da fiscalização;
38. Não cimentar a tampa de vedação de caixas de gordura e caixas de passagem, de modo a facilitar a limpeza e a inspeção;
39. Acondicionar os resíduos sólidos em sacos plásticos e conservá-los em recipiente com tampa até o seu recolhimento por empresa licenciada pelo INEA;
40. Não lançar quaisquer resíduos na rede de drenagem ou nos corpos d'água;
41. Umidificar as vias internas e de acessos de forma a minimizar a emanação de material particulado proveniente do fluxo de veículos durante as obras;
42. Atender às normas municipais quanto ao tráfego de veículos pesados, durante as obras;
43. Adotar medidas de controle como cobertura da carga com lona de forma a evitar o carreamento e o transbordamento de material sólido para as vias públicas;
44. Destinar os efluentes dos banheiros químicos por meio de empresas devidamente licenciadas pelo órgão ambiental;
45. Comunicar imediatamente ao SOPEA - Serviço de Operações em Emergências Ambientais do INEA, plantão 24 horas, pelos telefones: (21) 2334-7910, 2334-7911 ou 8596-8770, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;
46. Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;
47. Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue;
48. Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);
49. Manter atualizados, junto ao INEA, os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;
50. Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração no projeto;
51. O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.-x-x-x-x

9. PRAZO DE VALIDADE

Sugerimos que a Licença correspondente a este Parecer Técnico tenha prazo de validade de 04 (quatro) anos (1.460 dias).

Em, 24/10/2012.

Luiz Martins Heckmaier
Coordenador CEAM/Eng. Químico
Mat. 27/348-2

Denise Flores Lima
Analista Ambiental/Bióloga
Mat. 27/1301

Cláudio Nogueira Vignoli
Analista Ambiental/Químico
Mat. 390346-5

Segue abaixo link para acesso ao conteúdo da mídia de fl. ANEXO II:

Mídia Anexo II

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01693683

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e Procedimento Administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TACs do COMPERJ[1]

Como se sabe, o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

No dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo homologado em 19/02/2020.

Os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

Isto posto, incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 09:41

cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

Tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ"*.

Noutro giro, esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

Estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA

ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

Considerando que o STJ no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8) firmou a tese que: *"(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)"*

O Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

O direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

O Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o atendimento ao dever de transparência passiva.

A transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

Ressalta-se que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever

de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

A publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas, não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

No que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

O Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: *"(...) é dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)*

A Lei n. 10.650/2003, estabelece que: *(...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).*

A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: *"São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social".*

A Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: *"São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade".*

Em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

A omissão de informações não mais atende aos anseios dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

Indubitavelmente a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

Nessa toada, o MPRJ registra que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos

controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e *accountability*.

Ressalta-se que esta Promotoria de Justiça em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

É o breve relatório.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

I. **Expeça-se imediatamente recomendação ao Presidente do INEA e ao Secretário Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - INEA,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts. 51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, a fim de que: ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas do TAC do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias,***

críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC. O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis;

II. **Juntar** cópia da presente promoção e da recomendação expedida em todos os Procedimentos Administrativos (em andamento) do TAC COMPERJ I e II;

III. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

[1] TAC I e II: PA 150/2019 – MPRJ n. 2019.00977739; PA 151/2019 – MPRJ n. 2019.00978524; PA 152/2019 - MPRJ 2019.00978517; PA 153/2019 - MPRJ 2019.00978521; PA 154/2019 - MPRJ 2019.00977734; PA 155/2019 - MPRJ 2019.00977724; PA 158/2019 - MPRJ 2019.00977717; PA 159/2019 - MPRJ 2019.00977681; PA 160/2019 - MPRJ 2019.00978785; PA 161/2019 - MPRJ 2019.00978783; PA 162/2019 - MPRJ 2019.0097871; PA 163/2019 - MPRJ 2019.00978778; PA 164/2019 - MPRJ 2019.00978775; PA 165/2019 - MPRJ 2019.00978774; PA 166/2019 - MPRJ 2019.00978764; PA 169/2019 - MPRJ 2019.00978758; PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821; PA 172/2019 - MPRJ 2019.00978813; PA 173/2019 - MPRJ 2019.00978810; PA 176/2019 - MPRJ 2019.00978802; PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799; PA 179/2019 - MPRJ 2019.00978793; PA 180/2019 - MPRJ 2019.00978685; PA 181/2019 - MPRJ 2019.00978683; PA 183/2019 - MPRJ 2019.00978680; PA 188/2019 - MPRJ 2019.00978818; PA 189/2019 - MPRJ 2019.00978816; PA 190/2019 - MPRJ 2019.00978751; PA 192/2019 - MPRJ 2019.00978745; PA 193/2019 - MPRJ 2019.00978743; PA 194/2019 - MPRJ 2019.00978740; PA 195/2019 - MPRJ 2019.00978738; PA 196/2019 - MPRJ 2019.00978733; PA 197/2019 - MPRJ 2019.00978731; PA 198/2019 - MPRJ 2019.00978707; PA 199/2019 - MPRJ 2019.00978699; PA 200/2019 - MPRJ 2019.00978687; PA 201/2019 - MPRJ 2019.00978654; PA 202/2019 - MPRJ 2019.00978628; PA 203/2019 - MPRJ 2019.00978638; PA 204/2019 - MPRJ 2019.00978625; PA 205/2019 - MPRJ 2019.00978623; PA 206/2019 - MPRJ 2019.00978615; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605; PA 208/2019 - MPRJ 2019.00978582; PA 209/2019 - MPRJ

2019.00978564; PA 210/2019- MPRJ 2019.00978560; PA 211/2019 - MPRJ 2019.00978555; PA 06/2020 - MPRJ 2020.00174213; PA 08/2020 - MPRJ 2020.00174210; PA 09/2020 - MPRJ 2020.00174209; PA 10/2020 - MPRJ 2020.00174208; PA 11/2020 - MPRJ 2020.00174207; PA 12/2020 - MPRJ 2020.00174206; PA 13/2020 - MPRJ 2020.00174205; PA 14/2020 - MPRJ 2020.00174204; PA 15/2020 - MPRJ 2020.00174203; PA 16/2020 - MPRJ 2020.00174202; PA 17/2020 - MPRJ 2020.00174201; PA 18/2020 - MPRJ 2020.00174200; PA 19/2020 - MPRJ 2020.00174199; PA 20/2020 - MPRJ 2020.00174198; PA 21/2020 - MPRJ 2020.00174197; PA 22/2020 - MPRJ 2020.00174196; PA 23/2020 - MPRJ 2020.00174195; PA 24/2020 - MPRJ 2020.00174194; PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193; PA 26/2020 - MPRJ 2020.00174192; PA 27/2020 - MPRJ 2020.00174191; PA 28/2020 - MPRJ 2020.00174190; PA 29/2020 - MPRJ 2020.00174189; PA 31/2020 - MPRJ 2020.00174187; PA 32/2020 - MPRJ 2020.00174186; PA 33/2020 - MPRJ 2020.00174185; PA 36/2020 - MPRJ 2020.00174182; PA 37/2020 - MPRJ 2020.00174181; PA 39/2020 - MPRJ 2020.00174179; PA 41/2020 - MPRJ 2020.00174177; PA 43/2020 - MPRJ 2020.00174175; PA 46/2020 - MPRJ 2020.00174172; PA 47/2020 - MPRJ 2020.00174171; PA 48/2020 - MPRJ 2020.00174170; PA 51/2020 - MPRJ 2020.00174167; PA 52/2020 - MPRJ 2020.00174166; PA 53/2020 - MPRJ 2020.00174165; PA 54/2020 -MPRJ 2020.00174164; PA 55/2020 - MPRJ 2020.00174163; PA 56/2020 - MPRJ 2020.00174162; PA 57/2020 - MPRJ 2020.00174161; PA 58/2020 - MPRJ 2020.00174160; PA 59/2020 - MPRJ 2020.00174159; PA 60/2020 - MPRJ 2020.00174158; PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157; PA 62/2020 - MPRJ 2020.00174156; PA 65/2020 - MPRJ 2020.00174153.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Recomendação nº 001/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01694367
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TAC's do COMPERJ.
Destinatários: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, através do Promotor de Justiça que esta subscreve e com fundamento nos artigos 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e 53, da Resolução GPGJ nº 2227/2018, vem expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** dirigida ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS**, pelos fatos e na forma a seguir expostos:

CONSIDERANDO que o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

CONSIDERANDO que, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro,

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 12:05

dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo homologado em 19/02/2020.

CONSIDERANDO que os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897- 51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869- 83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023

(Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".

CONSIDERANDO que estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

CONSIDERANDO que o STJ, no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8), firmou a tese que: "(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)".

CONSIDERANDO que o Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

CONSIDERANDO que o direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

CONSIDERANDO que o Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões

consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o atendimento ao dever de transparência passiva.

CONSIDERANDO que a transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

CONSIDERANDO que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

CONSIDERANDO que a publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

CONSIDERANDO que, no que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

CONSIDERANDO que o Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

> O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: "(...) é dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)

CONSIDERANDO que a Lei n. 10.650/2003 estabelece que: (...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).

CONSIDERANDO que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: "São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social".

CONSIDERANDO que a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: "São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade".

CONSIDERANDO que, em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

CONSIDERANDO que a omissão de informações não mais atende aos anseios dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

CONSIDERANDO que, indubitavelmente, a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

CONSIDERANDO que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e accountability.

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça, em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, **RECOMENDA** ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei

Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts. 51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas dos dois TACs do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC, no prazo de 60 (sessenta) dias.***

O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Segue em anexo cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigações dos referidos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Recomendação nº 002/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01694303
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TAC's do COMPERJ.
Destinatários: PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - INEA

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, através do Promotor de Justiça que esta subscreve e com fundamento nos artigos 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e 53, da Resolução GPGJ nº 2227/2018, vem expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** dirigida ao **ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, pelos fatos e na forma a seguir expostos:

CONSIDERANDO que o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

CONSIDERANDO que, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão,

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 12:05

sendo homologado em 19/02/2020.

CONSIDERANDO que os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897- 51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869- 83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima,

obrigou-se a “(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade”.

CONSIDERANDO que estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

CONSIDERANDO que o STJ, no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8), firmou a tese que: “(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)”.

CONSIDERANDO que o Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

CONSIDERANDO que o direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

CONSIDERANDO que o Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o

atendimento ao dever de transparência passiva.

CONSIDERANDO que a transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

CONSIDERANDO que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

CONSIDERANDO que a publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

CONSIDERANDO que, no que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

CONSIDERANDO que o Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: “(...) é dever dos

> órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)

CONSIDERANDO que a Lei n. 10.650/2003 estabelece que: (...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).

CONSIDERANDO que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: “São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social”.

CONSIDERANDO que a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: “São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade”.

CONSIDERANDO que, em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

CONSIDERANDO que a omissão de informações não mais atende aos anseios

dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

CONSIDERANDO que, indubitavelmente, a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

CONSIDERANDO que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e accountability.

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça, em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, **RECOMENDA** ao **ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts.

51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas dos dois TACs do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC, no prazo de 60 (sessenta) dias.***

O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Segue em anexo cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigações dos referidos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005636/2023-38
Documento id. 01734314

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 171/2019 - MPRJ 2019.00978821

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Ciente** do acrescido no ofício de índex 01108559;

2. **Reitere-se** o ofício não respondido;

3. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 08 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 08-03-2024 11:45

Ofício nº 427/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01755095
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005636/2023-38
Assunto: PA 171/2019 - MPRJ 201900978821
Destinatário: OUVIDORIA DO INEA
E-mail: protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Ouvidor,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a "(...) apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça, em reiteração aos termos dos Ofícios 2ª PJTC nº 744/2023, 1312/2022 e 1748/2023, encaminhar cópia da Informação Técnica do GATE, solicitando que promova a complementação das informações referentes à integralidade e nível de detalhamento compatível a um projeto executivo, devendo ainda contemplar todo conteúdo mencionado nos itens 4.15 e 4.17 do Memorial Descritivo (MD-6000.67- 8000-113-PEI-001), conforme sugerido pela equipe do GATE. Fixa-se o prazo de 60

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 14-03-2024 13:14

(sessenta) dias para a resposta.

Seguem em anexas cópias da portaria de instauração, do relatório inicial de investigação e da informação técnica do GATE n. 523/2022 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 14 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005636/2023-38
Documento id. 01825078

Documento enviado em 26 de março de 2024:
Ofício 427/2024-2PJTCOITB

INTERNO

Via e-mail.

Itaboraí, 01 de abril de 2024

CRISTINA ALFRADIQUE ETCHARTE
Servidor(a) - Mat. 8002277

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Ouvidoria

Of.INEA/OUVI Nº 614/2024 Rio de Janeiro, 27 de março de 2024

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça Coletiva - Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí
CEP: 24.800-113

Ref.: Ofícios 2ª PJTC nº 744/2023, 2ª PJTC nº 1748/2023 e nº 427/2024-2PJTCOITB
Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005636/2023-38
Assunto: PA 171/2019 - MPRJ 201900978821

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção ao Ofício em epígrafe, instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.1.28, no qual encaminha cópia da Informação Técnica do GATE, solicitando que promova a complementação das informações referentes à integralidade e nível de detalhamento compatível a um projeto executivo, devendo ainda contemplar todo conteúdo mencionado nos itens 4.15 e 4.17 do Memorial Descritivo (MD-6000.67- 8000- 113-PEI-001), conforme sugerido pela equipe do GATE, sirvo-me do presente para informar que a presente demanda foi encaminhada para análise e atendimento perante os setores competentes deste Instituto.

Neste sentido, tendo em vista a recente mudança na Gestão deste Instituto, conforme publicação da edição extra no DOERJ de 06/03/2024, tendo sido nomeado o novo Presidente o Sr. Renato Jordão Bussiere, bem como ante o elevado número de atendimentos em curso pela área técnica, com a devida vênia, solicito a concessão de dilação de prazo por mais 60 (sessenta) dias para atendimento da presente requisição ministerial.

Adicionalmente, ratifico a solicitação de envio das demandas ministeriais endereçadas a este Instituto para o e-mail (protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br).

Ao ensejo, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Fabiana Coelho da Silva
Ouvidora do INEA

Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Coelho da Silva**, **Ouvidora**, em 27/03/2024, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **71162625** e o código CRC **006B9F83**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004490/2019 SEI nº 71162625

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: 21-23345975

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005636/2023-38
Documento id. 02264900

DESPACHO DE PRORROGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 171/2019 (MPRJ n. 2019.00978821)

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a *"(...) apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico".*

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o relatório de investigação às fls. 02-v/03, instruído de fls. 04/33-v.

Ofício da Petrobras às fls. 35/36, encaminhando mídia digital de fl. 37, contendo o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções necessárias.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 38/39.

Ofício do INEA às fls. 42/43, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA às fls. 50/50-v, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA às fls. 55/55-v, instruído de fls. 56/60, informando o cumprimento do item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC I com base nos processos administrativos e

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 05-06-2024 10:15

nos arquivos do setor.

Ofício do INEA à fl. 65, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS às fls. 78/78-verso, informando que em relação à condicionante 28, foram encaminhados documentos comprobatórios do adimplemento da obrigação por parte da compromissária, por meio do ofício SEAS/SUBEXEC SEI n. 427. Por fim, a SEAS esclareceu que a GERILAM do INEA realizou a análise técnica.

Informação Técnica do GATE n. 523/2022, concluindo que: *"(...) o conteúdo dos documentos juntados aos autos pela PETROBRAS não apresenta integralidade e nível de detalhamento compatível a um Projeto Executivo. Também não foi identificado documento contendo a aprovação do referido projeto pelo órgão ambiental competente. Além disso, ressalta-se que o material analisado não contempla todo o conteúdo mencionado nos itens 4.15 e 4.17 do Memorial Descritivo (MD-6000.67-8000-113-PEI-001), que indica a documentação a ser apresentada pela empresa contratada para elaboração do "Projeto de Detalhamento da Terraplenagem e Drenagem da área destinada à implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)". Dessa forma, entende-se que a obrigação descrita no item 5.1.28 da Cláusula Segunda do TAC I do COMPERJ não foi satisfatoriamente atendida do ponto de vista técnico – ambiental".*

E-mail da empresa Águas do Rio de index 00991406, solicitando cópia.

Ofício da Petrobras de index 01108559, encaminhando Memorial Descritivo e seus anexos, os quais perfazem o Projeto Executivo de Terraplanagem e Drenagem.

No index 01696849, consta juntada de despacho determinado a expedição de recomendação ao Presidente do INEA e ao Secretário Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - INEA, a fim de que: em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas do TAC do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias críticas e

sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC. O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Ofício do INEA de index 01840742, solicitando dilação de prazo.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 25 dispõe que: "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de um (01) ano, **que poderá ser prorrogado quantas vezes forem necessárias**, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação",* sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)",* nos termos do parágrafo único*;*

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";*

O Promotor de Justiça Titular deste órgão de execução, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste inquérito civil, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1. Defiro o pedido de dilação de prazo do ofício de index 01840742 por mais 60 (sessenta) dias, **oficie-se** em resposta;

2. Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Prazo de prorrogação: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dia(s).

Itaboraí, 05 de junho de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 030/2024 *Itaboraí*, 29 de abril de 2024.

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os inquéritos civis que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, no total, 271 (duzentos e setenta e um), conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na planilha em anexo, bem como nas promoções de prorrogação de cada procedimento, conforme arquivos em anexo, sendo que o inteiro teor dos procedimentos pode ser consultado pelo sistema MGP e/ou integra extrajudicial.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 29/04/2024, às 11:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3270690** e o código CRC **A1D69CB5**.

Ofício nº 1575/2024-2PJTCOITB
Documento id. 02268500
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005636/2023-38
Assunto: PA 171/2019 - MPRJ 201900978821
Destinatário: OUVIDORIA DO INEA
E-mail: protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Ouvidor,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, que visa apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.28 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.1.28) Em relação à condicionante 28 da cláusula segunda, obrigou-se a "(...) apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça informar sobre o deferimento do pedido de dilação de prazo, solicitado no Of.INEA/OUVI Nº 614/2024, por mais 60 (sessenta) dias.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 07-06-2024 10:05

Itaboraí, 07 de junho de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005636/2023-38
Documento id. 02292769

Documento enviado em 07 de junho de 2024:
Ofício 1575/2024-2PJTCOITB

INTERNO

Via e-mail.

Itaboraí, 10 de junho de 2024

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787